

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
MESTRADO PROFISSIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA**

MONALIZA ANTUNES FERRAZ

**PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO:
Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração
(MAM) no estado de Minas Gerais.**

**BELO HORIZONTE
2022**

MONALIZA ANTUNES FERRAZ

**PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO:
Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração
(MAM) no estado de Minas Gerais.**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jandira Maciel da Silva

**BELO HORIZONTE
2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA/MONALIZA ANTUNES FERRAZ

Realizou-se, no dia 03 de dezembro de 2021, às 10:30 horas, On line, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO: Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no estado de Minas Gerais.*, apresentada por MONALIZA ANTUNES FERRAZ, número de registro 2019714650, graduada no curso de GESTAO DE SERV. DE SAUDE/NOT, como requisito parcial para a obtenção do grau

de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Jandira Maciel da Silva - Orientador (UFMG), Prof(a). Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Luiz Paulo Ribeiro (UFMG). A Comissão considerou a dissertação:

() Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2021.

Prof(a). Jandira Maciel da Silva (Doutora)

Prof(a). Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro (Doutor)

Prof(a). Luiz Paulo Ribeiro (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 03/12/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jandira Maciel da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 03/12/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tarcisio Marcio Magalhaes Pinheiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/12/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A auten cidade deste documento pode ser conferida no site [h ps://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder diariamente o privilégio da vida.

À minha mãe, pela sua preocupação, carinho e cuidado que revelam um amor que só um coração materno pode experimentar.

Em particular, a Prof.^a Dr.^a. Jandira Maciel da Silva, minha orientadora, pelo elucidador processo de aprendizado que sua presença vem me oferecendo. Meus sinceros agradecimentos!

Ao Prof.^o Dr. ^o Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro e o Prof.^o Dr. ^o Luiz Paulo Ribeiro por contribuírem com esse processo.

Ao corpo discente do Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Aos integrantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração que participaram deste trabalho. Obrigado por compartilharem experiências e entendimentos tão esclarecedores.

À Mônica por tantas vezes me escutar. Mais uma vez, minha amiga, que nossa amizade seja como a proposta por Mário Quintana: “Um amor que nunca morre”.

Ao meu companheiro Cláudio por construir comigo aquilo que é o início de uma longa e frutífera caminhada de vida. Obrigada pelo amor que me oferece.

Ao Tchô por sempre está disposto em me ajudar.

“Falamos sobre determinação social da saúde,
mas seguimos tratando dos seus efeitos” (Breilh, 2011)

RESUMO

Minas Gerais (MG) se constituiu historicamente com a marca da mineração. O modelo de exploração mineral vigente no país, empreendido por meio da megamineração, é causador de perversos efeitos ambientais, econômicos e sociais. É em torno da necessidade da discussão deste modelo mineral, dos seus impactos e de nova proposição para seu formato que se fundamenta a existência do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Admitindo-se a estreita relação dessas dimensões (ambiental, social e econômica) com a produção e promoção de saúde, este estudo tem por objetivo compreender se as ações realizadas pelo MAM em suas regiões de atuação, considerando especialmente o estado de Minas Gerais, se localizam em alguma medida no campo teórico-metodológico da promoção de saúde. Trata-se de estudo qualitativo que se constituiu por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturada com informantes-chave. Para a pesquisa documental, foram selecionados documentos em língua portuguesa disponibilizados no site do MAM. Sob estes documentos realizou-se pré-análise; observando as dimensões do contexto, da autoria, da lógica interna e conceitos-chaves; e, posteriormente, análise. As entrevistas ocorreram de forma *on-line*, prioritariamente, com aqueles que representam a organização do movimento em Minas Gerais, foram norteadas por roteiro semiestruturado e interpretadas sob a mesma lógica utilizada na análise documental. Da análise deste material empírico, surgiram categorias analíticas referentes aos impactos da atividade minerária sobre as regiões mineradas, sobre a saúde das populações afetadas e sobre a saúde dos seus trabalhadores; bem como sobre a atuação do MAM em regiões mineradas, que suscita enfaticamente a discussão acerca do modelo minerador brasileiro a partir da posição subordinada e dependente do Brasil na economia mundial. Verificou-se que as ações do MAM em suas regiões de atuação consistem na mobilização das populações afetadas ou ameaçadas pela mineração, incluindo os trabalhadores, em torno da luta contra esses impactos a partir do tripé: organização, formação e luta. Nesta direção, destaca-se a militância por Áreas Livres de Mineração que visa a preservação de recursos e aspectos essenciais à proteção e promoção de saúde. Ao passo que essas verificações nos remetem à promoção da saúde na perspectiva dos seus determinantes, pois sublinha as condições de existência e dos fatores relacionados aos estados de bem-estar e adoecimento dos segmentos populacionais afetados pela cadeia produtiva da mineração; o debate acerca do modelo minerador brasileiro problematiza a produção e promoção da saúde sob o prisma da sua determinação, uma vez que destaca a causa estrutural das condições de vida e saúde destes segmentos populacionais, qual seja, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Foi verificado que esta é também a discussão central da abordagem da determinação social da saúde, que tematiza a imbricação existente entre produção e promoção de saúde e este modelo de desenvolvimento econômico. Para o enfrentamento a essa apropriação, o MAM propõe aquela que se revelou como a sua principal pauta mobilizadora: a Soberania Popular na Mineração.

Palavras-chave: Mineração, Promoção de Saúde, Determinantes Sociais da Saúde, Determinação Social da Saúde.

ABSTRACT

Minas Gerais (MG) was historically constituted with the mining brand. The mineral exploration model in force in the country, undertaken through mega-mining, causes perverse environmental, economic and social effects. The existence of the Movement for Popular Sovereignty in Mining (MAM) is based around the need to discuss this mineral model, its impacts and a new proposition for its format. Assuming the close relationship of these dimensions (environmental, social and economic) with the production and promotion of health, this study aims to understand whether the actions carried out by MAM in its regions of operation, especially considering the state of Minas Gerais, are located to some extent in the theoretical-methodological field of health promotion. This is a qualitative study that consisted of documental research and semi-structured interviews with key informants. For the documentary research, documents in Portuguese available on the MAM website were selected. Under these documents, a pre-analysis was carried out; observing the dimensions of context, authorship, internal logic and key concepts; and later analysis. The interviews took place online, primarily, with those who represent the organization of the movement in Minas Gerais, were guided by a semi-structured script and interpreted under the same logic used in the document analysis. From the analysis of this empirical material, analytical categories emerged referring to the impacts of the mining activity on the mined regions, on the health of the affected populations and on the health of their workers; as well as on the role of MAM in mined regions, which emphatically raises the discussion about the Brazilian mining model from the subordinate and dependent position of Brazil in the world economy. It was found that MAM's actions in its regions of operation consist of mobilizing populations affected or threatened by mining, including workers, around the fight against these impacts from the tripod: organization, training and struggle. In this direction, the militancy for Mining Free Areas stands out, which aims to preserve resources and essential aspects for the protection and promotion of health. While these findings lead us to health promotion from the perspective of its determinants, as it underlines the conditions of existence and factors related to the states of well-being and illness of population segments affected by the mining production chain, the debate about the Brazilian mining model problematizes the production and promotion of health from the prism of its determination, since it highlights the structural cause of the living and health conditions of these population segments, that is, the capitalist economic development model. It was verified that this is also the central discussion of the approach of the social determination of health, which thematizes the existing overlap between health production and promotion and this model of economic development. To face this appropriation, MAM proposes what has proved to be its main mobilizing agenda: Popular Sovereignty in Mining.

Keywords: Mining; Health Promotion; Social Determinants of Health; Social Determination of Health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM – Agência Nacional de Mineração

ANA – Agência Nacional das Águas

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CODEMA – Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EFC – Estrada de Ferro Carájas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

HC-UFGM – Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MG – Minas Gerais

MME – Ministério de Minas e Energia

MTM – Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM)

MST – Movimento do Sem Terra

ONG – Organização não governamental

SOF – Sempreviva Organização Feminista (SOF)

PT – Partido dos Trabalhadores

PMB – Produção Mineral Brasileira

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVO GERAL	13
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. MÉTODOS	14
3.1 A PESQUISA DOCUMENTAL	14
3.1.2 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA	16
3.1.3 A PRÉ- ANÁLISE	17
3.1.4 A ANÁLISE	18
3.2 ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE	19
4 REFERENCIAL TEÓRICO	21
4.1 BRASIL, UM PAÍS MINERADO	21
4.2 A MINERAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	38
4.3 O MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM)	46
4.4 PROMOÇÃO DE SAÚDE	53
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL	61
5.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE CONSTRUÍDAS	63
5.2.1 Impactos da Mineração sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva das atividades a minerária e sobre saúde das populações afetadas	63
5.2.2 Impacto da atividade minerária sobre seus trabalhadores	68
5.2.3 O modelo mineral primário exportador brasileiro, a Determinação Social da Saúde e a proposição da Soberania Popular na Mineração	71
5.3 ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE	77
5.3.1 Características dos informantes-chaves	77
5.3.2 Estrutura Organizacional do MAM	78
5.3.3 Atuação do MAM	81
5.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE CONSTRUÍDAS	85
5.4.1 Os impactos da Mineração sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva das atividades a minerária, sobre saúde das populações afetadas e sobre a saúde dos trabalhadores	85
5.4.2 A atuação do MAM e o ideário da Soberania Popular enquanto práticas de promoção de saúde	87
6 A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES	94

7 REFERÊNCIAS ..	97
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B	104
APÊNDICE C	109
APÊNDICE D	155
ANEXO A	158
ANEXO B	159

1 INTRODUÇÃO

Minas Gerais (MG) se constituiu historicamente com a marca da mineração. A atividade extrativa inicia-se ainda no século XVII (SILVA, 1995; COELHO, 2012; ARAÚJO e FERNANDES, 2016) e até hoje o estado é considerado estratégico para a mineração no Brasil (IBRAM, 2021). Segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a Produção Mineral Brasileira (PMB) foram de 920 milhões de toneladas de janeiro a setembro de 2021 o que representa um aumento de 104% em relação ao mesmo período de 2020. Nos estados do Pará e Minas Gerais localizam-se os 15 maiores municípios arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) (IBRAM,2021).

No paradigma de desenvolvimento econômico que ao longo da história vem sendo construído no Brasil vigora um modelo mineral empreendido por meio da megamineração, voltado para a produção em larga escala e exportação e causador de perversos efeitos ambientais, econômicos e sociais (COELHO, 2012, 2015, 2016; MAGNO, 2017; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018). É em torno da necessidade da discussão deste modelo mineral, primário e exportador, dos seus impactos e de nova proposição para seu formato e que se fundamenta a existência do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O movimento surge no ano de 2012 de um contexto regional, qual seja, “das lutas localizadas e de mobilizações contra projetos agropecuários e minerários na Amazônia” (MAGNO, 2017, p.281), dentre as quais destaca-se a luta contra o projeto Grande Carajás, desenvolvido a partir de 1978, no estado do Pará, pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), atual Vale (COELHO, 2015; MAGNO, 2017).

Dentre as razões para a existência concomitante dessas duas questões, agrária e mineral, Magno (2017) pontua aquela que pode ser identificada imediatamente como resultante da posição subordinada e passiva do país na economia mundial: “[...] a estruturação de uma geopolítica econômica, cultural e ambiental da elite brasileira que possibilitou a integração internacional da Amazônia (via agronegócio e mineração) ao processo de acumulação capitalista” (BECKER, 2007; MONTEIRO e COELHO, 2007 apud MAGNO, 2017, p.281).

Inicialmente denominado como Movimento dos Atingidos pela Mineração, representando os afetados diretamente pelas atividades de extração, beneficiamento e

transporte da exploração mineral, o MAM amplia seus discursos, pautas e linhas de atuação tendo em vista a necessidade de construção de um debate sobre a questão mineral e o modelo mineral brasileiro, para o qual o movimento passa a propor um novo formato calcado nos pressupostos da organização e participação popular, passando a se denominar, então, Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAGNO, 2017).

O MAM se apresenta como um movimento popular não conjuntural que se propõe a debater na sociedade as apropriações e destinações dos bens minerais, o modelo mineral primário exportador e, a partir do ideário da Soberania Popular, propor e construir um novo formato de utilização desses bens, na forma de propriedade social e em benefício de todo povo brasileiro (MAM, 2022). Trata-se de um movimento recente, mas que tem se tornado “[...] referência no debate sobre mineração no Brasil e na organização de populações atingidas ou ameaçadas por empreendimentos minerários” (MAGNO, 2017, p.294).

Admitindo-se a estreita relação dessas dimensões (ambiental, social e econômica) sobremaneira afetadas pela atividade minerária com a produção e promoção de saúde, este estudo buscou compreender se as ações realizadas pelo MAM em suas regiões de atuação, considerando especialmente o estado de Minas Gerais, se em alguma medida com o campo teórico-metodológico da promoção de saúde.

2. OBJETIVO GERAL

Discutir se ações do MAM, considerando prioritariamente sua atuação no estado de Minas Gerais, se localizam no campo teórico-metodológico da promoção de saúde.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Apresentar a organização do MAM, considerando sua estruturação no estado de Minas Gerais.
- b. Identificar, descrever e discutir as ações desenvolvidas pelo MAM a partir de sua atuação no estado de Minas Gerais.
- c. Discutir se essas ações se localizam no campo teórico-metodológico da promoção da saúde.

3. MÉTODOS

A problematização em questão e os objetivos que dela se originam sinalizam para metodologia qualitativa como a mais adequada para o atingimento da proposta deste estudo. Tomando por metodologia o que Minayo afirma ser “[...] a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2001, p.22), e que tal prática faz referência, invariavelmente, às teorias sob as quais o pesquisador deseja desvendá-la; este trabalho pretende estudar a atuação do MAM, considerando o referencial teórico sobre promoção de saúde apresentado no capítulo 4 deste trabalho.

Segundo Minayo (2001), tal prática deve se configurar como uma abertura capaz de captar o dinamismo, as crenças, os valores, as atitudes e demais aspectos que ofereçam a possibilidade de descrição detalhada do objeto de estudo, não podendo ser reduzida, portanto, à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22), que por sua vez faz referências à técnicas pertencentes à abordagem quantitativa (MINAYO, 2001).

A despeito de possibilitar tal descrição, segundo esses autores, a pesquisa qualitativa, não conclui as possibilidades de conhecimento da realidade a ser estudada. Ela apenas faz “[...] uma aproximação da sua suntuosidade”, conforme afirma Minayo (2001, p.22). Dada a busca por essa aproximação, este estudo se constituiu por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com informantes-chave.

3.1 A PESQUISA DOCUMENTAL

No que diz respeito à pesquisa documental, Silva et. al. (2009) afirma que se trata de um método de pesquisa que “[...] permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos” (SILVA et al., 2009, p.4557). Tal afirmação é feita tendo em vista que os documentos “[...] são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas [...]” (SILVA et al., 2009.p.4557), dando a estes documentos formas convenientes e representativas, conforme afirma Bardin (1977). Segundo esta autora, esse conjunto de procedimentos possibilita “[...] passar um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)” (BARDIN, 1977, p.46).

A partir de Gomes (2007), Silva et.al. (2009) reforçam seu entendimento da pesquisa documental enquanto método. Estes autores afirmam que este conjunto de transformações dizem respeito a dimensões próprias dos métodos de pesquisa, quais sejam, a dimensão teórica “[...] que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo”; a dimensão morfológica “[...] que estrutura sistematicamente o objeto de investigação”[...] e a dimensão técnica “[...] que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou” (GOMES, 2007 apud SILVA et al, 2009, p.4557). Ainda segundo os autores, a pesquisa documental é composta por duas etapas: a coleta dos dados e análise do material coletado.

A coleta dos dados ocorre estritamente a partir de documentos sendo estes documentos primários, característica definidora e forma preconizada deste método (PIMENTEL, 2001; SILVA *et al.*, 2009; KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015).

No campo do universo consensual, a palavra documento nos remete intuitivamente a algo com valor legal, que serve de registro, comprovação. Não muito distante deste entendimento, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define o termo como “[...] qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (ABNT, 2018, p.2). Nesta mesma direção, Cellard (2008) afirma que o “[...] termo assume o sentido de prova - instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta; para servir de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos” (CELLARD,2008 apud KRIPKA, SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Um aspecto importante sublinhado por Silva et.al. (2009) é que os documentos não são “[...] produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço” (SILVA et al,2009, p. 4556). O que significa que “[...] estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador” (SILVA et al, 2009, p. 4556).

No que diz respeito à característica da primariedade, Kripka, Scheller e Benotto (2015) a explicam que na pesquisa documental, os documentos utilizados não passaram por nenhum tipo de tratamento, podemos dizer “[...] não foram criados em um contexto de procedimento de pesquisa” (CELLARD, 2008, p. 297), e citam como forma de exemplo “[...] relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação [...]” (KRIPKA, SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 59). Dentre estes, os documentos de linguagem escrita assumem relevância (SILVA et al,2009). Sem a pretensão de esgotar tudo

que pode ser considerado dentro deste espectro de documentos, Cellard (2008) os define como “[...] todo texto escrito, manuscrito ou impresso [...]” (CELLARD, 2008, p. 297).

Outra característica concerne à classificação dos documentos. A despeito das inúmeras possibilidades de agrupamento, Cellard (2008) considera dois grupos: privados e públicos. Sendo estes últimos “[...] documentação geralmente volumosa e, por vezes, organizada segundo planos de classificação, complexos e variáveis no tempo” (CELLARD, 2008, p. 297). Tendo em vista esta definição, a escolha dos documentos desta pesquisa se enquadra neste segundo grupo.

Posto essas características e definições, a escolha dos documentos foco da análise desta presente pesquisa nos permite afirmar que tal escolha nos direciona ao método da pesquisa documental, a qual neste estudo se estruturou tendo em vista os seguintes passos: primeiro, a construção do *corpus* de análise da pesquisa; segundo, a pré-análise e terceiro a análise. Sendo estes dois últimos, construídos conforme orienta CELLARD (2008).

3.1.2 A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Considerando o objeto da presente pesquisa, a saber “o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)”; suas perguntas norteadoras; seus objetivos; o aporte teórico sobre o qual se sustenta, tendo em vista os aspectos essenciais do método da pesquisa documental; procedeu-se ao longo do mês de janeiro de 2021 o levantamento dos documentos disponibilizados na seção Biblioteca do site do MAM, a saber, <https://www.mamnacional.org.br/> Esta seção é dividida em 3 partes, sendo Cartilhas, Livros e Artigos.

Estes documentos foram dispostos em uma planilha Excel (Apêndice D) construída com as seguintes informações: data da publicação no site do MAM; título do documento e o link para seu acesso. Verificou-se a existência de 6 cartilhas, sendo 4 em língua portuguesa e 2 em língua espanhola; 4 livros, sendo 3 em língua portuguesa e 1 em língua espanhola; e 355 documentos publicados em língua portuguesa na subdivisão Artigos.

De cada um dos documentos publicados na subdivisão Artigos foram extraídas a (as) autoria (as) e feita uma síntese acerca do assunto abordado. Posteriormente, foi feita uma distribuição de documento por autoria (Apêndice E) a partir da qual foi averiguada 201 de autoria do MAM, o que corresponde a cerca de 57% do universo em questão.

A definição da autoria ocorreu partir dos seguintes critérios: documentos que apresentavam assinatura do movimento expressas por meio de seu nome e sigla apenas; ou

através de suas assessorias de comunicação constituídas em nível estadual e nacional (Ex: Assessoria Comunicação MAM/BA; MAM/CE; Coletivo de Comunicação MAM) sua coordenação nacional; de suas palavras de ordem, quais sejam “Por um país soberano é sério contra o saques dos nossos minérios” e “Mineração Aqui Não!”, e por todos aqueles documentos, que apesar de escritos por indivíduos específicos (pesquisadores, docentes, advogados, jornalistas, integrantes de outros movimentos), exprimem com o entendimento do movimento.

Tendo em vista o grande número de documentos verificados associado à exiguidade do tempo, o estudo documental aqui realizado se concentrou na subdivisão Artigos, considerando o período de outubro de 2013, início das publicações, a dezembro de 2020. Esta escolha justifica-se tendo em vista a compreensão do MAM acerca destes documentos, ao dizer que expressam “A opinião das companheiras e companheiros sobre a conjuntura” [...] sendo fundamentais no entendimento de “[...] questões gerais e específicas da política e da luta de classes” (MAM, 2022).

Este conjunto de documentos se constitui no *corpus* final de análise deste estudo (Apêndice E), sob o qual prosseguiu-se com a pré-análise. Contudo, esta delimitação não significou que documentos de outras autorias não fossem retomados no momento da análise documental, como ocorreu com os do jornal Brasil de Fato, com 38 publicações importadas pelo MAM para seu site institucional. Ressalta-se que esses documentos, bem como de veículos de comunicação, de outros movimentos, entidades e organizações sociais, serão considerados para fins de publicação futura.

3.1.3 A PRÉ- ANÁLISE

A pré-análise representa a primeira fase da análise documental. Trata-se do primeiro passo do movimento de extrair dos documentos as respostas, os esclarecimentos acerca da problemática posta (CELLARD, 2008). Esta primeira avaliação desenvolveu-se observando cinco dimensões, conforme orienta Cellard (2008): 1) o contexto, que diz respeito “[...] a conjuntura política, econômica e social que propiciou a produção de um documento determinado; 2) seus autores (as), fatores que possibilitam avaliar a “[...] credibilidade de um texto, a interpretação que dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento” (CELLARD, 2008, p. 300); 3) a procedência, aspecto a ser levado em consideração no que concerne à credibilidade e autenticidade do documento; 4) a natureza

do texto, que se refere à sua estrutura; e, por fim, 5) a sua lógica interna e conceitos chaves. A lógica interna pode ser apreendida a partir do desenvolvimento dos argumentos apresentados, da identificação de seus pontos fundamentais; e os conceitos chaves, observando sua importância e sentido, conforme contexto em que foi utilizado (CELLARD,2008).

3.1.4 A ANÁLISE

Uma vez explicitados como essas dimensões se manifestaram nos documentos escopo deste estudo, procedeu-se com sua análise. De acordo com Cellard (2008), este é o momento de reunir todas os elementos- as questões motivadoras do estudo, os elementos do quadro teórico e as verificações da pré-análise documental (CELLARD, 2008, p. 303). Para Silva et. al. (2009), esta é a hora em que “O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico” (SILVA et al, 2009, p. 4559).

Essa análise resultou no estabelecimento de três eixos temáticos apresentados no capítulo 5 – Resultados e Discussão, quais sejam, 1) Impactos da atividade minerária sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da atividade minerária e sobre a saúde das populações afetadas; 2) Impactos da atividade minerária sobre a saúde dos seus trabalhadores; 3) o modelo mineral primário exportador brasileiro, a determinação social da saúde e o ideário da Soberania Popular na Mineração.

Ressalta-se que essa definição não foi estabelecida *a priori*, pois como assevera Netto (2016), “[...] na ótica marxiana, a teoria nada produz” [...], mas antes “[...] reproduz o movimento real do objeto [...]”(NETTO, 2016). Assim, esse estabelecimento foi sendo construído ao longo da leitura e releitura dos documentos que compõe o *corpus* da pesquisa, em especial, no decorrer da análise das dimensões preconizadas na fase pré-eliminar - sobre estas, destaca-se a dimensão relativa à lógica interna do texto - tendo como pano de fundo, evidentemente, os objetivos em questão e, evidentemente, o referencial teórico adotado.

3.2 ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

A adoção das entrevistas estruturadas com informantes-chave se justifica pelas possibilidades que ele traz, conforme nos explica Poupart (2008). Dentre estas destacam-se duas, particularmente importantes a um pesquisador. A primeira de cunho metodológico, pois

a entrevista de tipo qualitativo figura-se como um método, técnica, ferramenta capaz de “elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores” (POUPART, 2008, p.216). Desdobrando-se desta, está uma segunda possibilidade, explorar em profundidade as perspectivas, compreensões dos entrevistados acerca do tema objeto do estudo Poupart (2008).

As entrevistas foram norteadas por meio de roteiro semiestruturado (Apêndice A) elaborado previamente a fim de abordar as questões que interessavam ser trabalhadas juntos aos informantes-chaves com vistas a atender aos objetivos propostos e, ao mesmo tempo, dar a estes a abertura para que possam falar dos assuntos ou temas que julgarem pertinentes, como para a emergência de novas questões (POUPART, 2008).

A definição dos informantes-chave foi orientada a partir da seguinte indagação: “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” (DESLANDES, 2001, p.43). A sua resposta, considerando a questão norteadora deste estudo, qual seja, a atuação do MAM no estado de Minas Gerais e as ações e práticas de promoção de saúde, nos conduziu à definição por membros do MAM, prioritariamente, aqueles que representam a organização do movimento em Minas Gerais. Esses indivíduos se apresentaram como aqueles que têm “[...] um conhecimento especial, informação profunda e ampla sobre “[...] assunto de interesse específico do pesquisador” (SCHENSUL, 2004 apud BISOL, 2012, p.722).

Quando da anuência da participação, que se deu mediante consentimento dos entrevistados registrado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), procedeu-se com as entrevistas cuja agendamento respeitou a disponibilidade dos entrevistados e das pesquisadoras. Conforme previsto neste documento foram concedidas autorizações por meio de Parecer da Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFMG) (Anexo A) e Carta de Anuência do Serviço Especializado em Saúde do Trabalhador (Anexo B) desta instituição. Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e aprovada sob número de protocolo CAAE 42398721.5.0000.5149

De início foram realizadas entrevistas com dois membros da coordenação nacional do movimento na condição de pré-teste, tendo em vista a verificação de possíveis ajustes no roteiro da entrevista. Foram elaboradas perguntas referentes à identificação e demais aspectos pessoais dos informantes-chave, à estrutura organizacional do MAM e demais questões relativas ao atingimento do objetivo proposto. Nesta ocasião pesquisadores e entrevistados concluíram que o roteiro estava adequado para o alcance dos objetivos propostos.

Esses dois entrevistados indicaram e intermediaram o contato com os demais membros do MAM e esta mesma lógica se repetiu em algumas entrevistas realizadas. Ao todo, foram entrevistados oito informantes-chave. Esclarece-se que as entrevistas testes não foram contabilizadas e nem consideradas no plano de análise dos dados

Face à situação de pandemia vivenciada, as entrevistas ocorreram à distância (on line) via plataforma Microsoft Teams. Esta escolha justifica-se tendo em vista que para realização de atividades acadêmicas não presenciais, a Universidade Federal de Minas Gerais aderiu ao serviço gratuito disponibilizado pela Microsoft, o qual está incluso a referida plataforma.

Antes do início das entrevistas, mas com sua gravação em curso, o TCLE foi lido para cada informante-chave, buscando ratificar seus aspectos, dirimir qualquer dúvida existente e confirmar a anuência concedida. Posteriormente as entrevistas foram transcritas na íntegra e realizadas análise.

Esse exame seguiu a mesma lógica utilizada para a análise documental, qual seja: leitura e releitura do material transcrito, sem o estabelecimento de categorias *à priori*, sob à luz dos objetivos em questão e do referencial teórico adotado. Contudo cabe ressaltar que a realização da análise documental direcionou o olhar quanto à definição destas categorias, ao passo que a análise das entrevistas ocasionou a retomada da pesquisa documental realizada, seja porque ratificou seus achados e/ou esclareceu outros. Como resultado foram construídas as seguintes categorias analíticas: 1) Os impactos da atividade minerária sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da mineração, sobre a saúde das populações afetadas e sobre a saúde dos trabalhadores; 2) A atuação do MAM em regiões mineradas, a luta por Territórios Livres de Mineração e a Soberania Popular na Mineração enquanto práticas de promoção de saúde.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 BRASIL, UM PAÍS MINERADO

A mineração não é uma atividade contemporânea da economia brasileira. Ainda que não tenha sido a primeira desenvolvida pela metrópole portuguesa, o Brasil colônia vivenciou, entre o final do século XVII até a década de 1780, intensa exploração de minas de ouro (MAGNO, 2017). “As incursões dos bandeirantes em busca de metais preciosos definiram novas rotas para a ocupação do interior do Brasil e culminaram com a exploração de ouro, inicialmente na região das Minas Gerais” (ANM, 2019, p. 2).

O ciclo do ouro, deflagrado no interior dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, foi responsável por acelerada ocupação do país (ARAÚJO; FERNANDES, 2016, p.7). Segundo Coelho (2015), esse ciclo reforçou as práticas mercantilistas nas metrópoles, impulsionou a superação do modo de produção feudal europeu e, assim, “[...] o nascimento do capitalismo no mundo” (COELHO, 2015, p.10).

Mas como contraponto, na colônia portuguesa não se colheu os louros dessa era dourada. Além da utilização da mão de obra, predominantemente, escrava, “[...] o ouro não engendrou segmentos produtivos *in loco*, pois muito se gastava na importação de gêneros de subsistência e quase nada se produzia dentro das Minas, não ocorrendo, também, a retenção do excedente produzido” (COELHO, 2012, p.131).

Passados três séculos, a mineração do século XXI guarda algumas semelhanças com aquela ocorrida durante o ciclo do ouro, ainda que agora desenvolvida a partir de megaempreendimentos robustos, mecanizados e voltados à mineração em larga escala, além de figurar “[...] como uma atividade econômica de caráter nacional [...]” (MAGNO, 2017, p.279) e central no projeto de desenvolvimento econômico do país (MAGNO, 2017).

Minas e jazidas continuam sendo exauridas incessantemente e Minas Gerais (MG) mantém-se sendo alvo da exploração mineral. Dados mais recentes da Agência Nacional de Mineração (ANM) (2021) e do IBRAM (2021) mostram que no que diz respeito a substâncias metálicas, dentre as quais se destaca o minério de ferro, MG, juntamente ao estado do Pará, são os de maior representatividade na produção e faturamento do setor mineral, sendo também os estados que apresentam a maior arrecadação da CFEM.

No que diz respeito a essas substâncias, destaca-se o Nióbio. De acordo com Wanderley, Milanez e Gonçalves (2020), cerca de 90 % da reserva em exploração no mundo deste mineral estão em solo brasileiro que abriga cerca de 842,4 milhões de toneladas de

nióbio, sendo que 75% deste total estão localizadas em Araxá (MG) e sob a exploração da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). O restante se encontra nas cidades de Catalão e Ovidor, no estado de Goiás, cuja exploração fica a cargo da Niobrás, controlada pela transnacional China Molybdenum. A empresa é especializada na mineração e comercialização de metais básicos e raros no mundo, sendo líder na produção de tungstênio; a segunda maior na produção de nióbio e uma das principais produtoras de cobre¹.

Outra representante corporativa da exploração de Nióbio é Mineração Taboca, controlada pela peruana Misur, com mina e metalurgia localizadas na cidade de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas (AM). Juntas, CBMM, Niobrás e Taboca são responsáveis por 86% da produção mundial de Nióbio, que é em sua boa parte é revertido na produção ferro-nióbio, liga metálica utilizada na fabricação de aço de alta resistência, principal produto de exportação destas empresas. Ressalta-se que 80% desta produção está nas mãos da CBMM (WANDERLEY, MILANEZ e GONÇALVES, 2020).

Contudo, as regiões mineradas permanecem gozando de baixo desenvolvimento econômico e social. Além da destruição do homem, a megamineração destrói também a natureza; e o Brasil ainda permanece na condição de fornecedor de matérias primas minerais para o mercado externo (COELHO, 2012; 2015; 2016; CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018; MILANEZ, 2019).

Esta posição nunca foi abandonada nos sucessivos ciclos econômicos que se sucederam na história da economia do país (MAGNO, 2017) e foi aprofundada a partir de 1990, período que inaugura uma nova fase do capitalismo mundial (COELHO, 2016; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018; MILANEZ, 2019).

Segundo Miranda (2013), esse novo período, que começa ainda na década de 1960, é marcado pela retomada do liberalismo econômico, caracterizado pela redução da intervenção estatal, desregulamentação e liberalização do comércio e dos mercados financeiros e incrementado pelas “[...] inovações na tecnologia de informação; criação de novos produtos financeiros (*hedge* e derivativos) e o surgimento dos investidores institucionais (fundos de pensão, companhias de seguro e clubes de investimento, dentre outros)” (MIRANDA, 2013, p.1). Para Carvalho, Milanez e Guerra (2018), trata-se de “[...] um intenso desenvolvimento das ciências e da tecnologia, apartado das necessidades humanas [...]” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018, p.19) e que impôs de forma incontestável “[...] processos de

¹ Disponível em: <https://en.cmoc.com/html/AboutUs/Introduce/>

expansão sem controle e sem limites a exigir dos diversos países diferentes padrões de ajuste” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018, p.19).

Para o continente latino americano em geral e para o Brasil, especificamente, esse padrão de ajuste significou a adoção de um paradigma de desenvolvimento assentado no extrativismo intensivo de recursos naturais, em especial, os minerais, a partir da produção em larga escala voltada para exportação (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018; MILANEZ, 2019).

A partir de 1930, é empreendido no país a implementação do modelo de industrialização por meio da substituição de importação, sendo o auge desse processo na segunda metade do século XX, em especial, nas décadas de 1950 e 1960, e o Estado seu protagonista. Este teria como atribuição “[...] o planejamento, políticas industriais que incentivassem o investimento privado na indústria, investimento estatal em setores básicos, preferência pelo capital nacional, política de juros reais negativos e o protecionismo” (COELHO, 2016, p.128).

No entanto, essa atuação falha, que se deu via endividamento externo, não foi suficiente para a verdadeira efetivação desse modelo, com suas propostas de desenvolvimento econômico a partir de diversificação da estrutura produtiva e menor dependência da exportação de matérias primas (MILANEZ, SANTOS, 2013; COELHO, 2016; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018). Pelo contrário, pois, conforme afirma Coelho (2015), paralelo ao processo de industrialização encabeçado pelos regimes civil-militares, foram lançadas “[...] as bases para a especialização minério-exportadora. A especialização na produção de matérias-primas recebeu um imenso aporte através de grandes projetos” (COELHO, 2015, p.30).

Segundo Magno (2017), o país recebeu aportes financeiros, em especial, dos governos norte americano e inglês, para a construção de infraestruturas destinadas a modernizar, potencializar e integrar a produção mineral brasileira, visto suprir também as demandas dessas grandes nações envolvidas com a Segunda Guerra Mundial, em curso à época. Nascia assim a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, recebeu um subsídio de US\$ 14 milhões de dólares destinados à criação da CVRD em troca do fornecimento da sua produção a essas duas nações por preços abaixo dos praticados no mercado internacional.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 e naquelas que se seguiram marcando a ditadura militar, o país ganhou novas estruturas e projetos que incrementaram o arranjo institucional, o arcabouço legal e a produção do setor mineral: o Departamento Nacional de Produção

Mineral, o Ministério de Minas e Energia, um novo código mineral, o denominado Código de Mineração, a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e “[...] o primeiro Complexo Minerário brasileiro, formado, basicamente, por minas ao longo da bacia do rio Doce, por uma ferrovia entre os estados de Minas e Espírito Santo” (MAGNO, 2017, p.280), estado este onde também foi construído o Porto de Tubarão interligado à ferrovia Vitória Minas; e demais estruturas destinadas a atender a cadeia produtiva de extração mineral, que passa a se estender também para a região norte do país. É o caso da Hidrelétrica de Tucuruí, construída para suprir as demandas por energia dos processos de beneficiamento mineral de alumínio da Alcoa e Albrás/Alunorte (COELHO, 2015; MAGNO, 2017; SCLIAR, CUNHA e INÁCIO, 2019).

Em 1976 A CVRD já era a principal empresa exportadora do país e passou a ter como alvo de exploração o Projeto Grande Carajás, no sudeste do estado do Pará, mais um empreendimento dos governos civil-militares. O projeto iniciou-se em 1978 a partir da construção de um complexo formado por minas a céu aberto, estruturas de beneficiamento, ferrovia e porto, com vistas a exploração e exportação de minério de ferro, considerado o mais puro do mundo (COELHO, 2015).

O escoamento da produção dar-se-ia pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC). Inaugurada em 1985, a EFC foi projetada para transportar 35 milhões de toneladas anuais de minerais em seus 330 vagões que percorreriam extensos 892 quilômetros, indo da Serra dos Carajás para o Porto Ponta da Madeira em São Luís, de onde, após processos de beneficiamento primário, seria exportado para o mercado asiático, especificamente Japão (COELHO, 2015). Atualmente, pelos trilhos da EFC, os quais a própria mineradora apresenta como “o caminho por onde passa a nossa riqueza” e como “um dos maiores trens de carga em operação regular do mundo”, são transportados 120 milhões de toneladas de carga mineral por ano².

Cabe ressaltar que a Vale ampliou sua capacidade produtiva por meio do Projeto S11D, considerado “o maior complexo minerador da história da Vale”. O projeto S11 está dividido em quatro blocos, A, B, C e D. O bloco D, inaugurado em 2016, fica na Serra Sul da grande região de Carajás, especificamente m Canaã dos Carajás e consiste na implantação de mina e usina de beneficiamento para a qual foram gastos mais de US\$ 6,4 bilhões. Em Parauapebas,

² Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/initiatives/innovation/carajas-railway/paginas/default.aspx>

município vizinho a Canaã, está localizada Mina de Carajás, em operação desde 1985. O potencial mineral do corpo S11 são de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro³.

Conforme afirma Coelho (2015), “[...] os regimes civil-militares foram grandes cumpridores da função de colocar o Brasil como fornecedor de matérias-primas do sistema internacional” (COELHO, 2015, p.30). Corroborando com o autor, Scliar, Cunha e Inácio (2019) afirmam que, nos governos militares, “[...] a mineração foi considerada estratégica para fortalecer a economia nacional e estreitar os laços com os grandes grupos econômicos mundiais” (SCLIAR, CUNHA, INÁCIO, 2019, p.21). Nesta direção, Magno (2017) conclui que “[...] a industrialização brasileira, em boa medida, foi fomentada pelo setor de mineração, construindo siderurgias, portos e demais plantas industriais ligadas a essa atividade” (MAGNO, 2017, p.158).

Coelho (2015) defende a tese que, desde o fim dos anos de 1970, as atividades do setor primário vêm ocupando papel significativo na pauta exportadora do país, delineando sua trajetória econômica, marcada por empréstimos do capital externo que, ao aumentar o saldo devedor da dívida do país, justificava a especialização em extração de recursos naturais como uma saída para amortização da própria dívida que, ainda assim, não deixou de pressionar “[...] as finanças públicas” e mostrar “[...] a face da crise vindoura dos anos 1980” (COELHO, 2015, p.31).

A crise financeira vivenciada nessa década redirecionou as táticas de desenvolvimento econômico, que retomou de vez as exportações, tendo em vista o pagamento da dívida externa e a recuperação do equilíbrio da balança comercial. A partir de 1990 inicia-se uma série de “ciclos” que compõe a experiência de ajuste da economia brasileira aos ditames do capitalismo mundial financeirizado (MILANEZ e SANTOS, 2013; COELHO, 2016; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018).

A começar pelos governos de Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), que, em prol da estabilização econômica, amortização da dívida pública e orientados por ideias neoliberais, foram marcados por privatizações, desregulamentações, entradas de capitais transnacionais, corte de verbas para políticas sociais (MILANEZ e SANTOS, 2013; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018).

³ Disponível em:

<http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/Paginas/s11d.aspx>

No setor minerário, a CVRD foi privatizada no ano de 1997, passando a se chamar em 2006 Vale S.A. O processo de privatização da empresa é questionado por mais de 100 ações populares que tramitam na justiça, dentre as razões está situações que colocam indubitavelmente em xeque a lisura do processo de leilão da estatal. Dentre elas, está a presença do banco Bradesco, que participou do processo de avaliação da CRVD, bem como do edital de seu leilão e posteriormente se tornou um dos proprietários da mineradora por meio do Consórcio Brasil – formado por um grupo de grandes empresas que arrematou a CRVD.

A ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência inaugura uma era (2003-2010) de manutenção de pactos com partidos políticos e com representantes dos interesses do capital, mantendo assim as orientações da ideologia neoliberal, mas com algumas entonações durante os dois mandatos de seu governo (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018). Iniciou-se, assim, novos ciclos de ajustes em que persiste a “[...] composição orgânica do capital financeiro com o capital vinculado à produção de commodities agrícolas, minerais e outros recursos naturais” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018, p.25).

De acordo com Milanez e Santos (2013), Coelho (2016), Carvalho, Milanez e Guerra (2018), o forte apoio dado por esse governo às atividades de produção de commodities, como estratégia de crescimento econômico e superação das desigualdades sociais; a valorização desse mercado a partir de 2002; o aumento de bens extrativos na pauta exportadora; a mineração em céu aberto, em larga escala, favorecida pelos avanços científicos-tecnológicos; o Estado, não apenas como aquele que assegura as condições de produção e de acumulação, mas também como sujeito atuante e compensador, por meio de apropriação e redistribuição da renda, formaram os elementos e o contexto em que vigora o neoextrativismo.

Esse termo, que, segundo Coelho (2016), foi cunhado por Eduardo Gudynas, “[...] um dos intelectuais contemporâneos mais destacados no debate da relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente” (COELHO, 2016, p.85) e diz respeito ao extrativismo caracterizado pelo “[...] grande volume de material exportado e removido, a intensidade dos efeitos ambientais causados pela atividade – a ecotoxicidade, o uso de substâncias tóxicas, a emissão de poluentes, a geração de contaminantes” (GUDYNAS, 2015, p.13 apud COELHO, 2016, p.85).

O neoextrativismo seria, então, um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada (GUDYNAS, 2009, 2012a apud MILANEZ e SANTOS, 2013, p.121), empreendido por governos com ideais progressistas, que elevaram as taxas de tributação, aumentaram a receita pública e, em paralelo, encaparam

um amplo processo de enfrentamento à pobreza, por meio de políticas públicas, em especial, de distribuição de renda, e forte estímulo ao consumo (COELHO, 2016; CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018).

Cabe ressaltar que essas inflexões que marcam a “Era Lula”, entendidas, conforme afirma Coelho (2016), como esforços a fim de dar corpo aos princípios da Constituição de 1988, em verdade “[...] transformaram periféricamente a estrutura social do país, em silencioso percurso, através de políticas públicas de educação, moradia e, principalmente, políticas sociais de combate à pobreza e de valorização real do salário mínimo” (COELHO, 2016, p.134). Nas palavras de Milanez, Santos e Guerra (2018) tratou-se de uma “[...] pretensa conciliação de classe [...]” (MILANEZ, SANTOS, GUERRA, 2018, p.25).

Considerados marcas distintivas do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), esses avanços sociais carregaram severas contradições, conforme sublinha Malerba (2012). O combate à desigualdade social e redução da pobreza, uma vez experimentados a partir da expansão e intensificação das atividades extrativas, impulsionaram “[...] um processo de desposseção, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios” (MALERBA, 2012, p.12) e intensificam os riscos a que esses grupos já estão submetidos, por serem, em sua maioria, vulneráveis economicamente, minoritários politicamente e majoritariamente representados pela população negra, como destacam Mansur et al. (2016).

O neoextrativismo, intensificado no Brasil durante esse governo, foi, em parte, estimulado pela expansão do mercado chinês, em função dos processos de industrialização e urbanização instaurados neste país que, a partir de 2000, passou a ser o principal demandante de commodities minerais, elevando significativamente o preço destas e marcando o início de uma época conhecida como “boom das commodities” (COELHO, 2016; MILANEZ, MANSUR e WANDERLEY, 2019). Em parte, porque, conforme mostra Milanez (2016) e Milanez, Mansur e Wanderley (2019), há outro estímulo que está fortemente imbricado à valorização do mercado de commodities minerais: a sua progressiva financeirização.

Em linhas gerais, a financeirização diz respeito à predominância do capitalismo financeiro sob o capitalismo produtivo, ao surgimento de novos agentes econômicos a intermediar o fluxo do dinheiro, fazendo com que este retorne aos seus investidores de forma valorizada. Ou seja, refere-se à centralidade da atividade financeira como forma de valorização do capital (MIRANDA, 2013; MILANEZ, MANSUR e WANDERLEY, 2019). Considerando-se a análise do mercado de *commodities* de minério de ferro, Milanez, Mansur e Wanderley (2019) apontam os efeitos da performatividade do mercado financeiro e do

surgimento das *junior companies* como fatores influenciantes na variação de preços desse bem.

A partir de Callon (2006), Muniesa *et al.* (2007) e Lebaron (2012), os autores Milanez, Mansur e Wanderley (2019) explicam que a performatividade, aplicada ao mercado financeiro, diz respeito às representações, materializadas nos discursos e nas crenças econômicas de seus agentes, assentadas em informações, conhecimentos e interpretações sobre esse mercado, que produzem o cenário mercantil que posteriormente será objeto de atuação.

Conforme Milanez, Mansur e Wanderley (2019), a performatividade tem como desdobramento a “[...] consolidação de mercados específicos, como *locus* de obtenção dos recursos financeiros” a partir da mobilização de “[...] discursos e dispositivos de mercado como forma de atrair a atenção de potenciais investidores” (MILANEZ, MANSUR, WANDERLEY, 2019, p.109). E, no caso do mercado em questão, as *junior companies* são um exemplo do funcionamento desta engenharia do mercado financeiro.

Em comparação com as empresas do setor mineral, as *junior companies* são empresas de pequeno porte, o que facilita a pouca visibilidade de sua atuação, que tem por objetivo abrir frentes à exploração mineral a partir da atividade de prospecção. Como não dispõem de recursos suficientes para realizar a atividade de pesquisa, essas empresas buscam recursos no mercado financeiro a partir de negociação de suas ações (MILANEZ, 2016; MILANEZ, MANSUR E WANDERLEY, 2019). Estas, por sua vez, só se tornam atraentes a partir do anúncio da potencialidade de suas pesquisas acerca da descoberta de possíveis áreas viáveis à exploração mineral, gerando, portanto, lucro aos que vendem as ações e promessa de ganho futuro aos que as compram; e caracterizando, assim, um dos componentes na formação do comércio de commodities minerais como local de produção e produto da ação performática dos agentes do mercado financeiro (MILANEZ, 2016; MILANEZ, MANSUR e WANDERLEY, 2019).

Ainda segundo esses autores, neste cenário de vendas rentosas baseadas em promissores ganhos, os preços das commodities acabam sofrendo uma elevação postiça, que não é consequência da clássica premissa oferta-demanda do mercado físico, ou seja, do crescimento do setor produtivo e da economia, conforme afirma Miranda (2013). Nesta perspectiva, o autor afirma que “um dos fatores que mais evidenciam o processo de financeirização é a diferença entre as taxas de crescimento dos ativos financeiros e da riqueza real da economia” (MIRANDA, 2013, p.1).

Além de mudanças no mercado concreto, Miranda (2013) assevera que a financeirização tem repercussão também sobre a estrutura de capital e a gestão das empresas, que passam a ser organizadas visando, em curto prazo, “[...] a maximização do lucro [...] e a criação de riqueza aos acionistas” (MIRANDA, 2013, p.2), o que afeta também

[...] o volume de produção, as relações de trabalho, a política de financiamento e a estrutura de capital; “[...] os gestores devem rever suas técnicas de gestão de forma a atender aos interesses dos acionistas. Assim, as formas de competição e as relações capital/trabalho e trabalhistas são diretamente afetadas (BOYER, 2000 apud MIRANDA, 2013, p.9).

De acordo com dados do Observatório de Economia Contemporânea da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a mineradora Vale distribuiu entre 2008 e 2017 66% do seu lucro líquido aos acionistas, o que corresponde, em valores absolutos, a 37,6 bilhões de dólares dos 57 bilhões faturados pela empresa nesse período⁴. Assim, corroborando o que diz Coelho (2016), os acionistas, esses novos agentes econômicos, são o exemplo da financeirização enquanto processo sociológico, uma vez que representam os “[...] estratos de classe ligados aos ganhos deste sistema” (COELHO, 2016, p.109). Em contrapartida, foi observado que no período e 2014 a 2017 a empresa reduziu em cerca de 50% os investimentos na manutenção de suas operações, incluindo gastos com “pilhas de barragens e rejeitos” e em “saúde e segurança”

Mas, detrás do neoextrativismo levado a cabo na Era Lula e mantido durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), está uma inserção econômica frágil, à mercê da instabilidade dos preços das commodities, e uma política interna marcada por alianças políticas de cunho conservador “[...] movidas pela tradicional ‘política de negócios’” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018, p.26).

Esse foi um arranjo político que, no ano de 2014, no cenário de queda no preço das commodities e desfavorecimento do cenário econômico ocasionados pelo “[...] alastramento da crise econômica global [...] desaceleração do crescimento da economia na China [...] e o componente especulativo decorrente do mercado financeiro, expresso em negociações no mercado futuro” (WANDERLEY, 2017, p.3), irrompeu o processo de *impeachment* da presidenta.

Para Carvalho, Milanez e Guerra (2018), trata-se de “um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático, a desencadear a implementação intensiva de políticas neoliberais, com o desmonte de direitos e recuos de políticas sociais” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA,

⁴ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/>

2018, p.27). O governo Temer rememora uma época de políticas neoliberais totalmente na contramão dos investimentos sociais e do enfrentamento à pobreza encampadas pelos governos anteriores, ainda que a partir de estratégias controversas, assentadas na lógica produtivista mineral (MALERBA, 2012; COELHO, 2016; MILANEZ, SANTOS e GUERRA, 2018).

Em linhas gerais mantêm-se a tradicional “política de negócio” (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018, p.26). Porém, o triênio que se inicia no ano de 2016 com o golpe de estado que leva Michel Temer à presidência marca uma época de total servilidade aos interesses do capital (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018).

No entanto, nessa nova conjuntura, o neoextrativismo de viés “progressista”, expressão que, como sublinha Milanez, Coelho e Wanderley (2017), a despeito das estratégias de desenvolvimento adotada pelos governos petistas, diz respeito a uma autoatribuição desses governos, cede lugar ao neoextrativismo de caráter “liberal-conservador” (MILANEZ, COELHO e WANDERLEY, 2017, p.2), marcado, segundo esses autores, por uma reorientação em relação ao papel do Estado, que nessa nova modalidade abre mão da função de neutralizar as tensões criadas pela atividade extrativista por meio das políticas de transferência de renda a partir da receita capturada e passa a advogar claramente a favor do “[...] fortalecimento dos interesses e dos ganhos do setor privado nacional e estrangeiro” (MILANEZ, COELHO E WANDERLEY, 2017, p.1).

Os desdobramentos dos posicionamentos desses governos no que tange à política mineral são trazidos pelos textos de autoria de Malerba (2012, 2017), Milanez, Coelho e Wanderley (2017) e Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018). De acordo com os autores, propostas de revisão do código mineral de 1967, até então vigente, haviam sido elaboradas durante os mandatos dos governos petistas, sendo materializadas de forma mais concreta no Governo Dilma, por meio do Projeto de Lei (PL) 5.807/2013.

A revisão do código mineral nesses mandatos tinha como objetivo aumentar a produção de bens minerais e sua representação no Produto Interno Bruto (PIB) do país, mas também a participação do Estado nas receitas geradas pela exploração desses recursos por meio de mudanças nas formas de cálculo dos *royalties* (MALERBA, 2012; GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018). *Royalties* é o valor pago ao Estado pela concessão de áreas para exploração mineral, uma vez que estas, conforme a Constituição Federal de 1988,

são consideradas bens da União. No Brasil, essa cessão é cobrada por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral⁵.

Ocorre é que a avaliação do PL 5.807/2013, e de suas posteriores propostas de alterações, ficaram a cargo de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, na qual o setor privado esteve presente e assegurou seus interesses através do financiamento de campanhas eleitorais dos parlamentares, caso do deputado Leonardo Quintão do (PMDB/MG) (MALERBA, 2012, 2017; GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018). De acordo com Oliveira (2014), o deputado - relator da referida comissão até o ano de 2016 recebeu - no ano de 2014, 2 milhões de reais de empresas mineradoras ou a elas vinculadas como aporte financeiro para sua campanha.

A bancada de deputados, subsidiada e conluiada ao setor privado da mineração, tratou de anular os anseios de uma maior governabilidade pública sobre os recursos minerais por meio de medidas parlamentares que contemplavam o repasse de novas áreas para exploração mineral por meio de licitação e leilões; a simplificação dos trâmites para licença de pesquisa e lavra em áreas fronteiriças; e ampliação das prerrogativas da Agência Nacional de Mineração (ANM), que se apresentou como uma proposta de nova forma de controle sobre o setor minerador (MALERBA, 2012,; MILANEZ, COELHO e WANDERLEY, 2017; GONÇALVEZ, MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

Nesse contexto, apresentava-se os Projeto de Lei 2.946/2015 e 654/2015. Tanto o primeiro, apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) pelo até então governador Fernando Pimentel um mês após o rompimento da barragem do Fundão; como o segundo, submetido para apreciação no Senado Federal, propunham dar celeridade aos processos de licenciamento de empreendimentos considerados estratégicos e de interesse público, reduzindo o “[...] tempo de avaliação dos Estudos de Impacto Ambiental pelos órgãos ambientais”, permitindo que “[...] licenciamentos de projetos fossem debatidos e aprovados sem a devida análise pelos órgãos técnicos competentes” (MILANEZ, 2019, p.404), ou ainda, enquadrando-os em modalidade especial de licenciamento (MILANEZ, 2019).

Segundo Milanez (2019), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 65/2012 já previa a possibilidade de isenção de avaliação dos estudos de impacto ambiental para obras públicas, podendo esta ser substituída apenas pelo estudo prévio de impacto. Em suma, esse novo conjunto de normas institucionalizou “[...] o licenciamento de gabinete de projetos e

⁵ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/10/20/conjuntura-no-pais-abre-possibilidade-de-discussao-sobre-qual-o-modelo-de-mineracao-que-queremos-e-qual-tributacao-e-necessaria-e-possivel/>

obras” (POLIGANANO, SILVA, BASTOS, 2019, p.81) e transferiu “[...] para as empresas, por meio da contratação de firmas de consultoria e projetos, o monitoramento de seus impactos ambientais” (MILANEZ, 2019, p.405). Em janeiro de 2016, o PL 2.946/2015 foi aprovado sob forma de lei de nº 21.972/2016.

Se a lógica patrimonialista e privatizante não é novidade sobre as decisões acerca da riqueza mineral do país, Malerba (2012), Milanez, Coelho e Wanderley (2017), Andrade (2017) e Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018) afirmam que o Governo Temer aprofunda essa racionalidade ao retomar pontual e unilateralmente a discussão sobre revisão do Código Mineral a partir de propostas que visavam o fomento a expansão da atividade minerária tendo em vista a redução da governança do Estado sobre o solo, sobre a extração de recursos minerais e sobre as mineradoras.

Pontualmente, porque ao invés de alterações centralizadas em um projeto de lei, como fez o governo anterior, o até então governo de Michel Temer lidou isoladamente com as propostas de revisão do código mineral, apresentando-as em forma de Medidas Provisórias (MPs) portarias e decretos no âmbito do Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira. Unilateralmente, porque, de acordo com os autores, essa estratégia trata-se de uma tática que dificulta a oportunidade de debate, de monitoramento, de controle e pressão social (GONÇALVEZ, MILANEZ e WANDERLEY, 2018; WANDRELEY; GONÇALVES e MILANEZ, 2020).

Em relação à expansão da exploração mineral, em 30 de março de 2017 a portaria nº 128 do Ministério de Minas e Energia estabeleceu que os pedidos de exploração, anteriores à criação da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA), no ano de 1984, fossem avaliados. Em agosto do mesmo ano, por meio do decreto 9.142/2017, foi proposta a extinção da reserva. Localizada entre os estados do Pará e Amapá, a RENCA possui 46.000 quilômetros quadrados de extensão. Devido à rejeição e pressão da opinião pública, ambientalistas e organizações não governamentais, o governo suspendeu o decreto por tempo indeterminado (MALERBA 2012; ANDRADE, 2017; GONÇALVEZ, MILANEZ e WANDERLEY, 2018; WANDRELEY; GONÇALVES e MILANEZ, 2020).

A mesma lógica entreguista se aplicou a outras áreas, como as de disponibilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) com a incumbência de Serviço Geológico do Brasil, a CPRM realiza atividades relacionadas à geração de conhecimento geocientífico⁶, portanto, às potencialidades

⁶ Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Sobre-49>

de disponibilidade de recursos minerais no território nacional (MILANEZ, COELHO E WANDERLEY, 2017; ANDRADE, 2017; GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

Segundo Andrade (2017) e Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018), a empresa, que tem um histórico de governança marcada pela presença de representantes do setor privado, passa a ser comandada a partir de 2016 por Eduardo Jorge Ledsham, que construiu sua carreira como executivo da Vale e da B&A Mineração. Agravando esse cenário, nesse mesmo ano, a CPRM sofre um processo de sucateamento a partir da brusca redução de seu orçamento e assume um status de fornecedora de informações estratégicas e públicas sobre as riquezas minerais do país ao setor minerário privado.

Ainda de acordo com Milanez, Coelho e Wanderley (2017), Andrade (2017) e Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNMP) também esteve sob a mira do Governo Temer. A Medida Provisória 791/17 retomou a proposta de transformação do DNMP em agência reguladora – Agência Nacional de Mineração (ANM) – e acabou sendo sancionada pela Lei 13.575/2017 (MILANEZ, COELHO, WANDERLEY, 2017; ANDRADE, 2017; GONÇALVES, MILANEZ, WANDERLEY, 2018).

No cenário mundial, a criação de agências reguladoras surge a partir dos anos de 1980 e esteve intimamente relacionada à privatização de empresas públicas de setores como telecomunicação, eletricidade, petróleo, saúde, e ao discurso da administração transparente e, em tese, fora do alcance de influências políticas. A criação desses órgãos seria capaz, portanto, de assegurar exercício das atividades desses setores vitais à economia e ao desenvolvimento de um país dentro dos marcos legais que as regem (GONÇALVES, MILANEZ, WANDERLEY, 2018).

Todavia, Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018) nos alertam que essa nova forma de controle dos setores, agora desestatizados, incorre no risco de não assegurar a autonomia das agências reguladoras dada a captura da sua função regulatória por meio, por exemplo, do seu emparelhamento por agentes representantes dos setores aos quais as agências regulatórias representam (GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

Reforçando essa possibilidade de captura regulatória, Andrade (2017) acrescenta que estrutura herdada pela ANM já experimentava um processo de sucateamento de suas estruturas regionais e de insuficiente número de funcionários para o cumprimento de suas funções, fazendo com o que DNPM se parecesse, segundo a autora, com um “[...] grande

cartório, em que os requerimentos de pesquisa ou lavra são protocolados” (ANDRADE, 2017).

Ainda sobre o mesmo intento de fomento às atividades de exploração mineral, promulgava-se o decreto 9.406/18, que dá ao Estado a prerrogativa de decretar áreas como de utilidade pública e concedê-las às mineradoras em forma de títulos minerários, inclusive em áreas de reservas como a RENCA; e demonstra a leniência estatal nos valores máximos das multas aplicadas às mineradoras por descumprimento da legislação mineral, incluindo a Política Nacional de Segurança de Barragens (WANDERLEY; GONÇALVES e MILANEZ, 2020). O disposto no decreto vai de tal forma ao encontro dos interesses e anseios do setor minerário que, segundo Wanderley, Gonçalves e Milanez (2020), a cerimônia de assinatura do decreto foi amplamente marcada por representantes dessas empresas.

Outra importante medida na fragmentação da discussão acerca de um novo marco legal da mineração, foi a MP 789/17, que trata sobre a revisão da base de cálculo e das alíquotas que compõem a CFEM (MALERBA, 2012; COELHO e WANDERLEY 2017; ANDRADE 2017; MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

O PL 5.807/2013 previa a revisão da base de cálculo e da alíquota da CFEM propondo que essa fosse calculada a partir da receita bruta das empresas mineradoras. Até então, o Brasil adotava como parâmetro de cálculo o rendimento líquido, ou seja, abatido todos os custos incidentes sobre a atividade de exploração mineral. Essa proposta foi mantida durante todos as discussões subsequentes acerca do tema e atualmente está sancionada pela Lei 13.540/17, que dispõe sobre a CFEM (MALERBA, 2012; MILANEZ, COELHO e WANDERLEY, 2017; GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

Tendo em vista a queda nos preços das commodities minerais, a MP 789/2017 elevou as alíquotas para todos os minerais. Contudo, ao ser submetida para aprovação no congresso, todas foram sancionadas na Lei 13.540/17, com redução dos valores apresentados na referida MP, o que se torna compreensível quando pensado que os parlamentares, no exercício de sua função, fazem as vezes das mineradoras ao obterem destes financiamentos para suas campanhas, como já mencionado anteriormente (MILANEZ, COELHO e WANDERLEY, 2017; GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018).

Ainda sobre as arrecadações oriundas da atividade de exploração mineral, Malerba (2012) e Cardoso e Vieira (MAM, 2017) sublinham outros aspectos que devem ser amplamente discutidos, como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedida às empresas que atuam na exportação de produtos primários ou semielaborados; o cálculo das alíquotas de outros minerais cuja extração avança a largos

passos e de mãos dadas com a do minério de ferro, como bauxita, cobre, níquel, manganês, potássio e ouro, mas que, entretanto, é secundarizado nas propostas de novo marco regulatório da mineração; as artimanhas das mineradoras para diminuir o valor declarado de suas receitas brutas e, por conseguinte, reduzir o devido valor a ser pago quanto à CFEM.

Sobre os artifícios utilizados pelas empresas mineradoras, Gonçalves, Milanez e Wanderley (2018), mencionam manobras que consistem, por exemplo, no repasse do minério extraído pelas mineradoras a suas subsidiárias com preço abaixo do comercializado no mercado para que estas, por sua vez, revendam para o consumidor final pelo preço atualizado. Os autores ainda acrescentam que outro ponto caro ao debate público se refere a como os tributos advindos da compensação financeira têm sido geridos pelos entes federativos.

Sem o diálogo transparente para a definição da utilização desses tributos, Cardoso e Vieira (MAM, 2017) e Malerba (2012) denunciam que historicamente eles foram revertidos para as próprias mineradoras em forma de subsídios aos sistema de infraestrutura necessários à escoação da produção, na geração de energia (usinas hidrelétricas) para os processos de beneficiamento mineral ou ainda para recuperar ou atenuar os danos socioambientais causados pela atividade de extração mineral que deveriam ser contabilizados como custo para essas empresas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Andrade (2017) coloca o pertinente questionamento do porquê cidades e municípios minerados em Minas Gerais ou no sudeste do Pará, estados com as maiores arrecadações de CFEM (IBRAM, 2021), apresentam profunda desigualdade social e ressalta que as questões em torno das bases de cálculo, alíquotas e distribuição da CFEM não encerram o debate acerca do modelo mineral existente no país.

Nesse modelo vigora, majoritariamente, a denominada megamineração, que se configura a partir da construção de minas a céu aberto e concomitantemente da desconstrução da paisagem até então existente, ou, nas palavras de Milanez (2019), da “amputação da paisagem” (MILANEZ, 2019, p.390). O desmatamento, a retirada do solo fértil e os processos de escavação e extração do lugar minerado, ainda que feitos a partir de técnicas que tentam mitigar os impactos ambientais, ocasionam brusca mudança na paisagem:

“No lugar da serra ou do pico está um buraco. E dessa forma é modificada toda a paisagem; mudam o microclima, a fauna, a flora, a dinâmica hidrológica. A função ecológica que era exercida pela montanha é extinta. Esse impacto, da ausência do material retirado, é inerente à atividade mineral e não pode ser evitado por nenhuma tecnologia de gestão” (MILANEZ, 2019, p.390).

Esses são exemplos de impactos ambientais no nível local e que não se restringe “[...] espacialmente à cava ou à frente de mina” (MILANEZ, 2019, p.388). Ao contrário, eles “[...] se estendem pelos corredores logísticos de distribuição e exportação, bem como pelas bacias hidrográficas” (MILANEZ, 2019, p.388).

Nos lugares próximos às minas e perpassados pelos modais de transporte rodoviário e ferroviário, são identificadas ainda a poluição sonora e danificação das construções devido ao surgimento de trincas e rachaduras nas construções em função de trepidações causada por explosões nas jazidas, passagem constante de caminhões e trens (MILANEZ, 2019).

O aumento do tráfego de caminhões e o fluxo migratório de pessoas para as cidades, municípios, distritos que circundam a região minerada em busca de oportunidades de emprego têm repercussões no trânsito urbano local e eleva as chances de acidentes, de episódios de violência urbana. O deslocamento expressivo de pessoas, em especial de trabalhadores homens e jovens, ocasiona também o desenvolvimento do mercado da prostituição e exploração sexual infantil (COELHO, 2016).

Ademais, o transporte da produção mineral aumenta a “[...] circulação aérea de pó, podendo causar doenças respiratórias, oftalmológicas e de pele na população” que ocupa os espaços urbanos e rurais em torno da região minerada. Em potencial, são afetados por doenças respiratórias os trabalhadores envolvidos diretamente com as atividades de base mineral, em função do contato e inalação de grandes volumes de poeiras e das condições insalubres em que o trabalho é realizado (LIMA, 2009).

Outra repercussão negativa, mencionada por Coelho (2016), refere-se à inviabilização, quando não a destruição, de formas singulares de existências de comunidades indígenas, ribeirinhas e camponesas, uma vez que essas comunidades apresentam, conforme afirma Prata (2019), “[...] sociabilidade, territorialidade, culturalidade e produtividade relacionadas [...] aos modos de uso social do território” (PRATA, 2019, p.157), sendo sobremaneira afetados pelos grandes projetos mineradores e seus impactos ambientais.

Ainda no que concerne aos impactos causados pela poluição, é importante mencionar impactos globais decorrentes do lançamento de poluentes na atmosfera, pouco associados à mineração, mas que engrossam a emissão desses gases, em especial de CO₂, resultantes das atividades de extração e transporte dos minérios feitos a partir de maquinários (retroescavadeiras, pás carregadeiras, caminhões) que consomem grandes quantidades de combustíveis fósseis e também dos processos de beneficiamento de minério, intensivos no uso de energia (MILANEZ, 2019).

Não por coincidência, empresas mineradoras subsidiam projetos hidrelétricos (MALERBA, 2012; MILANEZ, 2019). Em 2011, a Vale, por exemplo, estimou o investimento de R\$ 2,3 bilhões no projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte. Em 2017 a mineradora avaliava a possibilidade de formar, junto à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Aliança Energia, empresa administrada pela Vale e pela estatal mineira, para concessão de usinas hidrelétricas e projetos de geração de eletricidade.

Aos processos de beneficiamento mineral e aos minerodutos também são atribuídos o consumo de grandes volumes de água, que resulta no rebaixamento dos lençóis freáticos, da recarga dos aquíferos e no comprometimento da disponibilidade de água para outras atividades e usuários, não apenas pela escassez, como também pela contaminação causada (MILANEZ, 2019). Mineroduto é uma estrutura extensa formada por dutos que transportam, por meio de bombeamento feito com uso de água e energia elétrica, a polpa do minério extraído.

De acordo com o Observatório de Leis Ambientais (LEIA)⁷, Minas Gerais abriga quatro minerodutos licenciados. Estas estruturas, que têm no mínimo 400 quilômetros de extensão e capacidade para transportar cerca de 25 milhões de toneladas de polpa de minério por ano, são autorizados a fazer uma captação de 7.400 metros cúbicos de água por hora, o que equivale a três piscinas olímpicas.

A concentração de renda é outro exemplo de impacto econômico negativo advindo desse modelo de atividade minerária. Segundo Coelho (2015), ela ocorre porque o atual modelo mineral, estruturado a partir das ideologias do livre mercado, cria:

[...] circuitos econômicos exclusivos e, por isso, excludentes das populações locais, principalmente de grupos de baixa renda e minorias étnicas. Sendo assim, os projetos mineradores têm caráter de classe não só por explorarem o fator trabalho na exploração, comercialização e transporte dos minerais, mas também por excluírem da apropriação do excedente econômico o conjunto das classes sociais não detentoras do capital (COELHO, 2015, p.57).

Ainda na perspectiva dos impactos econômicos, estão os gastos com a criação e manutenção da infraestrutura de escoação da produção, feita em grande parte das vezes por transporte rodoviário, que não são cobertos pela insuficiente arrecadação da CFEM; a desvalorização das propriedades que ficam próximas às minas e nas jusantes das barragens de rejeitos; o custo de oportunidade representado pelas renúncias da escolha de investir na

⁷ Disponível em: <https://leia.org.br/conheca-os-perigosos-caminhos-dos-minerodutos-em-minas-gerais/> Acesso em: 10 de setembro de 2020

extração, na exportação dos bens minerais, praticamente em seu estado bruto, em vez de apostar em outras atividades, como por exemplo a industrialização desses bens ou ainda na maior tributação da CFEM, que poderiam gerar outros estímulos e circuitos econômicos (COELHO, 2015).

No que diz respeito à mineração em Minas Gerais, apresenta-se a seguir uma seção específica. Justifica-se essa escolha tendo em vista a relevância do estado na mineração, já aqui exposta; e por se tratar do recorte espacial de análise deste presente estudo.

4.2 A MINERAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fazendo uma releitura histórica da atividade extrativa no estado de Minas Gerais, pode-se dizer que esta inicia-se no século XVII com a descoberta de diamantes e esmeraldas nos ricos aluviões do estado. Ainda no final do mesmo século, somou-se, e até se sobrepôs, à extração da pedra preciosa o Ciclo Econômico do Ouro (SILVA, 1995; ARAÚJO e FERNANDES, 2016). Tamanha era a fartura e facilidade de extração de ouro que, segundo Coelho (2012),

“O ouro preto – que era o ouro de aluvião que se descolava das encostas das montanhas indo parar nos leitos dos rios – era encontrado sob os pés dos exploradores. Tanta era a abundância [...] que em dias de chuva na antiga Ouro Preto, muitos iam às sinuosas ladeiras da cidade garimpar o ouro” (COELHO, 2012, p.130).

Mas a riqueza representada pelas pedras e o metal precioso não foi significado de desenvolvimento para Minas: “[...] a mineração rendera poucos empregos, era baseada no trabalho escravo, não desenvolveu o mercado interno, já que era uma atividade essencialmente exportadora, e deixou como herança a destruição do homem e da natureza” (COELHO, 2012, p.131). Conforme Silva (1995), “[...] foram 70 anos – 1700 a 1770 – de ações predatórias dos jazimentos, agressão violenta ao meio ambiente, imprevidente desequilíbrio que causava desabastecimento e, conseqüentemente, ciclos de fome que castigavam os pioneiros da mineração” (SILVA, 1995, p.77).

É neste mesmo período histórico, em decorrência “[...] das bandeiras, das primeiras minas de ouro da colônia brasileira na região de Minas Gerais” e do “[...] gigantesco fluxo migratório que se instalou em direção à região” (COELHO, 2012a), que se inicia a formação

da região do Quadrilátero Ferrífero⁸, considerado “[...] a mais importante província mineral do sudeste do Brasil”. Localizada no centro Sul do estado de Minas Gerais, possui 7 mil quilômetros quadrados, que abrangem cerca de 33 municípios, e é a região do sudeste do país mais expressiva em termos de jazidas de minério de ferro, sendo responsável por cerca de 60% de toda a produção nacional.

E é também neste período que, segundo Silva (1955), “[...] o mundo econômico tomou conhecimento das grandes reservas de minério de ferro existentes no coração do estado de Minas Gerais” (SILVA, 1955, p.79). Menos de cem anos após findado o Ciclo do Ouro, especificamente em 1834, as cidades de Nova Lima, Raposos e região foram alvo de empreendimentos auríferos sob o comando de organizações societárias inglesas – *Saint John Del Rey Mining Company* – que, sob a influência da revolução industrial em curso, introduziram novas tecnologias, adequando os processos extrativos aos moldes industriais. O complexo de minas de ouro subterrâneas mais famoso do Brasil e também um dos maiores complexos de minas subterrâneas do mundo é conhecido como Mineração Morro Velho, composto pela Mina Morro Velho e Mina Serra Grande, que chegou a atingir 2.700 metros de profundidade (SILVA, 1995; COSTA e COUTO, 2003).

A região pareceu herdar o legado do Ciclo do Ouro. Segundo Costa e Couto (2003), de 1834 até o início dos anos de 1930, quando a conjuntura política do país proporcionou mudanças nas relações trabalhistas, predominou nas minas de Morro Velho o trabalho escravo. Sob as condições mais insalubres possíveis, homens trabalhavam cerca de 12 horas por dia; meninos escravos eram treinados “[...] para atividades nos ramos de carpintaria, ferreiros e pedreiros [...]”; mulheres escravas nas atividades de trituração do minério (COSTA e COUTO, 2003, p.7-9). A economia local se desenvolveu em torno de negócios e ocupações de baixa qualificação que davam suporte à atividade minerária: madeireiras, carvoarias, óleos e velas para iluminação e fábricas de fundição. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, como silicose, vitimaram os mineiros, escravos e livres (COSTA e COUTO, 2003; COELHO, 2012).

Quando da proibição do trabalho escravo, privilegiou-se a mão de obra estrangeira (italianos, espanhóis, ingleses e portugueses). Em 1975 a *Saint John Del Rey Mining Company* firma parceria com a *Anglo American Corporation* em busca de novas metodologias de trabalho e tecnologias relativas à mineração em subsolo (COSTA e COUTO, 2003). Neste

8 O QUE é. In: *QUADRILÁTERO Ferrífero 2050*. Ouro Preto, 2019. Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/o-que-eh>. Acesso em: 10 fevereiro 2021.

campo de atuação, de maior qualificação profissional, Silva (1995) afirma que era rara a presença de técnicos brasileiros. A Mina Grande encerrou suas atividades em 1997 e a Mina de Morro Velho em 2003.

O grupo sul africano Anglo American está presente no Brasil desde 1973 atuando na exploração de bens minerais e detém o direito de exploração de 6 das 200 maiores minas do Brasil. Um dos seus principais negócios é a extração de ouro, feita pela Anglo Gold Ashanti Brasil Mineração Ltda., subsidiária da Anglo Gold Ashanti e sediada em Nova Lima (SANTOS; MILANEZ, 2015).

A Anglo Gold Ashanti Brasil⁹ possui três operações no país, sendo dois deles localizados em Minas Gerais. O maior de todos é o complexo de minas subterrâneas Lamego/Cuiabá – considerado o mais profundo do país – que abrange os municípios de Sabará e Caeté. No ano de 2018, a mineradora produziu 16 toneladas de ouro, sendo 55% advindos do referido complexo e 22,5% advindos do complexo Córrego do Sítio, localizado no município mineiro de Santa Bárbara. O beneficiamento do ouro, que tem como produto final o ouro em barra, é realizado em Sabará e Nova Lima. A empresa tem seis barragens¹⁰ em Minas Gerais.

Ainda na região do Quadrilátero Ferrífero, Itabira também foi lugar de desenvolvimento de significativos empreendimentos auríferos. Sediando o surgimento da CVRD, em 1942, o município mineiro foi “[...] o primeiro centro no país de extração mineral em grande escala para exportação”, servindo “[...] como exemplo emblemático do modelo minero-exportador” (GUIMARÃES; MILANEZ, 2017, p.216).

Conforme já mencionado, o surgimento da CVRD é fruto de um acordo entre os governos brasileiro, americano e dos países do reino unido, no qual o primeiro, em troca de subsídios financeiros, concedeu por preços amigáveis consideráveis 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro para os Estados Unidos e Inglaterra, produção que em boa parte advinha a Mina do Cauê (COELHO, 2015).

Segundo Santos e Milanez (2018), a mina do Cauê, hoje já exaurida, foi o primeiro desses empreendimentos e também a primeira mina a ser explorada pela CVRD; a mina de

⁹ Operações da Anglo Gold Ashanti. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/p%C3%A1gina-dois/anglogold-prev%C3%AA-aportes-em-dois-complexos-em-minas-gerais-1.729268>. Acesso em: 05/03/2021.

¹⁰ BIANCHETTI, Mara. AngloGold Ashanti chega aos 185 anos de operação no Brasil. In: **Diário do Comércio**: Minas é o nosso negócio. Belo Horizonte, 5 jul. 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/dc-entrevista/anglogold-ashanti-chega-aos-185-anos-de-operacao-no-brasil>. Acesso em: 6 maio 2021.

Conceição, que está em exploração desde 1957 e com previsão de funcionamento até 2025; as minas do Meio, operadas desde 1976, com previsão de esgotamento para 2022; as Unidades de Tratamento de Minerais – Cauê e Conceição; as barragens de contenção de rejeitos de Conceição, Itabiruçu, Pontal e Rio do Peixe; além de dezesseis pilhas de disposição de estéril e outras estruturas de apoio, formam o Complexo Minerador de Itabira.

Guimarães e Milanez (2017) afirmam que

“A implantação e o desenvolvimento da Vale transformaram profundamente o modo de vida do itabirano. O município (que antes vivia da confecção de tecidos, agricultura e pecuária) passou, de forma crescente, a depender de uma única atividade – a mineração – e de uma única empresa – a Vale” (GUIMARÃES; MILANEZ, 2017, p.218).

Outros dois municípios mineiros que também se encontram nesta situação denominada “minero-dependência” (COELHO, 2018, p.253) são Brumadinho e Mariana. Dados apresentados por Coelho (2018) mostraram que no final de 2017, em Brumadinho, “[...] o setor extrativo era responsável por mais da metade dos postos com remuneração maior que três salários mínimos”. Uma remuneração que se destaca, uma vez que, em outros setores da economia local, principalmente o setor de serviços que detém a maior parte dos postos de trabalhos, apresentam remunerações abaixo de três salários, corroborando assim com a constatação aventada por Coelho (2015) acerca de um dos aspectos da minero-dependência, a qual “[...] o nível de renda do setor de mineração é maior do que o nível de renda de outros setores dos municípios minerados” (COELHO, 2018, p.258).

Contudo, o autor verificou também que, apesar dessa maior remuneração relativa, há uma discrepância remuneratória e concentração de renda dentro da atividade mineradora, “[...] cerca de 55% dos postos de trabalho têm remuneração abaixo de dois e meio salários mínimos”[...], ao passo que “[...] dezessete funcionários do setor recebem acima de vinte salários mínimos, enquanto 1.562 funcionários estão abaixo dos cinco salários mínimo”[...], sendo que para o posto de “[...] Diretor de Produção e Operações da Indústria de Transformação, Extração Mineral e Utilidades, a remuneração salarial é de R\$ 75 mil” (COELHO, 2018, p.259).

Outro quesito importante para evidenciar a minero-dependência é a CFEM. A partir de uma análise do município de Mariana, no período entre 2014 e 2018, Coelho (2018) verificou que as receitas deste município apresentaram queda contínua, mesmo período da queda dos preços das commodities e da paralisação das atividades da mineradora Samarco, devido ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Em função dos empreendimentos minerários marianenses, foi constatada queda na produção agrícola que ocorreu em função da

redução da área plantada e da produção de café, banana, cana-de-açúcar, mandioca e feijão no mesmo período que, conforme o autor, ocorreu a “[...] instalação e expansão da barragem do Fundão, em seus dois diques para a disposição de rejeitos arenosos (Dique 1) e lama (Dique2), que ocuparam, no total, 250 hectares” (COELHO, 2018, p.263).

Além da ocupação do solo, a extração de minerais em si, seus processos de beneficiamento e logística de escoação de produção são causadores de situações como o rebaixamento de lençóis freáticos, a emissão de poluentes no ar e nos rios, que impactam negativamente a agricultura e a pesca, o que leva à conclusão que o “[...] desenvolvimento da atividade mineradora envolve a renúncia a outras atividades na economia local” (COELHO, 2018, p.264-265).

Cabe, infelizmente, rememorar que Brumadinho e Mariana foram palcos das maiores tragédias relacionadas ao rompimento de barragens de rejeitos na história da mineração. O rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, que ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, é considerado um dos maiores acidentes de trabalho ampliado do mundo. Em termos de aniquilação de vidas humanas, foram 270 mortes; ou 272, considerando que dentre as vítimas haviam 2 mulheres grávidas. Pouco mais de 4 anos antes, no dia 05 de novembro de 2015, rompia a Barragem de Fundão, em Mariana. Tido como o maior desastre ambiental da história da mineração do mundo no que diz respeito ao volume de rejeitos derramados, causando a morte de 20 pessoas, se contabilizado a ocorrência de um aborto em decorrência da tragédia (WANDERLEY; MILANEZ; GONÇALVES, 2020).

Barragens são estruturas utilizadas para contenção da água, de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos (ANA, 2018). No setor mineral, essa estrutura é utilizada para comportar rejeitos resultantes do processo de beneficiamento do minério, que consiste em transformá-lo em produto comercializável, conforme as exigências do mercado (PRATA, 2019).

Minas Gerais possui 324 barragens de rejeitos de minérios, dentre as quais, segundo o Observatório da Mineração¹¹, está a maior do Brasil. Com capacidade de 750 milhões de metros cúbicos de rejeitos a barragem de Eustáquio, localizada no município de Paracatu, tem mais de 60 vezes a capacidade de armazenamento da Barragem de Fundão. Atualmente a barragem pertencente a mineradora Kinross Mineração S. A. e está sob investigação do

¹¹ Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/maior-barragem-do-brasil-60-vezes-a-de-brumadinho-e-alvo-de-investigacao-exploracao-de-ouro-da-kinross-em-mg-deve-acabar-em-2030/>. Acesso em 17 de outubro de 2019

Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) após denúncia de comprometimentos em sua estrutura.

Em Conceição do mato Dentro, interior de Minas Gerais, o rio Passa Sete está comprometido em função de contaminação pelas atividades minerárias de projeto encabeçado pela Anglo American. Segundo Juliana Deprá, da coordenação estadual do MAM,

“As pessoas utilizavam a água do rio para o plantio, pesca, lavar casa, roupa, tomar banho e para o lazer. Hoje as comunidades são cortadas por um rio sem vida, de cor turva e esverdeada, e convivem diariamente com o mau cheiro proveniente das atividades da mina. Além da contaminação de suas águas, as famílias convivem com medo constante de um possível rompimento da barragem de rejeitos”¹².

O projeto consiste na extração de minério de que é transportado por um mineroduto de 525 km até o porto do Açú em São João da Barra, no Rio de Janeiro (RJ), passando por 32 cidades¹³. Durante a construção do mineroduto, a Anglo American “[...] foi alvo de diversas denúncias, incluindo autuações do Ministério Público do Trabalho por trabalhadores em situação análoga à escravidão nas obras”. Em março de 2018, a estrutura se rompeu contaminando o Ribeirão Santo Antônio no município de Santo Antônio do Gramma e interrompeu o abastecimento de água¹³ da comunidade.

Dois anos antes, em 2016, comunidades de Conceição do Mato Dentro que residem na jusante da barragem de rejeitos do empreendimento protestaram fechando a rodovia estadual MG-10, reivindicando um reassentamento coletivo, uma vez que, além do medo de rompimento da barragem, o uso de suas terras ficou comprometido “[...] com assoreamento e contaminação dos cursos d’água, poluição do ar [...]”, além do “[...] aumento da violência do município”. Em resposta, a Anglo perpetrou, pela segunda vez, ação judicial contra os manifestantes sob a alegação de que, durante o ato, houve invasão de áreas de propriedade da mineradora¹⁴.

É caro ressaltar que, conforme nos lembra o MAM, as populações atingidas “[...] não decidiram viver abaixo de uma enorme barragem de rejeitos de minério, a Anglo que decidiu

¹² Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/06/19/mg-peixes-aparecem-mortos-em-rio-contaminado-por-barragem-da-anglo-american/>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

¹³ Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2018/03/13/maior-mineroduto-do-mundo-rompe-e-causa-estragos-em-minas-gerais/> Acesso em 07/06/2021

¹⁴ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2016/08/16/atingidos-pelo-projeto-minas-rio-sofrem-nova-truculencia-da-anglo/> Acesso em 23 de outubro de 2019.

construir uma barragem a poucos quilômetros de suas casas e com a total anuência do Estado de Minas Gerais, que garantiu o licenciamento do projeto”¹⁵.

Nesse mesmo ano, por meio da organização e mobilização popular, a Mineradora Multinacional Ferrous Resources teve seu processo de licenciamento ambiental para implantação de mineroduto interrompido. A estrutura transportaria minério de ferro de Congonhas-MG até o porto em Presidente Kenedy-ES. Tal interrupção foi fruto de ampla articulação de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, universidades, que pretendiam a construção da Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous¹⁵.

Em 2018, preparando para realização do seu Primeiro Encontro Nacional, o MAM organizou um encontro de jovens no município Paula-Cândida (MG), um dos municípios perpassados pelo projeto de instalação do mineroduto, a fim de debater os impactos deste empreendimento, a importância da organização e mobilização popular contra o seu licenciamento, bem como o modelo de mineração vigente no país¹⁶.

No município mineiro de Barão de Cocais, a Vale S.A. anunciou, em novembro de 2020, a elevação do risco de rompimento da barragem de rejeito de minérios Norte/Laranjeiras e a iminente possibilidade de evacuação de cerca de 30 famílias e 800 animais da comunidade de São José de Brumadinho, no município mineiro de Barão de Cocais (MG)¹⁷.

Segundo o MAM, o anúncio sinaliza para mais uma tentativa da mineradora de tomada e controle dessa região, em função do projeto de ampliação da Mina de Brucutu, a maior da Vale no estado de Minas Gerais, contra o qual a comunidade tem lutado. A ampliação da mina demandará a existência de mais duas barragens de rejeitos, além da Norte/Laranjeiras; a barragem do Torto, já em construção, e a barragem do Tamanduá; além de um desvio na principal rodovia que faz a ligação intermunicipal da região, a MG-129¹⁸.

No ano de 2019, famílias da comunidade de Socorro, também em Barão de Cocais, tiveram que ser evacuadas, assim como da comunidade de Antônio Pereira, no município de Ouro Preto, sob a qual a Vale pretende expandir seus projetos¹⁸.

¹⁵ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2016/08/08/vitoria-popular-ferrous-e-derrotada-em-mg/> Acesso em 25 de outubro de 2019.

¹⁶ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2018/04/27/juventude-do-mam-de-mg-se-organiza-para-o-i-encontro-nacional-do-mam/> Acesso em 27 de outubro de 2019

¹⁷ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2020/11/24/vale-eleva-nivel-da-barragem-nortelaranjeiras-em-minas-gerais-para-forcar-evacuacao-de-comunidades/> Acesso em: 27 de outubro de 2019

Outro município sob ameaça da expansão de projetos minerários é o município do Serro, almejado pela Herculano Mineração. Localizada em Itabirito (MG), a Herculano Mineração atua na extração, beneficiamento, transporte e venda de minério de ferro e minério de ferro-manganês e “[...] pretende instalar uma mina de minério de ferro com diversas frentes de cavas, pilhas de estéril, diques de contenção de sedimentos e estradas para o escoamento da produção mineral [...] até chegar a MG 010, de onde seguirá destino aos consumidores finais”¹⁸.

Segundo Juliana Stelzer, da coordenação estadual do MAM, “a mineradora pretende instalar seu projeto praticamente no quintal de várias comunidades. Muitas delas são quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares. A mina irá desconfigurar a região, implicando em uma série de restrições nos modos de vida do povo”¹⁹.

A fim de conseguir o licenciamento para a expansão de suas atividades, a Herculano tem atuado de forma irregular e fraudulenta no Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA) e também contado com o apoio da prefeitura do município do Serro. Reuniões do CODEMA no ano de 2019 foram marcadas “[...] pela ostensiva presença do Grupo Herculano, pela violação do regimento interno do conselho e pela tentativa golpista de eleger uma nova diretoria sem passar pelos ritos legais estabelecidos pelo regimento [...]”¹⁹.

No município mineiro de Viçosa, moradores de regiões afetadas pelo escoamento da produção da mineradora Zona da Mata Mineração (ZMM) reivindicam, junto à prefeitura, controle sobre o tráfego de veículos pesados. O projeto de extração de minério de ferro localiza-se em São Pedro, localidade rural na divisa dos municípios de Teixeira e Pedra do Anta, que por sua vez abrigam estruturas de beneficiamento de minério²⁰.

Os moradores das regiões afetadas pelo transporte da produção reclamam do “[...] barulho ensurdecador de frenagens, buzinas e caçambas. [...] Há relatos de janelas de residências sendo trincadas, destruição da pavimentação de ruas e avenidas, além da denúncia de que, na atual rota utilizada pelas carretas, há três creches, uma escola estadual e um hospital”²¹.

¹⁸ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2019/01/15/prefeitura-pode-autorizar-mineracao-no-serro-nesta-quarta-16/> Acesso em 30 de outubro de 2019.

¹⁹ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2019/10/15/prefeitura-do-serro-comete-ilegalidades-para-beneficiar-mineradora/> Acesso em 30 de outubro de 2019.

²⁰ Disponível em: <https://mineracaozmm.com.br/empresa/> em 03 de novembro de 2019

²¹ Disponível em <https://www.mamnacional.org.br/2020/08/11/em-vicosa-mg-atingidos-conseguem-apoio-politico-para-minimizar-impactos-de-escoamento-do-minerio/> acesso em 04 de setembro de 2020

A partir da organização e mobilização popular, com as quais o MAM vem contribuindo²², as comunidades dessas regiões têm denunciado as violações de seus direitos e irregularidades no licenciamento ambiental concedida ao projeto. Em agosto de 2020, esses moradores conseguiram junto à prefeitura de Viçosa a elaboração de uma lei que regulamenta o trânsito de veículos pesados no município²².

Na seção a seguir, apresenta-se a conjuntura e as circunstâncias que marcam o surgimento do MAM, as reflexões que estão no bojo das suas propostas políticas e também suas pautas de atuação.

4.3 O MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM)

Conforme já mencionado, a partir da década de 1930 foram criadas no país estruturas destinadas a regulamentar, consolidar e expandir a produção mineral brasileira, de tal forma que, entre 1960 e 1970, “[...] o eixo da produção mineral brasileira se amplia para além da Região Sudeste e incorpora também a Região Norte [...] diversos projetos de mineração foram sendo implantados na Amazônia neste período” (MAGNO, 2017, p.280), dentre os quais cabe destacar o projeto Grande Carajás, desenvolvido a partir de 1978, no estado do Pará, pela antiga CRVD, atual Vale. Assim, além dos “[...] altos índices de concentração fundiária” (MAGNO, 2017, p.280), a região amazônica passa a lidar com problemática mineral.

Dentre as razões para a existência concomitante dessas duas questões, agrária e mineral, Magno (2017) pontua aquela que pode ser identificada imediatamente como resultante da posição subordinada e passiva do país na economia mundial: “[...] a estruturação de uma geopolítica econômica, cultural e ambiental da elite brasileira que possibilitou a integração internacional da Amazônia (via agronegócio e mineração) ao processo de acumulação capitalista” (BECKER, 2007; MONTEIRO e COELHO, 2007 apud MAGNO, 2017, p.281). Nesta direção, o autor também menciona:

[...] os interesses urbanos e industriais dos setores do agronegócio e da mineração, que promoveram a expansão da fronteira agrícola e mineral sob o regime de grandes propriedades fundiárias e de grandes empresas; o fato desse modelo de desenvolvimento não levar em conta as necessidades locais, do campo e das cidades (BECKER 2007; MONTEIRO e COELHO, 2007 apud MAGNO, 2017, p.281)

É nessa conjuntura, marcada por iminentes disputas pelo direito à terra, que “[...] podem ser encontradas as raízes históricas do MAM, um movimento social que emerge das lutas localizadas e de mobilizações contra projetos agropecuários e minerários na Amazônia” (MAGNO, 2017, p.281).

Trata-se da luta de categorias populacionais que possuem uma “[...] estreita relação com os recursos naturais de seus territórios” (PRATA, 2019, p.61), de “[...] sujeitos que dependem das águas, das florestas e da terra para reproduzir socialmente sua própria existência com dignidade” (WANDERLEY, GONÇALVES, 2019, p.136-139) e, por isso, são sobremaneira afetados pelos impactos desses projetos.

Com efeito, o avanço do agronegócio e da mineração implica em conflitos pela disputa do uso dos territórios que, como já mencionado, acabam por culminar em “[...] um processo de desposseção, muitas vezes autoritária e violenta”, (MALERBA, 2012, p.12) e numa aberta e ininterrupta violação dos direitos humanos. A megamineração se torna também bandeira de resistência de movimentos sociais que pautam a luta pela terra, uma vez que “[...] áreas que poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária e por pequenos agricultores tornam-se alvo das mineradoras” (COELHO, 2015, p.68). Nesse cenário, destacam-se as mobilizações que originaram o Movimento dos Sem Terra nas regiões sul e sudeste paraense, cuja base, inicialmente, é formada pelos antigos garimpeiros da mina de Serra Pelada, que passa a ser posse da CRVD (COELHO, 2015).

Coelho (2015) as apresenta em fases que se iniciam a partir de estratégias de ocupação pontual de terras devolutas, praticando nestas a agricultura de subsistência; passando por formação de grandes acampamentos e assentamentos, que vão tomando corpo organizativo e político, com pautas mais comunitárias e de maior resistência contra as investidas violentas de fazendeiros das oligarquias rurais da região; pela mobilização crescente do movimento que culmina na sua estadualização e na conquista, em 1999, no governo FHC, da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentre outras como “[...] o aumento do acesso ao crédito, à tecnologia do campo, à educação em assentamentos e à terra”; e, por fim, “[...] a que vem até os dias de hoje, em que o MST busca alianças com outros movimentos para enfrentar em bloco o grande capital” (COELHO, 2015, p.71).

Em 2008, também a partir da organização dos ex-garimpeiros de Serra Pelada, foi criado o Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM), que, na ocasião, “[...] colocaram em disputa a questão sobre o direito minerário daquela região e juntos fundaram um movimento dos trabalhadores da mineração, que é ligado aos garimpeiros do Pará” (MAGNO, 2017, p.284). Em 2009, uma vertente do MST paraense realizou “[...] uma

ocupação dos trilhos da EFC que durou 45 dias e contou com ampla participação social, parando um dos maiores complexos minerários do país” (MAGNO, 2017, p.283).

Um ano depois, a mineradora Alcoa foi alvo de contestações “[...] por parte de comunidades rurais e quilombolas que encampavam lutas contra a exploração de bauxita em seus territórios” (MAGNO, 2017, p.283). Líder no setor em bauxita, alumina e alumínio, a Alcoa explora desde 2009 a mina do Juruti, localizada no oeste do estado do Pará. Segundo divulgado em seu site institucional, a mina possui uma reserva potencial de bauxita de 700 milhões de toneladas métricas. Sua taxa operacional atual é de 7,5 milhões de toneladas por ano (6,5 milhões de toneladas métricas secas) de bauxita de alta qualidade.

A respeito das investidas contra a mineração encampadas pelo MST-Pará, Magno (2017) destaca o fato “[...] de serem as primeiras a pautarem um debate relativo à mineração [...] por terem construído articulações discursivas junto a outras categorias sociais [...]” (MAGNO, 2017, p.284). Àquela época, tais categorias passaram a se identificar como atingidos pela mineração, a fim de expressar todos aqueles que, “[...] a despeito de suas especificidades identitárias, carregam marcas da opressão dos grandes projetos de mineração, seja no tocante à perda de territórios, seja no que diz respeito a direitos sociais” (MAGNO, 2017, p.284). Trata-se de “[...] todo aquele que é afetado pelo consumo, transporte, produção e cadeia produtiva verticalizada dos minerais (COELHO, 2015, p.72). A partir dessa identificação, surge a “[...] necessidade de construção de um movimento que pautasse a questão mineral de modo mais incisivo” (MAGNO, 2017, p.284) e com a “[...] constatação de que apenas nacionalmente é possível o enfrentamento com as mineradoras” (COELHO, 2015, p.72).

Outros elementos que reforçam essa necessidade são a “[...] guinada extrativista pela qual o país vem passando desde o início do século XXI” (MAGNO, 2017, p.285), nomeadamente conhecida como “boom das commodities”; e os planos e projetos, que passam a tramitar nos âmbitos legislativo e executivo dos governos federais e no governo do estado de Minas Gerais a partir de 2010, relativos à política mineral e que notadamente colocam em questão e ferem direitos sociais e ambientais. Ambos elementos foram explicitados no capítulo anterior.

Incumbidos dessa tarefa, no ano de 2012, diferentes organizações e movimentos sociais, dentre os quais MST – Pará, Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades tradicionais, representadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, camponeses, se reuniram no município de Parauapebas – PA, com o objetivo de fundar um movimento

“[...] tendo como marco, primeiramente, a luta contra o projeto Carajás e, posteriormente, a luta contra o modelo mineral brasileiro em vigor” (MAGNO, 2017, p. 288).

Assim, emergindo de um contexto regional, no ano de 2012 nascia, no estado do Pará, o Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM) (MAGNO, 2017, p. 288). De acordo com Coelho (2015), sua formação se figurou como a “[...] principal iniciativa frente a essa expansão mineradora, marcando os trinta anos de Carajás, e como expressão das tarefas políticas do MST do Pará [...]” (COELHO, 2015, p.72).

O período de 2012 a 2014 representou “[...] mais precisamente o ideário de construção de um movimento nacional “[...] que tem como cerne [...] o esforço de explicitar as contradições do modelo de mineração, dos seus ciclos e impactos econômicos e sociais” e “[...] politizar um programa popular de uso dos bens naturais” (TROCATE, *et al.*, 2015a, p.96 apud Barbosa, 2019). Configurava-se à época um elemento que viria a ser a principal bandeira do MAM, o “[...] debate não mais apenas sobre os impactos socioambientais localizados dos diferentes empreendimentos minerários no país, mas sim sobre o modelo mineral brasileiro” (MAGNO, 2017, p.288).

Nesse biênio, durante encontro do movimento que ocorreu no ano de 2013 em Brasília, estabeleceram-se suas linhas de atuação política e a necessidade de uma articulação nacional (MAGNO, 2017). Segundo Magno (2017), na ocasião três reflexões foram centrais na construção dessa pauta política: a “[...] ampliação da categoria atingido por mineração [...] das referências de luta do MAM [...]” e, em especial, “[...] a ampliação discursiva do movimento no que se refere à pauta da soberania mineral brasileira” (MAGNO, 2017, p.291). Momento também em que o MAM passa a se denominar como “Movimento pela Soberania Popular na Mineração” (MAGNO, 2017, p.290).

Quanto à primeira reflexão, passa ser considerado como atingido por mineração “[...] tanto as populações já afetadas socialmente, economicamente ou ambientalmente pela instalação de atividades ligadas à mineração, como também os que se encontram em fase de enfrentamento e contestação de empreendimentos minerários” (MAGNO, 2017 p. 291), o que fez com que o movimento ampliasse suas localidades de atuação, vinculando-se a organizações, movimentos sociais e atingidos no Brasil, fortalecendo sua articulação no âmbito nacional e com que na ocasião da reunião ocorrida em 2013 houvesse a representação de 14 estados brasileiros (MAGNO, 2017, p. 291).

Neste mesmo ano o MAM formalizou sua entrada no Comitê Nacional em defesa dos Territórios Frente à Mineração, criado a partir dos esforços de Organizações não Governamentais (ONG's), a fim de debater o PL 5.807/13 (MAGNO, 2017, p. 290), que

propunha um novo marco regulatório para a mineração, conforme mostrado no capítulo anterior.

A articulação entre “todas as forças populares do país, que defendem outro projeto de mineração para a sociedade brasileira” (TROCATE *et al.*, 2015a, p.105 apud Barbosa, 2019, p.92) se apresenta como diretriz do movimento. De tal modo, Magno (2017) afirma que o MAM

“[...] tem se tornado um movimento de referência no debate sobre mineração no Brasil e na organização de populações atingidas ou ameaçadas por empreendimentos minerários. Ele tem articulado um discurso de diferentes categoriais sociais frente às empresas, a órgãos licenciadores, a poderes públicos, à imprensa e ao Estado de maneira geral” (MAGNO, 2017, p.294).

E quanto ao terceiro ponto, fica claro que a proposta política do movimento não é “[...] erradicar por completo a atividade de mineração” (BARBOSA, 2019, p.87). Não diz respeito, tomando emprestado as palavras de Milanez (2019), a um discurso “anti-mineral” (MILANEZ, 2019, p.388), mas de “[...] combater a exploração desenfreada da extração mineral e seus malefícios socioambientais por parte da atuação predatória de grandes empresas mineradoras” (BARBOSA, 2019, p.87).

Segundo Magno (2017), a expectativa do movimento “[...] é a de incidir em um debate sobre o controle das reservas naturais [...]” (MAGNO, 2017, p.291). Suas palavras de ordem traduzem seu intento: “mineração para quê e para quem” e “por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”.

Assim, o MAM se apresenta como um movimento popular não conjuntural que se propõe a debater na sociedade as apropriações e destinações dos bens minerais, o modelo mineral primário exportador e, a partir da organização popular, propor e construir um novo modelo de utilização desses bens, na forma de propriedade social e em benefício de todo povo brasileiro (MAM, 2019).

Os objetivos de sua existência vão ao encontro do modelo de exploração mineral elucidado por Milanez (2019), no qual se almeja “[...] abandonar o **extrativismo depredador**, construir o **extrativismo sensato** para, um dia, se alcançar o **extrativismo indispensável**” (MILANEZ, 2019, p.389).

A partir de Gudynas (2015), Milanez (2019) explica que o

[...] extrativismo **depredador** como aquele onde há extração massiva de recursos naturais para exportação, com graves impactos econômicos, sociais e ambientais nos níveis local e nacional. O extrativismo **sensato** seria aquele caracterizado pelo respeito aos acordos internacionais, bem como à legislação ambiental e trabalhista; dentro desse contexto, se utilizariam as melhores técnicas disponíveis, e não se realizaria extração mineral em áreas ecologicamente ou socialmente vulneráveis.

Por fim, no extrativismo **indispensável** se abandonaria a extração voltada para a exportação e ela seria dedicada somente para atender às necessidades de qualidade de vida da população [...] (GUDYNAS, 2015 apud MILANEZ, 2019, p.389).

Para a construção desse novo modelo de exploração mineral, miliantes e intelectuais orgânicos do movimento propõe as seguintes pautas:

a) Barrar os avanços dos projetos de exploração através das medidas judiciais; b) Denunciar a espoliação do grande capital, como forma de gerar indignação na população, como a iniciativa da campanha contra o saque de minérios, feita no eixo Carajás e em nível nacional; c) Denunciar permanentemente as graves consequências de saúde para toda a população; d) Denunciar a poluição e os desequilíbrios ambientais causados pelo impacto e pela forma predatória de exploração mineral; e) Denunciar e pressionar para o fim dos financiamentos com os recursos públicos para o setor dos projetos de mineração; f) Revogar a Lei Kandir; g) Impedir o avanço da exploração mineral nos territórios; h) Desconstruir junto à opinião pública a imagem das empresas e suas falácias compreendidas nos seus meios publicitários; i) Denunciar permanentemente os casos de não cumprimento das leis trabalhistas com os trabalhadores diretos ou terceirizados do setor; j) Pressionar para que se façam leis municipais e estaduais de controle dos projetos minerais; l) Obrigar que as empresas de mineração arquem com as suas dívidas de impostos com a sociedade e nas esferas municipais, estaduais e federal; m) Expor a composição acionária de cada empresa revelando sempre os interesses de capital estrangeiro que estão mesclados em empresas falsamente brasileiras (TROCATE *et al.*, 2015a, p.08-109 apud BARBOSA, 2019, p.83).

Também pertencente à agenda do MAM está a luta pelo aumento da alíquotas da CFEM sob a lógica de que a elevação na tributação sob as empresas mineradoras leva ao desencorajamento de seus arbitrários empreendimentos, que também são estimulados pela complacência estatal, expressa na “[...] atuação do Estado como continuidade do empresariado minerário nos procedimentos de licenciamento, nos processos legislativos e na leniência com desvios e crimes sociais e ambientais” (GLASS, 2018). Está posto, então, mais um aspecto no rol de atuação do movimento: “[...] criar uma fissura nesta relação Estado-capital” (ZONTA, 2018 apud GLASS, 2018).

Ainda no que diz respeito a suas diretrizes, Barbosa (2019) afirma que, para organizar tais ações, o MAM prima por “[...] integrar, formar e preparar a população em geral, visando estabelecer uma base popular integrada e orientada para a consecução dos objetivos e implementação das propostas desse movimento” (BARBOSA, 2019, p.93).

No ano de 2017, o MAM promoveu as Assembleias Populares da Mineração²³ em 100 municípios de 11 estados do País com objetivo de “[...] refletir, debater e produzir uma memória política da mineração através da luta dos trabalhadores e populações em contradição

²³ Assembleias Populares da Mineração promovidas pelo MAM- Disponível em: [Assembleias Populares da Mineração: um debate urgente e necessário | MAM Nacional](#) Acesso em 05/06/2020.

com o capital mineral, com propostas de superação soberana e popular do atual modelo de mineração” e em 2018, em parceria com demais movimentos da Via Campesina Brasil, organizou o curso o I Curso sobre Introdução ao Problema Mineral no Brasil – Turma Chico Mendes²⁴, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes.

Neste mesmo ano ocorreu na cidade Parauapebas, no sudeste do estado do Pará, o I Encontro Nacional do MAM²⁵ que contou com cerca de 700 pessoas de 16 estados do país além de representantes de movimentos da África do Sul, Colômbia, Equador e Peru. O evento reuniu impactados seja pela extração e/ou beneficiamento e/ou transporte da megamineração, que afeta desde comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras, agricultoras, trabalhadores terceirizados e ultraprecarizados e garimpeiros artesanais e sinalizou o para outro desafio do movimento: “Como organizar categorias tão distintas em suas culturas e relações com os territórios, ou onde a dependência das empresas mineradoras parece insuperável e seus impactos insuportáveis?”²⁶.

O evento que celebrou seis anos de existência do MAM reforçou aquilo que parece ser a resposta para tal instigação, pois foi também ocasião de reafirmação da proposta política que o origina, qual seja: “[...] não negar a mineração como princípio fundante [...], mas lutar [...] pelo controle social dos bens naturais minerários do país”²⁷. Segundo, fundador e dirigente nacional do MAM:

“Simplesmente dizer ‘não à mineração’ não abarca a complexidade dos setores com os quais o MAM dialoga. Há lugares em que é possível negar a mineração e construir outras formas de economia. Aí não podemos negociar mitigação, temos que resistir e propor uma alternativa. Há lugares onde devemos superar a mineração, há acúmulo de forças onde isso é possível. Mas há lugares – como Parauapebas – onde não conseguimos evitar a mineração [...]”. Falar que somos contra a mineração nos dificulta o diálogo com a sociedade. Nenhuma sociedade vive sem mineração, mas não pode ser de qualquer jeito, impactando tudo. Temos que construir um pacto com a sociedade brasileira. Nosso lema é: negar, superar, e onde não é possível, controlar do ponto de vista social e popular “(TROCATE, 2018 apud GLASS, 2018).

Foi ocasião também para constatação de mais um desafio, qual seja, “[...] a necessidade de formação política [...]”, a fim de avançar “[...] para além das denúncias [dos impactos]” e “[...] recolher a sabedoria popular [...] para entender o que é soberania popular”²⁶. Ainda de acordo com o membro do MAM, outro elemento que deve estar presente em sua atuação é a

²⁴ Ministração do primeiro curso sobre Introdução ao Problema Mineral no Brasil- Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2017/05/15/militantes-do-mam-participam-de-i-curso-sobre-introducao-ao-problema-mineral-no-pais/>. Acesso em: 05/06/2020.

²⁵Primeiro Encontro Nacional do MAM em Parauapebas/MG- Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2018/05/30/a-mineracao-e-a-consciencia-de-um-povo/>. Acesso em: 05/06/2020

marca da “desobediência cível”, na contramão da “burocratização e institucionalização do movimento”. “A desobediência civil deve ser a nossa marca. Temos que desobedecer às leis do capital, ao código da mineração, e temos que desvincular as ações das comunidades da institucionalidade do Estado”²⁶.

Magno (2017) assevera que, a despeito de ser um movimento de trajetória recente, o MAM “[...] tem se tornado referência no debate sobre mineração no Brasil” (Magno, 2017, p.294). Organizado em nove estados mais o Distrito Federal: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins (MAM, 2021), o movimento “[...] tem conseguido articular lutas que são travadas contra minas, barragens de rejeitos, ferrovias, minerodutos, portos, em sindicatos de trabalhadores, enfim, em contendas que o mote principal é dado pelas ações opressivas do setor mineral” (MAGNO, 2017, p.294).

4.4 PROMOÇÃO DE SAÚDE

A despeito das diferentes concepções existentes em torno da Promoção de Saúde, Silva (2009) afirma existir diferentes “promoções da saúde” (SILVA, 2009, p.32). Segundo Melo (2016), em linhas gerais, podemos situá-las dentro de duas abordagens (MELO, 2016).

A primeira, de cunho individualista/comportamentalista, reporta-se à teoria multicausal do processo de saúde/doença centrada nas interações da tríade ambiente-homem-agente, a partir da qual se torna possível conhecer a história natural das doenças e assim evitar o seu desenvolvimento (MELO, 2016). Nessa perspectiva, a promoção de saúde se localiza então como uma das fases de prevenção ao progresso da doença, a saber, “[...] medidas destinadas a desenvolver uma saúde ótima” ou, ainda, “[...] proteção mais específica contra agentes patológicos” (VIANNA, 2011, p.80). Trata-se de “[...] ações de educação quanto ao cuidado com o corpo, alimentação, comportamentos seguros, etc. e outras mais específicas, por exemplo, vacinação” (MELO, 2016, p.8).

Embora essa formulação deixe subjacente que tais medidas dizem respeito a um conjunto de fatores como “[...] educação sanitária, alimentação, nutrição, moradia [...]” (VERDI; CAPONI, 2005 apud SILVA, 2009), necessários a uma “saúde ótima”, ela acaba por operar intervenções “[...] sobre o corpo individual com pouca capacidade de interferir na formulação de políticas públicas saudáveis com enfoque sobre o coletivo de indivíduos” (SILVA, 2009, p. 38).

Nessa perspectiva, “[...] a saúde é entendida ou representada como ausência de doenças e a organização dos serviços é medicamente definida e tem como objetivo colocar à disposição

da população serviços preventivos e curativo-reabilitadores” (MENDES, 1996, p.236 apud SILVA, 2009). De acordo com Silva (2009), a concepção de promoção da saúde nesse momento histórico foi concebida a partir do desenvolvimento do “[...] paradigma biomédico privilegiando as ações individuais, curativas, as especializações, o biologismo (SILVA, 2009, p.37).

Em um contexto “[...] de mudanças no perfil epidemiológico das populações, com o aumento no índice das doenças crônicas não-transmissíveis e daquelas que têm causas externas e diminuição das doenças transmissíveis” (SILVA, 2009, p.38); e “[...] com a disseminação mundial do neoliberalismo e seu ideário de perspectiva individualista/competitiva [...]” (MELO, 2016, p.8), abordagens sobre os mais diversos problemas de saúde são balizados a partir de uma perspectiva que reforça a responsabilização do indivíduo na busca por um estado de saúde desejável.

Silva (2009) explica que a “[...] ideologia da responsabilização individual remete a expressões como hábitos e estilos de vida saudáveis e diminuição de riscos à saúde, o que, implicitamente, considera o indivíduo independente das condições de vida e dos processos sociais” (CRAWFORD, 199 apud SILVA, 2009, p.39). Nessa mesma lógica, a autora afirma, a partir de Castiel (2003), que o conceito de risco traz como pressuposto “[...] que se pode decidir qual o futuro desejável, criando ‘hábitos saudáveis’ em que cada um de nós deve dirigir a si próprio com intervenções em busca da saúde e evitando-se situações de risco” (CASTIEL, 2003 apud SILVA, 2009, p.40).

Ocorre é que escolhas salutaras “[...] direcionam a uma vertente de consumo da saúde que implicitamente reforçam o pensamento neoliberal, individualista, que gera grupos de indivíduos entregues a si próprios” (SILVA, 2009, p.40). Nessa mesma perspectiva, MELO (2016) afirma que é em nome de uma vida saudável e longa, que fica a cargo do indivíduo, que este se vê “[...] permanentemente dilacerado pela luta entre prazer, culpa e medo [...]”, e sob os interesses do “[...] complexo médico industrial, especificamente a indústria de alimentos, de biotecnologia e farmacêutica” e de seus intentos “[...] de medicalização das condições de risco e, sobretudo, de mercantilização da saúde” (MELO, 2016, p.10).

A segunda abordagem acerca de promoção de saúde traz à tona os aspectos até então implícitos no processo de produção e promoção da saúde/doença. Os chamados modelos estruturais “[...] concebem a saúde e também o comportamento dos indivíduos relativamente à saúde como fenômenos condicionados e/ou determinados socialmente” (MELO, 2016, p.10), os quais são denominados como Determinantes Sociais da Saúde (DSS), ou como o “[...]”

conjunto das condições nas quais os indivíduos vivem e trabalham” (BUSS E PELEGRINNI-FILHO, 2007, p.78).

Nessa corrente de pensamento, tal produção é concebida como resultado da interação entre determinantes presentes em diferentes dimensões da vida (MELO, 2016). Sua representação mais tradicional é o modelo sociológico de Dahlgren e Whitehead, que foi adotado como norteador dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Instaurada pela Organização Mundial da Saúde em 2005, o Brasil foi o primeiro país a criar a sua comissão²⁷ (SOBRAL, FREITAS, 2010; MELO, 2016), instituída por meio do Decreto nº 10.087 de 13 de março de 2006 e, atualmente, revogada desde novembro de 2019.

No referido modelo, essas dimensões “[...] são esquematicamente organizados em mandala de multiníveis, isto é, camadas concêntricas e sobrepostas” (MELO, 2016, p.10), as quais comportam fatores que influenciam nessa produção; desde os mais individuais como idade, sexo, fatores genéticos, e que ocupam posição central no modelo; passando pelos que dizem respeito a outras condições de existência também mais próximas ao indivíduo, como moradia, acesso à água e esgoto, à alimentação, à educação, aos serviços de saúde, às informações, ambiente de trabalho; até os mais distais relativos às condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, entendidos também como macrodeterminantes econômicos e sociais (SOBRAL, FREITAS, 2010; MELO, 2016).

Entre a camada representada pelos indivíduos e seus aspectos intrínsecos e aquelas que passam a representar determinantes mais gerais está a camada que se refere aos comportamentos e estilos de vida²⁸, uma vez que estes “[...] dependem não apenas de opções feitas pelo livre arbítrio das pessoas, mas também de DSS, como acesso a informações, propaganda, pressão de pares, possibilidades de acesso a alimentos saudáveis [...]” (CNDSS, 2008, p.13-14).

Segundo Melo (2016), desse modelo originaram variações cujas diferenças estão “[...] na disposição de seus elementos constitutivos [...]” (MELO, 2016, p.10), e, portanto, no lugar

²⁷ Brasil primeiro país a criar a sua Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) – Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20192022/2019/Decreto/D10087.htm#art1) Acesso em 13/05/2021.

²⁸ Relatório da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)- Disponível: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf Acesso em 13/05/2021.

de cada determinante na produção de iniquidades em saúde. Assim, no ano de 2010, a OMS revisa o conceito de DSS a partir da proposta de Solar e Irwin, que é adotada nas discussões da Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde, da qual se originou o relatório “Diminuindo diferenças: a prática das políticas sobre determinantes sociais da saúde” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011). A conferência foi sediada no Brasil entre os dias 19 a 21 de outubro de 2011.

Este modelo comporta basicamente os mesmos conjuntos de determinantes do primeiro modelo apresentado, sendo que a diferença consiste na ênfase. Se no modelo socioecológico de Dalhgren e Whitehead os macrodeterminantes ocupam posição periférica, no modelo proposto por Solar e Irwin “[...] as causas estruturais assumem uma posição de destaque [...] representando a prioridade causal (que foi dada neste marco conceitual) aos fatores estruturais na geração das iniquidades em saúde e na modulação das condições de vida” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011, p.68).

Esses macrodeterminantes, também chamados de estruturais, dizem respeito ao contexto socioeconômico e político; formado por estruturas de governança vigentes, políticas macroeconômicas, políticas sociais nas áreas de emprego, posse de terra e habitação, políticas públicas em áreas como educação, saúde, água e saneamento, políticas redistributivas, de seguridade social e de proteção social, bem como demais aspectos relacionados com a cultura e com os valores sociais admitidas numa sociedade; e aos seus efeitos, quais sejam, “[...] as posições socioeconômicas, em que as populações são estratificadas de acordo com a renda, a educação, a ocupação, o gênero, a raça/etnia e outros fatores” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011, p.).

No deslinde da produção dos estados de vitalidade e adoecimento, esses macrodeterminantes operam sob outros chamados determinantes intermediários, também projetado no primeiro modelo apresentado, e se referem a um “[...] conjunto de elementos categorizados em circunstâncias materiais (como condições de moradia, características da vizinhança, condições de trabalho, qualidade do ar, acesso e disponibilidade a alimentos, água)” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011, p.). Os determinantes intermediários compreendem ainda outros fatores: comportamentos e estilos de vida dos indivíduos “[...] que se expressam, entre outros, nos padrões de consumo de tabaco, álcool e na falta de atividade física), fatores biológicos (fatores genéticos) e psicossociais (estressores psicossociais, circunstâncias estressantes, falta de apoio social)” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011, p.).

Além de dar a estes aspectos um destaque menos central, segundo Garbois, Sodré e Melo (2011), o modelo de Solar e Irwin, “[...] ao explorar o recurso gráfico da seta, dá projeção à compreensão das relações e conexões entre os determinantes estruturais e os determinantes intermediários da saúde” (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011, p.). Contudo, se ambos modelos representam um avanço ao considerarem, com diferentes ênfases, a percepção do estrutural e seus efeitos sob a saúde, críticas não lhe faltam.

Em primeiro lugar, mais uma vez a centralidade das análises e das ações reincidentem sobre o indivíduo, uma vez que não é explicado como “[...] características idade, sexo (e não gênero) e fatores hereditários [...] transcendem a individualidade na medida em que são significadas de acordo com as experiências sociais” (BORGHI, OLIVEIRA e ARAÚJO, 2018, p.885). Da mesma forma ocorre com o seu estilo de vida, que “[...] aparece como determinante, sem que haja uma explanação clara de como ele se concatena com dimensões históricas e sociais” (BORGHI, OLIVEIRA e ARAÚJO, 2018, p.885). Em segundo lugar, e talvez a mais importante crítica, diz respeito ao porquê dessa falta de articulação que encontra suas razões no oculto embasamento teórico que sustenta o entendimento de DSS.

Ao definir, vagamente, (**grifo do autor**) determinantes sociais²⁹ como “[...] o conjunto de condições nas quais os indivíduos vivem e trabalham” (BUSS E PELEGRINNI-FILHO, 2077, p.78) e denominá-las como “[...] ‘condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais’, ‘condições de vida e de trabalho’ e ‘redes sociais e comunitárias’ [...] na [...] ausência de nomeação para estrutura e classe social” (BORGHI, OLIVEIRA e ARAÚJO, 2018, p. 886), Borghi, Oliveira e Araújo (2018) observam o caráter positivista, determinista e a ideia de fatores causais presentes nesse entendimento.

Em entrevista concedida em 2011 ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, na ocasião da realização da Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde, Breilh (2011) afirma que “[...] A visão dos determinantes está inscrita em uma epidemiologia social, ainda muito influenciada pelo positivismo, por uma visão linear e reducionista dos fatores que agora chamaremos de determinantes”

Ocorre que “[...] a conversão de determinantes em fatores ofusca os processos sociais e históricos, assim como as formas de relação entre os homens e destes com a natureza [...]”, deixando de tematizar que “[...] as desigualdades sociais e de saúde são o produto do

²⁹ Determinantes Sociais da Saúde - (<http://cebes.org.br/2011/11/determinantes-sociais-da-saude-entrevista-com-jaimé-breilh/>). Acesso em 03/06/2021.

capitalismo” (LÓPEZ-AREELANO; ESCUDERO; CARMONA apud BORGHI; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p.886). Assim, Borghi, Oliveira e Araújo (2018) afirmam que

[...] existe um discurso que, transvestido de ‘politicamente correto’, não se abstém de defender a economia de mercado. Estabelece-se, desse modo, o arcabouço teórico, raramente explicitado, que ao servir de tapume diante das forças motrizes da organização e estrutura social sustenta intervenções pontuais, conservadoras e desarticuladas (BORGHI; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018).

E é em razão da defesa dessa economia de mercado que, segundo Breilh (2011), falamos de sobre a “[...] determinação dos problemas [...], mas seguimos tratando dos efeitos”. A determinação dos problemas em saúde, alerta o autor, reside na realidade na qual “[...] o mundo inteiro está dominado por empresas gigantescas da agroindústria, da mineração, das finanças, dos campos-chave da economia e da vida”

Sobre a maneira como essa realidade incide no estado de saúde e nos perfis epidemiológicos das populações, Breilh menciona a apropriação pelas grandes corporações de bens vitais como a terra e a água e o monopólio de sementes por meio de processos transgênicos, colocando em risco a soberania alimentar de um povo; o crescimento de doenças como o câncer e bactérias multirresistentes e suas relações com o uso de antibióticos e agrotóxicos pela agroindústria visando o aumento da produtividade e lucro; sob este mesmo intento, o autor afirma que “[...] estão-se pressionando os rendimentos dos trabalhadores, impondo condições mais graves de trabalho, utilizando tecnologias sem princípios de precaução suficientes”

Ao explicitar a imbricação existente entre saúde e modelo de desenvolvimento econômico, Breilh tematiza denominações ocultadas nas abordagens acerca da promoção e saúde e seus determinantes (BREILH, 2015). Sobre esse modelo, o autor diz, sem nenhum tipo de hesitação, se tratar do **capitalismo** e explica que para a promoção de saúde é necessário diferenciar dois entendimentos que muitas das vezes aparecem como sinônimos, quais sejam: estilo de vida e **modo de vida**. Sendo que o primeiro se constitui no “[...] campo de livre decisão das pessoas”, contudo este campo se circunscreve em outro maior que é a **classe social** a qual o indivíduo pertence e ao modo de vida inerente a essa classe. Sem desconsiderar o campo das escolhas individuais, Breilh conclui “[...] A mudança individual é importante, mas só é factível se existe uma mudança coletiva, e a mudança coletiva só é factível se existe uma legislação, uma proteção social, e ações que não são individuais”.

Nessa perspectiva as intervenções no campo da produção de saúde devem ir além da estruturação de sistemas universais de saúde, de programas de imunização e demais ações de prevenção, reabilitação e recuperação (BREILH, 2015).

Admitindo a inquestionável importância do acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, dos programas ações de prevenção pontuais, direcionados; Breilh assevera que é necessário estabelecer um “[...] controle desses processos estruturais que causam tanto dano à natureza e aos seres humanos”, fazendo referência as grandes transnacionais da alimentação, da produção agrícola, da mineração, da indústria em geral”.

Nessa direção, o autor menciona que a participação e controle social são importantes saídas a se propor, mas desde que construam “uma consistente política integral de saúde” A este respeito o Breilh explica:

“A universalidade não é só universalidade de acesso clínico e assistencial, é universalidade do Buen vivir, de um viver saudável. Se você não pode fazer esportes saudavelmente, trabalhar saudavelmente, ter um consumo racional, se é limitado em sua cultura e identidade, só porque tem acesso a um hospital e a um serviço de saúde, não quer dizer que você tem saúde. Todo esse **conjunto de elementos (grifo nosso)** são os determinantes estruturais da saúde” (BREILH, 2011, n.p.)

A participação e o controle social se configuram também como alternativas para outros autores, como Abreu et al. (2016) e Pereira e Silveira (2016). Para estes últimos, “[...] a promoção da cidadania e a participação social têm um grande potencial de aprimorar as políticas públicas e, dessa forma, afetar positivamente os determinantes sociais e ambientais da saúde” (ABREU, MELO, SILVEIRA, 2016, p.77).

Mas, segundo esses autores, uma vez consagrada a participação popular, a sua efetivação passa pela superação de alguns desafios, dentre eles o de evitar que ocorra sua instrumentalização; em impedir que a sua utilização nos espaços de decisão política, na gestão da coisa pública, seja instrumento para imposição “[...] de agendas partidárias”, para legitimação de propostas que se pretendem vitoriosas em época de disputa eleitoral. Ou, como nos explica Abreu et al. (2016), de evitar

[...] de a participação ser administrada ou tutelada pelos governos, que impedem o acesso da sociedade civil às questões centrais do poder, em nome da “complexidade técnica”, talvez pelo temor da perda das prerrogativas de mando e poder (ABREU et al., 2016, p.80).

Nesse cenário, em que “[...] o Estado não pode propor a participação, porque nesse caso já seria por definição ou cooptada ou inócua” (DEMO, 1980, p.24 apud ABREU et al., 2016, p.80), surgem outras possibilidades nas quais “[...] a luta pela conquista de direitos e melhorias

não deve seguir as vias institucionais”, sem perder de vista que dispensar a busca “[...] do exercício do poder de decisão nos espaços institucionalizados pode negligenciar uma real oportunidade de fazer emergir outras legitimidades” (MOUFFE, 2005 apud ABREU et al., 2016, p. 80).

Nessa mesma linha de pensamento aponta Antunes (2019)³⁰. Para este autor essa mesma luta não deve ter suas ações, “[...] todo o seu oxigênio voltado para a institucionalidade”, apostando nos sindicatos e partidos políticos, mas em especial, nos movimentos sociais, sobre estes o autor afirma serem “[...] capazes de defender questões vitais [...] de tocar as raízes das questões cruciais”, enfatizando a potencialidade dos movimentos sociais na qualificação, na capacidade de trazer à tona, de representar fidedignamente, as reais demandas da sociedade.

³⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/trabalho-precario-intermittente-e-a-antessala-do-desemprego-diz-ricardo-antunes>

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionamento que originou a elaboração deste estudo buscou compreender se as ações realizadas pelo MAM, considerando sua atuação no estado de Minas Gerais, se localizam no campo teórico-metodológico da promoção de saúde, tendo em vista o referencial teórico adotado. Assim, a análise e discussão da pesquisa documental e das entrevistas com informantes-chave apresentadas a seguir foram realizadas tendo em vista à articulação entre este objetivo e os elementos centrais do quadro teórico desta pesquisa.

5.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

De acordo com o descrito, a pesquisa documental realizada estruturou-se a partir do estabelecimento do *corpus* de análise, sob o qual se procedeu com a pré-análise ou análise preliminar e a análise. A respeito das cinco dimensões que compõe a fase da pré-análise, começamos pela autenticidade e confiabilidade, aspecto central quanto à escolha da fonte da qual se extraiu os documentos do escopo desta pesquisa: o site institucional do MAM. Posto esta origem, assume-se a credibilidade dos documentos em questão.

No que tange à autoria dos documentos que compõe o corpus deste estudo, conforme mencionado anteriormente, assumiu-se que todos são de autoria do MAM, pois reafirmamos trata-se da opinião de “companheiros e companheiras” que, portanto, compartilham do seu posicionamento político-ideológico com relação aos assuntos abordados (MAM, 2022).

No que concerne à natureza do texto, que Cellard (2008) explica que existem “[...] documentos de natureza teológica, médica, jurídica que se estruturam conforme seus intentos (CELLARD, 2008). Depreende-se desta afirmação que a natureza de um texto está relacionada aos fins a que este serve. Antes de falar da finalidade dos textos analisados, mencionemos sobre a lógica interna. Trata-se “[...] do esquema ou o plano do texto”, em que deve ser observado o desenvolvimento da argumentação e seus pontos centrais” (CELLARD, 2008).

Observou-se que o conjunto de textos analisados têm por finalidade discutir as questões que os motivam apresentando-as e analisando-as a partir da posição do Brasil no capitalismo mundial, qual seja, da condição de fornecedor de matéria-prima, que significou a adoção de um paradigma de desenvolvimento assentado no extrativismo intensivo de recursos naturais, em especial, os minerais, a partir da produção em larga escala voltada para exportação. Elemento estruturante no desenvolvimento e conformação do modelo mineral vigente no país

(CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018; MILANEZ, 2019)

Nesta direção, outra questão que também se figura como cerne nos debates apresentados é objetivo central do movimento, o qual reforçamos: debater na sociedade o modelo mineral primário exportador e, por conseguinte, as apropriações e destinações dos bens minerais, e, a partir da organização popular, propor e construir um novo modelo de utilização desses bens, na forma de propriedade social e em benefício de todo povo brasileiro³¹. Não trata-se de um discurso anti-mineral, como afirma Milanez (2019), mas de uma nova forma de minerar.

Conforme já mencionado, este propósito traz em seu bojo a ideia da soberania popular na mineração que se revela a principal proposta política do MAM (MAGNO, 2017; BARBOSA, 2019; MARTINS ET.AL, 2019), sendo, portanto, coerente a constatação que essa concepção se figura como ponto central e como conceito-chave das discussões e argumentações presente nos documentos analisados.

È sob essa lógica de intencionalidade e de estruturação que esses documentos se apresentaram. Sua produção é suscitada pela discussão acerca do modelo de mineração brasileiro relacionando-os aos aspectos da conjuntura política, social e econômica brasileira e mundial que lhe são pertinentes, ou seja, aos aspectos que dizem respeito à apropriação, à exploração e à destinação dos bens naturais. Este é o cenário que propicia sua produção; ou, conforme Cellard (2008), o contexto que os dão origem.

Sob essa perspectiva, no período analisado – outubro de 2013 a dezembro de 2020, destacaram-se como pano de fundo dessas discussões: as propostas para a nova regulamentação para o setor mineral; o impacto do processo de financeirização da economia sobre a atividade extrativa; disputas e conflitos pelo uso da terra, violência no campo, criminalização de lutas sociais, despossessão territorial de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas que têm sua origem no confronto com o setor minerário; flexibilização das leis ambientais, concomitante com a simplificação dos trâmites necessários aos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos minerários, os impactos econômicos e sociais da minero-dependência; reforma trabalhista e previdenciária; precarização do trabalho; os rompimentos das barragens de rejeitos minerários ocorridos nas cidades de Mariana e Brumadinho e a manutenção das atividades minerárias consideradas essenciais por meio de decreto presidencial diante da situação de pandemia pelo Covid -19.

Ao fazer a discussão sobre os aspectos estruturais e conjunturais relativos ao modelo

³¹ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>

mineral brasileiro, quer dizer, ao debater as causas de sua conformação e manutenção e demais assuntos que o dizem respeito, foi possível verificar nos documentos analisados a tematização da saúde partir de duas perspectivas. A primeira, e a mais perceptível, se revelou nas denúncias dos impactos das atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais nas populações e territórios afetadas e em seus trabalhadores. Estes impactos foram classificados em dois eixos temáticos, quais sejam: 1) Impactos da mineração sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da atividade minerária e sobre a saúde das populações afetadas; 2) Impactos da atividade minerária sobre a saúde dos seus trabalhadores.

A segunda perspectiva se evidenciou no debate acerca do modelo mineral primário exportador brasileiro, das causas da sua modulação e de nova proposição para seu formato. Estas problematizações se revelaram como ponto de comunicação com o debate da promoção da saúde a partir da ótica da sua determinação social e deram origem ao terceiro eixo temático: 3) O modelo mineral primário exportador brasileiro, a determinação social da saúde e a proposição da Soberania Popular.

5.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE CONSTRUÍDAS

5.2.1 1) Impactos da mineração sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da atividade minerária e sobre a saúde das populações afetadas.

No que diz respeito à população que vive nos territórios atingidos, é mencionado a intoxicação e o adoecimento devido à contaminação dos recursos naturais - água, solo e ar, por metais pesados e pela poluição oriunda das atividades da cadeia de produção mineral, que acaba por ocasionar doenças do sistema respiratório, cânceres, problemas de pele, dentre outros.

O consumo intensivo desses recursos naturais é outro aspecto tematizado e que somado a sua contaminação, comprometem as atividades de subsistência e das demais atividades econômicas, como agricultura familiar, pesca, produção de alimentos livres de agrotóxico, típicas dos modos de vida tradicionais que, quando não alterados, são totalmente desfeitos com a despossessão territorial das comunidades.

Estas afirmativas encontram eco em vários documentos analisados. Um deles divulga uma série produzida pelo MAM que denuncia diferentes impactos sofridos por regiões nos estados do Ceará, Bahia, Goiás e Minas Gerais que estão sob ameaça ou são alvo da

exploração de bens minerais.

Segundo o documento, na região de Santa Quitéria (CE) são inúmeros os impactos causados pela exploração de urânio e fosfato "[...] como inviabilidade do modo de vida tradicional e da agricultura camponesa"; na Bahia, a implantação de um projeto pretendido para o município de Caetitê "[...] extinguirá as nascentes que atende as populações do município"; em Goiás "[...] a atividade da Anglo American tem provocado escassez de água, inviabilidade da agricultura familiar, aumentando a pobreza na região e a migração para as áreas urbanas"; e em Minas Gerais a expansão da exploração da Vale ameaça a captação de água para todo o município de Catas Altas "[...] e piora, ainda mais, a poeira e os problemas respiratórios na comunidade do Morro da Água Quente"³².

Outro documento traz a fala de um participante da Assembléia Popular da Mineração, atividades realizadas pelo MAM em seus territórios de atuação, acerca dos efeitos da despossessão territorial em comunidades que vivem em regiões que estão sob a mira de empreendimentos minerários. Segundo relato, as famílias são realocadas

“[...] para locais não oferecem condições para o cultivo da terra. A empresa [referindo-se a mineradora BAMIN – Bahia Mineração] cercou áreas que os moradores sempre usaram para colher frutos e ervas medicinais, dar água aos animais e retirar água para a realização de suas atividades diárias”³³.

Ainda sobre esses efeitos, há também o comprometimento da saúde mental, manifestada em doenças como depressão e stress. Como o caso de famílias do município mineiro de Conceição do Mato Dentro que foram forçadas a deixar suas casas em virtude do risco de rompimento de barragem de rejeitos do Projeto Minas Rio. Sobre esta situação, outro documento analisado afirma que em Conceição do Mato Dentro “Processos de depressão foram desencadeados devido à desterritorialização e ao rompimento dos laços familiares, fruto da forçosa e violenta forma como a empresa se instalou no território”³⁴.

Ademais para aqueles que ficaram residindo a jusantes da barragem restou o medo devido ao risco de morte iminente em caso de rompimento. Foram identificadas “[...]pelo

³² Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2016/10/04/areas-ameacadas-pela-mineracao/>

³³ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/06/05/ba-carta-de-assembleia-popular-aponta-proximos-passos-na-luta-pela-soberania-popular-na-mineracao/>

³⁴ <https://www.mamnacional.org.br/2018/10/09/familias-estao-apavoradas-com-aumento-de-barragem-em-conceicao-do-mato-dentro-mg/>

menos 400 pessoas vivendo na zona de autossalvamento, dentre elas, pessoas com mais de 80 anos, crianças e deficientes"(MAM, “Famílias estão apavoradas com o aumento da barragem de Conceição do Mato Dentro”, 2018).

Conforme já mencionado, o Projeto Minas Rio é o principal projeto da mineradora Anglo American que comporta mina, usinas de beneficiamento e “[...] o maior mineroduto do mundo com 525 km de extensão e que atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses; e o terminal de minério de ferro do Porto de Açú” (MAM, “Atingidos pelo Projeto Minas-Rio “sofrem nova truculência da Anglo, 2016). A passagem abaixo traz uma síntese acerca de seus impactos:

“As comunidades rurais atingidas já tem seus direitos tolhidos pela Anglo desde o início das obras da mina e mineroduto, que entraram em operação em 2014. Sofrem com assoreamento e contaminação dos cursos d’água, poluição do ar, aumento da violência do município e desde o rompimento da barragem Fundão da empresa Samarco, sofrem com o medo agravado de um rompimento similar à Bento Rodrigues, em Mariana. As comunidades vivem a poucos quilômetros abaixo da barragem. Em caso de rompimento, elas teriam um tempo ainda menor para se salvarem do que teve a comunidade que ficou absolutamente destruída pela barragem Fundão”³⁵.

Em nota de pesar e solidariedade pela morte de um dos moradores do município de Passa Sete, um dos afetados pelo projeto, o MAM explicita como o cotidiano das comunidades são afetados.

"[...]pois além de conviver cotidianamente com o medo do rompimento da barragem, por muito tempo eles[João Coco e a esposa] precisaram caminhar até a casa dos vizinhos, atravessando uma pinguela sobre o rio Passa Sete contaminado pelos rejeitos da mineradora, para buscar a água que usavam para beber, cozinhar e demais usos da vida"[...]Seu João Coco veio à óbito dia 16 de setembro, por complicações de saúde, mas sabemos que as condições de vida na comunidade, que pioraram muito com a chegada da mineração, contribuíram para o seu adoecimento³⁶.

A passagem a seguir extraída de outro documento analisado também condensa os impactos e as ameaças sofridos por comunidades que vivem em regiões mineradas. Durante a realização de audiência pública no distrito do Morro D’água Quente, em Catas Altas (MG), a população se opôs fortemente contra o projeto de reativação das minas do Tamanduá e das Almas de propriedade da mineradora Vale, denunciando que

“[...] a reativação de suas operações tem preocupado a população devido ao agravamento que acarretará nos problemas na saúde pública (especialmente de doenças respiratórias), rachadura nas casas, ampliação dos ruídos, impactos no

³⁵ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2016/08/16/atingidos-pelo-projeto-minas-rio-sofrem-nova-truculencia-da-anglo/>

³⁶ Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2020/09/17/nota-de-pesar-e-solidariedade-pelo-falecimento-de-seu-joao-coco/>

turismo e nos mananciais hídricos que abastecem o município[...]”³⁷.

Na ocasião um dos participantes da audiência que morava em uma zona de autossalvamento da barragem agrediu representante da mineradora Vale “Segundo relatos, ele estava extremamente perturbado, sem dormir e em pânico após a Defesa Civil passar em sua casa e afirmar que ele está correndo risco caso a barragem venha a se romper” (MAM, “Moradores de Catas Altas (MG) dizem não à projeto de reativação da mina Tamandú”, 2019).

Nessa direção, a violência também é outro impacto tematizado, incidindo nas populações de diferentes formas e por diversas causas, seja no processo de despossessão territorial e seus efeitos sob as comunidades, seja no movimento contrário, qual seja, o crescimento populacional nas regiões mineradas, provocada pela migração.

O inchaço populacional nessas regiões, particularmente da população masculina representada pelos mineradores da mineração, ocasiona aumento nos casos de exploração sexual de adolescentes e mulheres e nos casos de gravidez precoce, prostituição, alcoolismo, drogatização e, por conseguinte, homicídios, violência doméstica e familiar. A passagem abaixo, extraída de um dos documentos analisados, menciona estes dentre outros impactos da atividade minerária e revela como esta atividade acarreta no esgaçamento do tecido social das comunidades, afetando sobremaneira suas mulheres.

“O formato da atividade minerária causa[...] poluição das águas, contaminação, doenças, mortes, acentuação da exploração e pobreza de povos tradicionais e ribeirinhos, alcoolismo e uso de drogas (que implica na cooptação da juventude pelo tráfico), violência psicológica e física (prostituição) das mulheres das comunidades ; mudança na forma de produção das comunidades, pois que são prejudicadas pela contaminação, afetando o cotidiano e equilíbrio nutricional das mulheres e suas famílias que plantam hortas, roças e cuidam dos animais “ (MAM, Mulheres da Bahia rumo ao Encontro Nacional do MAM, 2018).

Neste aspecto, cabe ressaltar que na ocasião da realização do I Encontro Nacional do Movimento no ano de 2018, destacou-se como uma bandeira de luta “[...]Continuar a construção do feminismo enquanto princípio de uma nova sociedade, que luta pela libertação de homens e mulheres, no combate ao machismo e na violência contra as mulheres” (MAM, A Mineração e a Consciência de um Povo, 2018).

A temática se apresenta, portanto, nas discussões e na atuação do movimento. Como

³⁷ Disponível em:

<https://www.mamnacional.org.br/?s=Moradores+de+Catatas+Altas+%28MG%29+dizem+n%C3%A3o+%C3%A0+projeto+de+reativa%C3%A7%C3%A3o+>

em atividade formativa realizada pelo MAM em comunidade quilombola no município de Cavalcante, no estado de Goiás, ameaçada pela exploração mineral. Na programação da atividade foi apresentada "[...] rodas de conversa sobre mineração e violência contra a mulher" (MAM, Kalunga: mais de 130 requerimentos variados de estudos e análises de áreas para mineração tramitam em Agência Nacional, 2019).

No âmbito dos conflitos pela disputa e preservação dos territórios e de seus recursos há a violência física e psicológica perpetrada contra comunidades do campo, indígenas, líderes de movimentos sociais, militantes e defensores dos direitos humanos e do meio ambiente por meio de ameaça, tentativas de assassinatos, criminalizações, processos judiciais, uso de força policial, perseguições, dentre outras formas.

Em maio de 2017 o MAM participou de um Ato Denúncia por Direitos e Contra Violência no Campo. O período se configurava como o mais expressivo no que diz respeito a violência no campo, tendo ocorrido 26 assassinatos desde o mês de janeiro. Em carta elaborada em decorrência do ato, chama-se atenção para o nível de crueldade empregado (MAM, Carta do Ato Denúncia por Direitos e Violência no Campo, 2017).

“No ataque aos Gamela, um indígena teve as mãos decepadas e ferimentos graves à altura dos joelhos, e outro uma das mãos praticamente decepada. Em Colniza/MT, uma pessoa foi degolada e outras mortas depois de sofrerem tortura. O militante do MST, Etevaldo Soares Costa, assassinado no dia 5 de maio de 2017, na fazenda Serra Norte em Eldorado do Carajás, no Pará, teve os dedos cortados, as pernas cortadas em quatro partes, os olhos furados, e foi colocado num saco plástico e jogado fora da área da fazenda” (MAM, Carta do Ato Denúncia por Direitos e Violência no Campo, 2017).

Nesse mesmo ano, organizações e movimento sociais se solidarizaram diante das ameaças de morte sofridas pelo pároco Frei Gilberto, no distrito de Belisário, município de Muriaé-MG, em razão de sua atuação contrária à ampliação dos projetos de mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro em Minas Gerais, empreendida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) pertencente ao Grupo Votorantim (MAM, Frei Gilberto é ameaçado de morte e recebe solidariedade de organizações e movimentos sociais de todo país, 2017)

Em 2019, mulheres do MAM manifestaram, por meio de nota, solidariedade à Deputada Estadual dos Partidos dos Trabalhadores Beatriz Cerqueira diante dos ataques sofridos pela sua atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relativa ao rompimento da barragem de rejeitos de minério Córrego do Feijão. De acordo com o documento “[...] ataques com gritos de “vagabunda” foram proferidos da galeria por associados de partidos de direita” [...] ressaltando que "O mundo da mineração é historicamente um universo protagonizado pelos homens e, em geral, muito machista" (MAM, “Nota de Solidariedade

Deputada Beatriz Cerqueira”, 2019).

5.2.2 Impacto da atividade minerária sobre seus trabalhadores

Com relação a classe trabalhadora, os documentos apresentam e discutem a precarização do trabalho no setor mineral, denunciando o cenário marcado pela terceirização, pelo descumprimento das leis trabalhistas, por acidentes e mortes, adoecimento, assédio moral, afastamentos por invalidez, alcoolismo, uso de drogas, jornadas extenuantes e contaminação por exposição à metais pesados.

Conforme explicado, o caminho percorrido para a delimitação do *corpus* de análise desta pesquisa proporcionou a leitura de documentos que não são de autoria do MAM. Dentre estes destacou-se os produzidos pelo jornal Brasil de Fato. Em 2016 o MAM publicou em seu site matéria especial produzida por tal veículo de comunicação sobre a realidade dos trabalhadores da mineração em estados minerados do país.

Segundo dados levantados à época, a mineração é fortemente marcada pela terceirização do trabalho

“O ambiente da mineração é caracterizado por poucos trabalhadores assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por um grande número de terceirizados, uma organização sindical aliada às mineradoras e uma insuficiente fiscalização pelos órgãos públicos. O setor emprega 3 milhões de pessoas, dos quais 1,5 milhão são terceirizados e apenas 500 mil têm carteira assinada, segundo dados da Frente Sindical Mineral” (Brasil de fato, “Passar “dez anos sem férias” é condição comum na mineração brasileira, diz sindicato”, 2016).

Nesse tocante, um dos documentos analisados denunciam as condições de trabalho na construção do Projeto Minas Rio. A mineradora Anglo American e terceirizadas que lhe prestavam serviços, como a empresa Tetra Tech, foram denunciadas ao Ministério Público do Trabalho: “[...] O órgão entendeu que os 435 operários que trabalhavam para a Tetra Tech desempenhavam atividade-fim e deveriam ser contratados diretamente pela Anglo American. Desses, 67 eram submetidos a condições análogas à escravidão (Brasil de Fato, Passar “dez anos sem férias” é condição comum na mineração brasileira, diz sindicato, 2016).

Tal condição é exemplificada no trecho extraído de um dos documentos analisados que relata as condições desses e outros trabalhadores

“Na obra do Projeto Minas-Rio, foram encontrados 173 trabalhadores em condições análogas à escravidão”[...] A Anglo American e outras 23 empresas terceirizadas foram denunciadas por jornada exaustiva, situação degradante, terceirização ilícita, irregularidades no banco de horas, contratação de pessoas jurídicas para burlar a legislação e não pagamento de direitos trabalhistas, dentre outros. Outros 185 trabalhadores”[...]foram encontrados na mesma obra em situação de jornada

exaustiva, chegando a trabalhar por 88 dias seguidos e registrando até 18 horas diárias” (MAM, “Governo Temer e o Morro Velho da Escravidão”, 2017).

No município de Niquelândia, em Goiás, trabalhadores do grupo Votorantim, que explora níquel na região, estão sob o risco de contaminação em função da exposição à amônia, utilizada na extração do mineral.

“[...]a utilização de amônia na exploração desse mineral torna a atividade altamente contaminante para os trabalhadores de Niquelândia, e o grupo Votorantim estaria negligenciando uma proteção adequada aos seus funcionários ao se utilizar de tal método na extração do níquel” (Brasil de Fato, Amônia afeta saúde dos trabalhadores da extração de níquel, 2016).

“Em Paracatu em Minas Gerais trabalhadores da maior mina de ouro a céu aberto do mundo apresentam contaminação por níveis elevados de arsênio, um metal pesado cancerígeno: “Trabalhadores das empresas estão com 25 vezes mais do que o mínimo suportável de arsênio no corpo e a população de 5 a 10 vezes mais do que o tolerável”(MAM, “As veias abertas da mineração”, 2015).

Nas cidades mineiras de Nova Lima, Raposos e Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte, são expressivos o número de trabalhadores e ex-trabalhadores da mineração com silicose. Em 2016 “O número de trabalhadores da mineração no Brasil que têm silicose (doença respiratória que causa fibrose pulmonar pela inalação de partículas contendo dióxido de silício e poeiras minerais) chega a 500 mil nas empresas de extração mineral e garimpo[...]”³⁸.

Outro assunto apresentado e discutido nos documentos analisados é a relação existente entre a manutenção das atividades minerárias, considerada como atividade essencial por meio do decreto presidencial nº10.329 de 28 de abril de 2020, diante à pandemia pelo COVID-19. Os trechos extraídos de documentos analisados, explicam como a mineração contribui para disseminação do vírus a partir da exposição de trabalhadores e comunidades

"Com a manutenção da mineração a empresa expõe funcionários, seus familiares e vizinhos, não colaborando com as ações de contenção à disseminação do vírus, além de manterem as comunidades do entorno das minas sob efeito dos materiais particulados emitidos, o que contribui para a fragilização do sistema respiratório, deixando a saúde destas populações em situação ainda mais vulnerável neste momento" (MAM, “No Rio Grande do Sul a mineração não para”, 2020)

“[...] as mineradoras [nomes] não suspenderam suas atividades, mantendo um fluxo diário de muitos trabalhadores/as saindo de suas casas e trabalhando em contato uns com outros, correndo o risco de se contaminarem com o Coronavírus" (MAM, “Brumado (BA) teme contaminação do COVID 19 através da mineração”, 2020).

38

A fim de embasar tal discussão e comprovar tal relação, alguns documentos relativos ao tema trazem mapas e dados que mostram a situação de disseminação do vírus e a presença da mineração.

Em um destes documentos é evidenciado a situação do estado de Minas Gerais. No período analisado, junho de 2020, os municípios que compõe a região do Quadrilátero Ferrífero, como “[...]A cidade de Itabirito, por exemplo, teve um crescimento de casos confirmados de 49% em uma semana; Catas Altas e Mariana tiveram uma ampliação de 25%; Ouro Preto, de 37% e, Barão de Cocais, em mais de 24%” (MAM, “Coronavírus avança em municípios com intensa atividade minerária. Veja balanço de MG, 2020).

Outra região mencionada e que comporta o Projeto Minas- Rio, em particular, os municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Serro, apresentava uma elevação de casos suspeitos. Há época houve a confirmação de “[...] de duas mortes pela doença de pessoas que possuem vínculo ou tiveram contato com trabalhadores da mineradora com diagnóstico positivo” (MAM, “Coronavírus avança em municípios com intensa atividade minerária. Veja balanço de MG, 2020).

Em Conceição do Mato Dentro, o primeiro caso confirmado foi “[...] em um trabalhador da mineradora e, grande parte dos demais casos, são vinculados aos trabalhadores da empresa e familiares” (MAM, “Coronavírus avança em municípios com intensa atividade minerária. Veja balanço de MG”, 2020).

Além da aglomeração local é ressaltado que “[...] todo final de semana trabalhadores se deslocam para suas cidades e retornam no início da semana, aumentando o risco de transferência do vírus de uma região para outra” (MAM, “Mineração não para e ameaça vida de comunidades em Caetité (BA)”, 2020).

Paradoxalmente, as mineradoras usufruindo do contexto da pandemia, atuaram no intento de fortalecimento da imagem institucional, enquanto expunha seus trabalhadores ao risco da contaminação. Em entrevista on-line concedida ao Instituto Humanistas Unisinos (IHU), o pesquisador e professor, Tádzio Coelho, menciona que as “[...] grandes empresas do setor, principalmente a Vale, têm aproveitado a pandemia para tentar melhorar sua imagem pública doando equipamentos médicos e de proteção” (autoria?).

Por fim, um dos documentos analisados ao reafirmar que, a despeito das atividades minerária se figurarem como vetor de propagação do vírus, os cargos de direção das mineradoras foram dispensados para o trabalho remoto, enquanto “[...] os operadores das minas estão diariamente pegando os ônibus para o trabalho, se alimentando nos refeitórios e circulando entre as cidades vizinhas”(MAM, “Mineradoras atentam contra a vida dos

trabalhadores e comunidades mantendo produção em plena pandemia do Novo Coronavírus”, 2020), ratifica também quais são os estratos de classe que se beneficiam com a lógica da produção mineral existente.

Portanto, em todo documento analisado relativo ao tema, o MAM reivindica para esses trabalhadores o direito ao isolamento social com “Garantia de estabilidade de emprego para todos trabalhadores, diretos e terceirizados, com manutenção dos salários e benefícios de forma integral até que essa situação volte à normalidade” (MAM, “Mineradoras atentam contra a vida dos trabalhadores e comunidades mantendo produção em plena pandemia do Novo Coronavírus”, 2020).

5.2.3 O modelo mineral primário exportador brasileiro, a Determinação Social da Saúde e a proposição da Soberania Popular na Mineração.

A Soberania Popular, que postula “[...] participação e autonomia do povo em múltiplas questões que envolvem suas vidas e a do meio em que habitam” (MARTINS et al. 2019, p. 6), se figura como a principal pauta reivindicativa do MAM. Em se tratando da mineração, soberania implica na “[...] participação social na discussão e elaboração das políticas para o setor, na definição da aplicação dos recursos gerados, e na definição das formas, dos territórios e da destinação da produção de minérios”³⁹.

Esse conceito também aparece em outros documentos analisados, especialmente, no que trazem o debate acerca da soberania alimentar, entendida como

“[...] além da disponibilidade e acesso aos alimentos e refere-se a uma alimentação “[...]com variedade, livre de venenos e que garanta uma nutrição equilibrada. Está inserida numa proposta maior de projeto de nação (grifo do autor). Implica, necessariamente, em uma **soberania territorial** e uma **soberania hídrica** (grifo nosso)”⁴⁰.

Ressalta-se que a soberania territorial e hídrica são dois aspectos indiscutivelmente colocados em xeque pelo atual modelo mineral brasileiro tendo em vista seu intensivo consumo de recursos naturais e disputa pelo uso da terra, conforme já exposto, e aparece como necessárias à noção de soberania nacional. Não por acaso, em vários documentos o MAM expressa seu apoio à movimentos que tem como pauta a luta pelo direito à terra e à água e

³⁹ Disponível em <https://mamnacional.org.br/2018/05/30/a-mineracao-e-a-consciencia-de-um-povo/>

⁴⁰ Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2017/02/21/populacoes-do-campo-precisam-lidar-com-os-perigos-dos-projetos-de-mineracao/>

utilização enquanto bens comuns, bem como o direito à alimentação saudável, na perspectiva de alimentos livres de agrotóxicos.

Em setembro de 2016 o movimento compôs a Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, em defesa da democracia, soberania territorial e alimentar a partir de pautas tais como

“A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação **de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias** acampadas em todo o País. **A revogação da lei que permite a venda indiscriminada de terras para estrangeiros** é outra pauta que ameaça à soberania nacional. Os movimentos não aceitam a revogação desta lei. A defesa da **produção de alimentos saudáveis e de políticas de transição para a agroecologia** (grifos nossos) são também alguns dos destaques da pauta de reivindicações” (MAM, Organizações do Campo Ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária”, 2016).

Junto a demais movimentos sociais, igrejas, sindicatos e universidades, compõe também a Campanha pelas Águas contra o mineroduto da Ferrous, “[...] com o objetivo de denunciar os impactos iminentes da instalação do mineroduto e as sistemáticas violações de direitos humanos cometidos pela mineradora e fortalecer as comunidades atingidas organizadas” (MAM, “Vitória popular: Ferrous é derrotada em MG”, 2016). No ano de 2016, a campanha conseguiu, por meio da mobilização e organização popular, barrar o avanço do processo de licenciamento ambiental da instalação do mineroduto da mineradora multinacional Ferrous Resources. Conforme já mencionado, a estrutura perpassaria por 17 municípios mineiros partindo de Congonhas dos Campos (MG) até a região portuária do Espírito Santo.

Neste tocante, foi possível verificar que a luta pela defesa desses direitos se torna mais veemente nos territórios ameaçados pela mineração e seus modais de escoamento. Nestes lugares o MAM organiza e endossa o enfrentamento aos empreendimentos minerário a partir das palavras de ordem “Mineração Aqui Não!” que tem por objetivo assegurar e valorizar a produção e reprodução dos modos de vida tradicionais, a agricultura familiar e a conservação ambiental.

No estado de Minas Gerais a luta por áreas livres de mineração ocorre, por exemplo, nos distritos de Belisário, no município de Muriaé, e também no município de Rosário de Limeira, onde a ampliação da exploração de bauxita na Serra do Brigadeiro – segunda maior reserva desse mineral no país – afetaria sobremaneira a manutenção das atividades econômicas, a preservação das águas, por conseguinte, os modos de vida das comunidades da região.

Um dos documentos analisados, que aborda sobre realização de audiência pública a fim de debater e impedir o avanço da exploração de bauxita nessas regiões, explica o papel desse mineral no ambiente e os desdobramentos da sua exploração

“A bauxita cumpre uma função fundamental no subsolo permitindo maior infiltração e armazenamento de água nos lençóis freáticos, a sua retirada implicará em danos nos mananciais e prejudicará o abastecimento de água para comunidades rurais e urbanas” (MAM, “Mineração é rejeitada durante audiência pública em Rosário de Limeira, 2018”).

“Estamos preocupados com o avanço da mineração em nosso município, ela coloca em risco nossas águas, nossas terras, saúde e a agricultura familiar, atividade econômica que traz desenvolvimento para nossa cidade “[...]Quando analisamos os indicadores socioeconômicos de municípios já afetados pela mineração de bauxita na região, como São Sebastião de Vargem Alegre e Itamarati de Minas, verificamos que eles pioraram, ou seja, a mineração não significa melhoria da qualidade de vida da população” (MAM, “Mineração é rejeitada durante audiência pública em Rosário de Limeira”, 2018).

No ano de 2020 o movimento integrou a Campanha Periferia Viva, uma iniciativa nacional desenvolvida pelo campo dos movimentos populares, sindicatos e pastorais a fim incentivar e beneficiar a agricultura familiar e ao mesmo tempo comunidades carentes. Ambos grupos sobremaneira afetados pela situação de pandemia do COVID-19.

Diante da pandemia da Covid-19, a crise econômica agravou-se conduzindo milhões de famílias para a miséria extrema sem ter nem o que comer. Da mesma forma, agricultores e agricultoras familiares de todo o país se veem com dificuldades para vender sua produção, uma vez que as feiras e escolas (seus principais compradores) não estão funcionando por conta do isolamento social (“MAM, Periferia Viva entrega cerca de 1 tonelada de alimentos da Agricultura Familiar em MG”, 2020).

Segundo um dos documentos analisados, “O lema da campanha é simples: compre de territórios ameaçados pela mineração, doe a quem tem fome e defenda os agricultores e agricultoras que produzem nossos alimentos” (MAM, “MAM inicia entrega de alimentos na periferia de São José do Norte (RS) no Dia do Trabalhador”, 2020) enfatizando a importância social desses territórios

Ainda no que diz respeito sobre sua atuação, conforme já mencionado, o MAM prima por “[...] integrar, formar e preparar a população em geral, visando estabelecer uma base popular integrada e orientada para a consecução dos objetivos e implementação das propostas do movimento” (BARBSOA, 2019, p.93). Nestes aspectos, por vezes os documentos tematizaram atividades de formação realizadas pelo MAM, como o I Curso sobre a Introdução ao Problema Mineral no Brasil – Turma Chico Mendes, realizado no ano de 2017 e fruto de uma parceria com demais movimentos da Via Campesina Brasil. Sediado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em “[...] 45 dias de atividades, o curso reuniu 72 pessoas de sete estados

do país e teve como objetivo principal aprofundar estudos teóricos acerca da questão mineral no Brasil” (MAM, “Militantes do MAM participam de I Curso sobre problema mineral no país”, 2017).

Neste mesmo ano iniciou-se a realização das Assembleias Populares da Mineração organizadas pelo movimento em 100 municípios de 11 estados do País com objetivo de

“[...] refletir, debater e produzir uma memória política da mineração através da luta dos trabalhadores e populações em contradição com o capital mineral, com propostas de superação soberana e popular do atual modelo de mineração” (MAM, “Assembleias populares na mineração: um debate urgente é necessário”, 2017).

Segundo Jarbas Vieira da coordenação estadual do movimento “[...] a proposta é que as assembleias sejam espaços também de contribuição para um diagnóstico regional e nacional de como as empresas e governos atuam, e como o povo está se organizando para defender os seus direitos e os seus territórios” (MAM, “Assembleias populares na mineração: um debate urgente é necessário”, 2017).

Cabe ressaltar que a análise desta relação Estado-capital é outro aspecto no rol de atuação do movimento (GLAUSS, 2018) e elemento importante na discussão e no entendimento do modelo mineral vigente no país, dadas as razões aqui já expostas: incentivo e complacência estatal aos projetos minerários, a leniência perante desvios tributários e crimes sociais e ambientais. Vários documentos denunciam a cumplicidade, a relação promíscua entre mineradoras e Estado e o caráter antidemocrático dos projetos minerários.

Como aqueles produzidos no contexto da tramitação na Câmara dos Deputados do PL 5.807/2013 que, como já mencionado, teve por objetivo a revisão do Código de Mineração. Nesse cenário esses documentos denunciam a atuação das mineradoras por meio do financiamento de campanhas políticas de parlamentares, como o caso do Deputado Federal Leonardo Quintão do PMDB - MG, relator da comissão especial responsável pela apreciação das propostas contidas no projeto.

Nas eleições de 2010 o deputado teve 20% da sua campanha financiada por empresas do setor da mineração e nas eleições de 2014 recebeu cerca de R\$ 2,8 milhões. Em razão do conflito de interesses explícito, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração procedeu em maio de 2016 com pedido de Quebra de Decoro Parlamentar e afastamento do deputado, bem como anulação do referido projeto.

No município mineiro do Serro desde 2018, a Herculano tem atuado junto à vereadores da câmara municipal, à prefeitura e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA) do município a fim de obter a concessão de Declaração de

Conformidade para seu projeto de extração de minério de ferro. Segundo um dos documentos, que data de outubro de 2019

“As últimas reuniões do CODEMA, que foi recentemente reformulado, foram marcadas por irregularidades, pela ostensiva presença do Grupo Herculano, pela violação do regimento interno do conselho e pela tentativa golpista de eleger uma nova diretoria sem passar pelos ritos legais estabelecidos pelo regimento. Esse grupo tentou ainda inserir o projeto da Herculano em discussão como pauta surpresa na última reunião, uma clara violação do direito à informação e participação da população, que será extremamente afetada caso este projeto seja implantado” (MAM, “Prefeitura e CODEMA do Serro cometem ilegalidades para beneficiar mineradora”, 2019).

Outro documento afirma que neste período a Declaração de Conformidade já havia sido emitida e posteriormente anulada. Contudo no ano de 2020, em meio a suspensão das reuniões presenciais em face à situação de pandemia do Coronavírus, o CODEMA se movimentava novamente para reverter a anulação sob a reafirmação de que a mineradora “[...] preenche os requisitos essenciais da legislação do município para explorar a área”, ainda que o projeto em questão viole a legislação do Plano Diretor municipal, do próprio CODEMA e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, conforme mostra análise feita por pesquisadores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (MAM, “Mineradora mente sobre impactos do Projeto Serro (MG) e põe segurança hídrica em risco”, 2020).

A partir do referencial teórico sobre promoção de saúde apresentado no capítulo 5 deste trabalho, a denúncia acerca dos impactos da mineração sobre a saúde populações e territórios afetados e em seus trabalhadores, que inclusive se configura como uma pauta do MAM – “Denunciar permanentemente as graves consequências de saúde para toda a população” (Barbosa 2019, p.83) - nos remete ao modelo socioecológico ou dos determinantes sociais da saúde, pois dizem sobre o condicionamento existente entre a produção e promoção de saúde e as condições de vida das populações que vivem em regiões mineradas ou perpassadas pela cadeia de produção da mineração,

Dentre esses modelos, o proposto por Solar e Irwin pondera ainda o peso das “[...] posições socioeconômicas sob a geração das iniquidades. As posições socioeconômicas são consideradas a partir do nível de escolaridade, ocupação no mercado de trabalho, renda e demais fatores relacionados a estes aspectos (GARBOIS; SODRÉ e ARAÚJO, 2011) que, por fim, dizem das condições materiais de existência de uma determinada população e, por conseguinte, da sua representatividade em uma sociedade. Não por acaso, as populações afetadas pelos impactos da mineração são em sua maioria vulneráveis economicamente,

minoritárias politicamente e majoritariamente representadas pela população negra (MANSUR et. al. 2016).

Também à luz desse referencial, foi possível observar uma segunda perspectiva a partir da qual os documentos analisados tematizam a produção e promoção de saúde na ótica da sua determinação social. Esta compreensão surge na análise da discussão sobre as causas do modelo minerador brasileiro que, invariavelmente e explicitamente, aborda a posição dependente do Brasil na economia mundial, razão da estruturação do seu modelo de desenvolvimento econômico assentado no extrativismo intensivo de recursos naturais, em especial, os minerais (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018; MILANEZ, 2019); o ideário da Soberania Popular na Mineração. Vários documentos analisados revelam o entendimento do MAM acerca da noção de soberania. O trecho extraído a seguir sintetiza tal compreensão

“[...] as comunidades só conseguem exercer a soberania frente ao capital mineral se estiverem organizadas e realizando lutas de resistência. Se dependermos desse sistema político os territórios serão todos apropriados de acordo com os interesses do capital mineral. Somente com organização e lutas populares conseguiremos enfrentar este modelo de mineração que não tem nada a oferecer as comunidades” [...] (MAM, Comunidade de Belisário diz: Mineração Aqui Não! 2016).

Ao fazer a discussão sobre o modelo mineral brasileiro estruturando esse debate a partir dessas duas abordagens, o MAM vai além dos impactos da atividade minerária sobre as regiões em que incide e sobre a saúde de suas populações, e avança para a causa estrutural das condições de vida e saúde dessas comunidades, propondo e a partir do conceito da Soberania Popular o ponto central para superação deste modelo. Discussão que vai ao encontro da abordagem da determinação social da saúde apresentada neste trabalho.

De acordo com o Breilh (2011), a determinação dos problemas em saúde reside na realidade na qual “[...] o mundo inteiro está dominado por empresas gigantescas da agroindústria, da mineração, das finanças, dos campos-chave da economia e da vida”. Segundo o autor, é necessário problematizar que as condições que modulam o modo de vida das pessoas são frutos das desigualdades oriundas da economia de mercado, no qual as empresas se apropriam de bens vitais como a água e a terra; utilizam indiscriminadamente agrotóxicos e antibióticos visando ao aumento da produtividade e lucro, ocasionando crescimento de doenças como o câncer e bactérias multirresistentes; e, pelo mesmo motivo, pressionam “[...] os rendimentos dos trabalhadores, impondo condições mais graves de trabalho, utilizando tecnologias sem princípios de precaução suficientes”.

Em outras palavras, é imprescindível questionar e esclarecer as relações e desdobramentos existentes entre condições de vida e o modelo de desenvolvimento econômico capitalista e, conforme assevera Breilh (2011), estabelecer um “[...] controle desses processos estruturais que causam tanto dano à natureza e aos seres humanos”.

Sobre este controle a participação social desponta como saída possível. De acordo com Abreu et al. (2016) “[...] a promoção da cidadania e a participação social têm um grande potencial de aprimorar as políticas públicas e, dessa forma, afetar positivamente os determinantes sociais e ambientais da saúde” (ABREU, MELO, SILVEIRA, 2016, p.77).

Para Antunes (2019)³¹ a potencialidade é ainda maior, em especial, quando se trata dos movimentos sociais, os quais, segundo o autor “[...] são capazes de defender questões vitais [...] de tocar as raízes das questões cruciais [...]”, de trazer à tona, de representar fidedignamente, as reais demandas da sociedade.

Abre-se, aqui, mais um ponto de comunicação entre a perspectiva de promoção de saúde localizada no âmbito da sua determinação social e a proposta política do MAM, qual seja, a construção de um novo modelo mineral a partir da noção de soberania, que implica, invariavelmente, o pressuposto estratégico da participação popular. Pressupostos fundamentais à produção e promoção da saúde mediante sua determinação.

5.3 ENTREVISTAS COM INFORMANTES-CHAVE

5.3.1 Características dos informantes-chave

A fim de preservar o anonimato dos informantes-chave, adotou-se a seguinte identificação: informante-chave 1; informante-chave 2; informante-chave 3; informante-chave 4; informante-chave 5; informante-chave 6; informante-chave 7 e informante-chave 8. Dentre estes, seis são do sexo masculino e dois do sexo feminino; sete possuem formação superior; três possuem curso de pós-graduação, sendo que dois possuem mestrado e um possui doutorado.

Sobre a representação no movimento, três dos informantes são coordenadores de regionais em Minas Gerais; dois compõem a Coordenação Estadual do MAM-MG; três compõem a Coordenação Nacional do MAM; dois compõem a Direção Nacional do MAM. Como pode-se perceber, alguns Informantes-chave têm mais de uma representação no movimento, bem como outras atuações. Neste aspecto, um dos Informantes-chave relatou compor concomitantemente a Direção e Coordenação Nacional do movimento, além da Coordenação

Estadual do MAM-MG; um deles relatou que, além de compor a Coordenação Nacional, atua no Coletivo de Produção do movimento; e outro afirmou que, além de representar a Direção Nacional do movimento, coordena também o Setor de Comunicação.

possível compreender que o MAM é composto por uma Direção e Coordenação Nacional, Coordenações Estaduais, Coordenações Regionais e por Coletivos e Setores.

Sobre a Direção e Coordenação Nacional, ambas foram criadas em 2018. Um dos informantes, ao dizer sobre sua representação no movimento, relatou a este respeito, reforçando a recente trajetória do MAM.

“Eu estou na Direção Nacional do MAM, **em um movimento ainda muito incipiente, em processo de criação (grifo nosso)**, então nós fizemos nosso último Congresso em 2018 e uma das instâncias que nós organizamos foi a da Direção Nacional e da Coordenação Nacional. Então eu faço parte da Direção Nacional” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Acerca da composição e incumbência da Direção Nacional, trata-se de um grupo menor responsável por traçar as orientações gerais, os princípios e a proposta política do movimento.

“[...] a Direção Nacional, algo mais reduzido, daí o [nome], o [nome] e alguns companheiros fazem parte “[...]” vai dar o direcionamento político, vai fazer as reflexões acerca do movimento e vai dar os direcionamentos trazidos pelas companheira dos Estados [...]” (INFORMANTE-CHAVE 7).

A Coordenação Nacional do MAM é formada por representantes dos estados :“[...] no nosso último congresso, primeiro congresso do MAM, em Parauapebas, a gente elegeu uma Coordenação Nacional por representantes nos Estados né” [...]” (INFORMANTE-CHAVE 7).

Os representantes dos estados compõem as Coordenações Estaduais: “[...] a Coordenação Estadual aglutina nossos principais militantes e referências nas regiões onde nós temos nossas atuações no Estado” (INFORMANTE-CHAVE 4). A Coordenação Estadual “[...] é uma Militância Intermediária né que faz intermedeio com a base “[...] que está no dia a dia nos territórios “[...] a tarefa dela é criar esses núcleos né, e reger a organização a partir dos territórios” (INFORMANTE-CHAVE 6).

O relato abaixo elucida essa organização a partir do estado de Minas Gerais, que se tratando de atuação do MAM, está dividido em cinco regionais: Metropolitana, Caraça, Zona da Mata, Médio Espinhaço e uma regional em formação no Sul de Minas.

“[...] a gente divide o MAM em regionais né, porque o MAM está em vários municípios de Minas, existem regionais, por exemplo, que é a regional onde eu faço parte a gente chama de região metropolitana, **Regional Metropolitana (grifo nosso)**” [...] tem outra regional que a gente chama de **Regional do Caraça (grifo nosso)**, que aí vai pegar ali a região do Santa Bárbara, Barão de Cocais, Catas Altas, enfim que a gente tem incidência lá. A gente tem uma regional na Zona da Mata de Minas Gerais, que aí são vários municípios que estão ali, é uma das regionais mais antigas que a gente tem trabalho, mais consolidada. A gente tem outra regional que a gente chama do **Médio Espinhaço (grifo nosso)**, que é a turma que está fazendo enfrentamento contra a mineração ali na região de Conceição do Mato Dentro, o Serro, enfim, essa turma que está ali para aquela região, e a gente tem gente do MAM organizada no **Sul de Minas (grifo nosso)**, que eu acho que é a regional que a gente está mais iniciando o trabalho né. E aí nessas regionais é a organização em pequenos núcleos nos municípios todos esses municípios a gente organizando em pequenos núcleos que vão compor essas regionais” (INFORMANTE-CHAVE 4)

São a partir dessas regionais e nelas que se formam e atuam os grupos de base, caracterizados também como pequenos núcleos “[...] nessas regionais é a organização em pequenos núcleos nos municípios, todo esse município a gente organiza em pequenos núcleos que vão compor essas regionais “[...] (INFORMANTE-CHAVE 4).

Quanto à estrutura física, o MAM possui um escritório em Brasília, em São Paulo e uma Secretaria Nacional, atualmente localizada em Marabá, município do estado do Pará. A previsão de transferência desta secretaria para a capital do município, Belém “[...] Tem um escritório em Brasília, tem um escritório em São Paulo, mas a Secretaria Nacional hoje está em Marabá e agora vai para Belém” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Em Minas Gerais, o movimento dispõe de uma Secretaria Estadual cuja sede fica em Brumadinho, conforme relato do informante-chave 1 “[...] a Secretaria Estadual ela tem um espaço físico, ela é em Brumadinho “[...]” (INFORMANTE-CHAVE 1). As demais composições da estrutura organizacional do MAM no estado não dispõem de espaço físico “[...]o restante do movimento aqui no Estado ele não tem espaço físico, aí é através de parcerias né, e muito em função do próprio espaço da comunidade” [...] ou é uma igreja, ou é uma escola, um Centro Comunitário [...]” (INFORMANTE-CHAVE 1).

A Secretaria Estadual do MAM-MG “[...] é uma instância que atua [...] zelando pelo acompanhamento de todas as regiões e também no cotidiano do movimento acompanhando as demandas das regiões [...]” (INFORMANTE-CHAVE 4). Ainda no que diz respeito à organicidade do movimento, mas principalmente em relação à sua atuação, chamou-se atenção para os grupos de base

“[...]um ponto fundamental nosso da organicidade, é o que a gente chama de Grupo de Base, então em determinadas comunidades a gente organiza Grupos de Base, com cerca de 10 famílias, e é a célula da organização. Então sempre elencamos nesses Grupos de Base um Coordenador, uma Coordenadora, que vão ficar responsáveis

então por pegar as informações e puxar as reuniões nas comunidades” (INFORMANTE-CHAVE 3).

O relato acima diz sobre a importância desses grupos na materialização das ações do MAM, que se dão “[...] através de reuniões, de contato direto com o povo, então passando de casa em casa, puxando reuniões menores, as vezes com assembleias, com Atos, são diversas as ferramentas de luta e atividades que a gente vai construindo” (INFORMANTE-CHAVE 4).

Sobre os Coletivos, depreendeu-se que se trata de grupos de trabalhos temáticos

“[...] tem o coletivo das mulheres, o coletivo da saúde, e eu tenho a atuação no coletivo Produção, que é onde a gente articula, tenta organizar vamos se dizer assim, as atividades econômicas e produtivas que vão desde a agricultura até Turismo e etc. para fortalecimento do território frente à mineração” (INFORMANTE-CHAVE 5).

O Coletivo de Mulheres tem a incumbência de promover a organização desse segmento a partir de causas que lhe são comuns e presentes em regiões mineradas, como a violência contra a mulher. Ao se apresentar, uma das informantes relatou a respeito deste coletivo que no seu entendimento, ao promover o “fortalecimento” das mulheres diante dessas causas, se figura como uma forma de promover saúde.

“[...] eu faço parte do Coletivo de Mulheres [...] a gente vem também construindo espaços de debate, de fortalecimento das mulheres “[...] seja de acesso a informação, seja sobre o debate sobre a violência, que é uma realidade muito forte, muito presente onde a gente trabalha, em comunidades que estão em conflito com a mineração. Então a gente também entende esse trabalho de auto-organização das mulheres, na construção de redes de **fortalecimento das mulheres também como uma forma de atuação de promoção da saúde (grifo nosso)**” (INFORMANTE-CHAVE 8).

Assim como os Coletivos, os Setores também se organizam por grupos temáticos. Contudo foi possível perceber que se tratam de estruturas mais elaboradas que apresentam direção, coordenação e núcleos estaduais. Um dos entrevistados elucidou mais a este respeito quando solicitado a falar sobre a atuação do movimento, preferencialmente, no estado de Minas Gerais.

“[...] dentro desse esquema organizativo do MAM você tem os setores [...] tem o **Setor de Informação (grifo nosso)**, que aí estávamos em uma atividade em curso que era presencial com a juventude. Nós fizemos 3 edições dele que reuniu nas 3 edições aproximadamente 500 jovens, de 25 Estados brasileiros [...] e depois eles têm uma viagem a campo, geralmente a campo inclusive para Minas Gerais, e fomos 2 vezes para Conceição do Mato Dentro [...] E o setor de Informação trabalhou muito com a juventude linkando com o **Setor de Cultura (grifo nosso)**, que nós temos também, então fizemos várias oficinas de teatro aí na região de Minas Gerais [...] o **Setor de Comunicação (grifo nosso)**, que aí está responsável inclusive o site que está sendo reestruturado, vamos ter um site novo e mais seguro. Então esse setor

de Comunicação também tem uma Direção, depois ele tem uma Coordenação, depois ele tem um Núcleo Estadual, então Minas Gerais são 6 ou 7 companheiros e companheiras que tocam a comunicação estadual mente [...] Bom, ai estamos de maneira incipiente agora temos o Setor Jurídico, o embate Jurídico na questão da Mineração tem sido muito importante [...] (INFORMANTE-CHAVE 6)

5.3.3 Atuação do MAM

Nesta mesma direção, qual seja, da atuação do movimento, mas também dos seus intentos, foram mencionados três aspectos; organização, formação e luta: “[...] a atuação do MAM ela se dá, a gente fala sobre um tripé sabe, que é: Organização, Formação e Luta”. Segundo um dos informantes esses três aspectos não se apresentam de forma linear, mas como “[...] um triângulo né, que não tem início e nem fim, é um processo contínuo” (INFORMANTE-CHAVE 1).

“[...] sem organização não há resistência “[...] sem organização também ninguém se forma politicamente” [...]” então a organização é importante “[...] a partir do momento que estamos organizados vamos buscar conhecimento do que é a mineração, o que a mineração produz na vida das pessoas, quais os nossos direitos frente a mineração, então a formação ela é um componente, e a luta, porque a gente não se forma para ficar mais sabido né. Então a formação ela se dá para a ação” [...]” (INFORMANTE-CHAVE 1).

No que diz respeito à formação, foi ressaltada a importância dos cursos organizados pelo MAM que visam debater o modelo mineral brasileiro e promover a construção de um posicionamento crítico em relação ao assunto. Foi exemplificado como esta construção está atrelada ao entendimento da relação desse modelo mineral e da posição do Brasil mediante o mercado financeiro, retomando a breve discussão apresentada neste trabalho sobre o impacto da financeirização da economia e o setor mineral.

“[...] esses cursos que a gente foi organizando dentro dos territórios, os cursos nacionais, isso de certa forma foi levando o nível de entendimento da nossa base e da nossa militância [...] em relação a isso a gente foi criando também um material crítico da mineração [...] Então as pessoas também foram percebendo o MAM como uma organização que levava o embate crítico mineral, e vamos se dizer, explicava: **olha aqui tem uma mina de Chumbo porque essa mina de Chumbo tem ligação com o mercado internacional ali e quem está por trás disso aqui dessa mina de exploração é o mercado financeiro do banco X, banco Y e Z**, enfim. Então ali fazendo um trabalho de conscientização dessa problemática né, ou seja, de entender também o tamanho do inimigo, você só vai saber o tamanho do dragão quando você vê o tamanho do dragão né. Então era um pouco o trabalho nesses aspectos [...] parceria com universidade, que lançaram material crítico que tem elucidado o problema do mineral [...]” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Contudo, a respeito desse processo formativo, foi dito que muitas vezes em regiões mineradas nem sempre há tempo de fazê-lo “[...] tem locais que a gente tem que entrar no meio do conflito, muitas vezes não dá tempo de fazer a formação [...] e reforça a relação não cartesiana existente entre organização, formação e luta mencionada anteriormente “[...] o processo de luta é uma formação né, o processo de resistência é uma formação política [...]” (INFORMANTE-CHAVE 7).

Esse relato direciona para outro aspecto relativo a atuação do movimento: a diferença desta em regiões que estão sob a ameaça da exploração mineral e naquelas que a mineração está instalada. Nas palavras de um dos entrevistados, no primeiro caso as atividades do MAM se voltam para “[...] a promoção dos potenciais ali do próprio território, então fortalecer a agricultura familiar, a ecológica, fortalecer o cuidado com as águas, o turismo onde tem potencial turístico. Fortalecer essa pujança do próprio território” (INFORMANTE-CHAVE 1).

Como é a atuação do movimento na Regional Zona da Mata, “[...] muito ligada a uma oposição à entrada da mineração” [...] (INFORMANTE-CHAVE 5). Nesta perspectiva, explica um dos entrevistados que, “[...] a discussão é muito da questão dos territórios livres de mineração, da afirmação da agricultura familiar enquanto proposta produtiva, etc.” (INFORMANTE-CHAVE 5)

“[...] Então o MAM tem uma pauta e uma relação muito próxima com as comunidades de agricultores aqui nesse sentido de formação sabe, formação e informação para entenderem o que é a mineração, quais são os efeitos, impactos, danos e o que ela acarreta e etc. né” (INFORMANTE-CHAVE 5).

Nessas regiões ameaçadas por empreendimentos minerários a atuação do movimento visa a proteção dessas áreas, fazendo isso por meio de “[...] articulações políticas no território” [...] (INFORMANTE-CHAVE 8). Nesta direção, foi ratificado sobre a importância do “tripé” balizador das ações do movimento, quais sejam, organização, formação e luta.

“[...] nos territórios onde há ameaças de chegar um empreendimento minerário e as comunidades querem se organizar para impedir, ai a gente forma uma atuação de construir processos jurídicos, construir articulações políticas no território, desde construção de Projetos de Lei que visem aumentar a proteção ali daquela área que está ameaçada por mineração e tudo isso atrelada a esse processo de acesso à informação, de mobilização popular, de trabalho de base, de atuação política [...]” (INFORMANTE-CHAVE 8).

Outra diferença mencionada a respeito da atuação do MAM em regiões mineradas e regiões ameaçadas pela mineração, diz sobre a percepção e receptividade da população com o movimento: “[...] no território não minerado se dá de outra forma, até porque a gente está

falando de defesa do próprio território, de construção do território que eles querem né” (INFORMANTE-CHAVE 1).

Já em regiões mineradas “[...] é diferente no sentido de com mais desconfiança, é com mais crítica porque ali o capital mineral já fez o seu trabalho de convencimento né, já fez a sua propaganda de estar gerando emprego, gerando renda” (INFORMANTE-CHAVE 1).

Sobre o discurso de benéficos e ganhos propagandeados pela mineração, foi mencionado em outro relato

“[...]tem gente que é muito favorável a entrada da mineração e muitas vezes tem algum ganho concreto com isso no sentido de alguma indenização, de compra de terreno, tem gente assim que vende o terreno e vai embora” (INFORMANTE-CHAVE 5).

As razões para essa defesa estão relacionadas à dependência econômica que as mineradoras causam nas regiões onde atuam

“[...] onde tem mineração instalada, em grandes projetos, é ainda mais difícil né, muitas pessoas são criminalizadas, perseguidas, ameaçadas né. E não só pelas mineradoras, mas por pessoas que estão de alguma forma atreladas à mineração, seja o vizinho que trabalha para a mineradora, seja o comerciante que tem um comércio ali que está lucrando mais porque a mineradora chegou [...]” (INFORMANTE-CHAVE 8)

Ainda sobre a atuação do MAM em regiões mineradas, destaca-se os eventos relacionados ao rompimento de barragens de rejeitos de minério. De forma consensual, foi relatado como esses eventos facilitaram a mobilização das populações, pois evidenciou a necessidade do debate sobre a atividade minerária.

“[...] é muito comum da gente escutar das pessoas assim: nossa, mas a gente nunca tinha ouvido falar de mineração até quando teve os rompimentos de barragem, e agora é a nossa comunidade que está na mira, que bom que vocês vieram aqui para fazer esse debate com a gente porque se vocês não tivessem vindo a gente nem saberia o que é mineração” (INFORMANTE-CHAVE 1).

“[...] essa questão das barragens né alterou muito principalmente na percepção da população em relação a mineração em 2015, antes de 2015 essa discussão de mineração era sempre em segundo plano, subestimada. Inclusive esse é um negócio que me deixa assim até meio com ódio assim sabe de como foi ignorado esse problema a tanto tempo, um problema imenso” (INFORMANTE-CHAVE 5)

Nessas regiões as atividades do MAM se dão em torno da “[...] garantia de direitos frente a uma mineração que já está instalada” (INFORMANTE-CHAVE 1) e a forma para sensibilizar e convocar as comunidades a essa luta é tematizando os impactos da mineração: “[...] o tom da conversa né, que aí a gente vai partir do incômodo, dos impactos que eles estão

sofrendo, o que eles visualizam de injustiças que estão acontecendo” (INFORMANTE-CHAVE 1)

No que concerne à atuação do MAM no cenário da pandemia de COVID-19, os relatos foram consonantes sobre como as medidas de prevenção contra a disseminação do vírus, particularmente, o distanciamento social, afetou as atividades do movimento que, conforme já explicitado, se dão “[...] a partir do contato, com a lida diária, no corpo a corpo com as comunidades, realizando reuniões, realizando atos de rua, fazendo aglomerações [...]” (INFORMANTE-CHAVE 4). Soma-se a este fato as dificuldades das comunidades quanto o acesso à internet e a pouca habilidade quanto aos recursos de comunicação digitais.

“[...] a orientação do combate a Pandemia era evitar ao máximo as aglomerações, então reduzimos muito a atuação nos territórios, ficou muito restrito a atuação nas redes, ou reuniões virtuais, o que impossibilitou muito o contato e o acompanhamento com as comunidades, porque na maioria das comunidades ou não tem internet ou internet é ruim, ou as próprias referências não conseguem manusear a internet, celulares” (INFORMANTE-CHAVE 4).

“[...] no momento que isso não se pode aglomerar nossos processos ficaram fortemente afetados né, o meio digital não substitui em nenhuma medida esses processos presenciais. A gente tem minimamente mantido viva, mantido vivo o nosso vínculo com os territórios, mas muita dificuldade de atuar assim (INFORMANTE-CHAVE 1)

Ao passo que a pandemia impôs restrições às ações do MAM, o contrário ocorreu com as mineradoras que têm sido beneficiadas pela conjuntura política do período. Vide o estabelecimento das atividades minerárias como essencial face da pandemia do COVID-19.

“Agora tem um outro modo em que essa Pandemia afetou a nossa atuação que é do ponto de vista da permissividade que o Estado deu para o capital mineral, as mineradoras aproveitaram esse momento de um governo apoiador a todo custo do setor da mineração, um momento em que a questão ambiental está sendo atacada fortemente em detrimento do setor produtivo. Então as leis, os processos de licenciamento ambiental estão sendo atacado, e aproveitaram esse momento também que a organização coletiva está fragilizada por causa da Pandemia e, acredito ela, também pela questão de mercado alta nos preços de alguns tipos de minério, então foi a conjunção perfeita de fatores “[...] (INFORMANTE-CHAVE 1)

“[...] a mineração foi considerada essencial pelo Governo Federal, pelo Decreto Presidencial e pela Portaria do Ministério de Minas e Energia. Então ficou muito, vamos se dizer, já é desequilibrado, já é assimétrico né, essa relação entre nós e mineradoras, ficou ainda mais porque a gente ficou limitado demais, o que a gente tinha de mais forte, tinha de mais forte era essa coisa do território, de ir lá conversar com as pessoas, entender os problemas, os anseios, as demandas, e ficamos bloqueados com isso, então. As mineradoras avançaram bastante durante esse período aí por conta dessa correlação de forças” (INFORMANTE-CHAVE 5).

Outro ponto destacado com relação à mineração e a situação de pandemia vivenciada, foi como as mineradoras usufruíram deste momento para fortalecerem de sua imagem institucional e conquistar apoio das comunidades que vivem nas regiões onde atuam.

“[...] e agora com a Pandemia também através das ações de caridade né: distribuem cesta básica, doam dinheiro para o hospital, doam dinheiro para a prefeitura. São estratégias que elas têm ganhado para ganhar mais aceitação da população e é isso” (INFORMANTE-CHAVE 8)

5.4 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE CONSTRUÍDAS

5.4.1 Os impactos da atividade minerária sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da mineração, sobre a saúde das populações afetadas e sobre a saúde dos seus trabalhadores

Destacou-se nos relatos dos informantes-chaves os impactos da atividade minerária sobre as regiões mineradas e perpassadas pela cadeia produtiva da mineração, sobre a saúde das populações atingidas e sobre seus trabalhadores. Em consonância com os achados da pesquisa documental, os entrevistados fizeram menção a produção de estados de adoecimento nestas regiões devido à contaminação dos recursos naturais - água, solo e ar, por metais pesados e pela poluição oriunda das atividades da cadeia de produção mineral.

“[...] porque a mineração pela experiência que a gente tem causa vários problemas de saúde mesmo né [...] problemas de saúde que eu vejo muito é poluição aérea, a movimentação de partículas que saem da mina por conta da explosão ou por conta do transporte dos minérios e etc., e esse minério chega na casa das pessoas né [...]E elas desenvolvem doenças pulmonares, doenças oftalmológicas, de pele, e por aí vai” (INFORMANTE-CHAVE 5).

Foi mencionado como exemplo a cidade de Catalão, que em razão do processo minerador de Nióbio, apresenta os maiores índices de câncer dentre as cidades do estado de Goiás.

“[...] o nível de contaminação do solo, da água, do ar e levou a Catalão, que está a 300 Km de Brasília, ser a cidade com o maior índice de câncer do Estado de Goiás, e aí os estudos comprovaram que tanto o solo, quanto a água, quanto o ar estava contaminada pelo processo minerador de Nióbio da região” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Foi exemplificado os impactos da atividade minerária sobre os trabalhadores, em particular, a partir da experiência do estado do Pará e da atuação mineradora Vale. S. A. Segundo um dos informantes, “[...] tanto Parauapebas quanto Canaã dos Carajás são cidades

produtoras de violência e são cidades, então, produtoras de doenças [...]” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Sobre como se dá essa produção, foram mencionadas situações vivenciadas pelos trabalhadores da mineração: jornadas de trabalho intensas e extensas, uso de álcool, drogas e, conseqüentemente, o esgarçamento do tecido social que estas situações produzem. De acordo com um dos relatos, a jornada diária dos trabalhadores da mineração, levando em consideração o deslocamento, são em torno de 13 a 14 horas por dia: “[...]o ritmo de trabalho mineral é muito intenso e muito extenso” [...] aqui em Carajás para você fazer sua hora de trabalho por dia, até você chegar na mina “[...] você fica fora de casa de 13h à 14h por dia” (INFORMANTE-CHAVE 6). Como desdobramento da exaustão vivenciada no cotidiano do trabalho, discorreu um dos entrevistados:

“[...] esse indivíduo que trabalha na Vale ele quando está de folga é para produzir duas coisas: violência e doença. Por que? De folga ele só bebe, ele estava em nível de alcoolização e droga dicção gigantesco e ele vai a cidade, para o bar, para o boteco, e aí sobe as mortes banais por facada e tudo mais.” (INFORMANTE-CHAVE 6).

As “mortes banais” ocasionadas pelo uso de álcool e drogas é uma das faces da violência que incidi sobre as regiões mineradas, as quais se figuram também como as “[...] mais violentas para as mulheres” (INFORMANTE-CHAVE 6) em virtude de um processo de “masculinização”, ocasionado pela migração de trabalhadores da mineração

“[...] Então se você pegar uma cidade masculinizada, tem muitos homens no processo de mineração também, embora tenha muitas mulheres, esses homens por vários motivos entram no processo de droga dicção e alcoolização que é extremamente violento, isso esbarra na violência contra as mulheres, e isso aumenta o nível de estupro, de assédio sexual, de banalização do corpo da mulher” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Outro segmento da população afetada em sociedades mineradas são as nativas. Nestas sociedades “[...] o índio não pode ser índio, o Quilombola não pode ser Quilombola, o Camponês não pode ser Camponês, eles viram trabalhadores abstratos” [...] da mineração ou eles estão passando fome na favela porque perderam suas terras” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Nesta direção, foi mencionado sobre os efeitos da despossessão territorial que compromete atividades econômicas como a agricultura familiar, causando conseqüente pauperização

“[...] Te dou o caso recente agora em Canaã e Carajás, que o projeto é “Vamos Viver” que a Vale comprou muitas terras “[...] eles eram os maiores produtores de

alimentos na região, aí entra leite, entra farinha, entra as frutas típicas da região, o Cupu, o Açaí, enfim. Eles passaram a ter um nível de empobrecimento pela terra e um nível de miséria e insegurança alimentar que é uma das piores do Pará” (INFORMANTE-CHAVE 6).

Ressalta-se que a tematização de todos esses impactos emergiu nos relatos do informantes-chave em resposta sobre a relação existente entre as ações do MAM e a promoção de saúde. No entendimento desses participantes, são por todas essas implicações que a luta por Territórios Livres de mineração, uma das bandeiras do MAM, se figura como principal expressão de promoção de saúde:

“Veja bem, uma bandeira que a gente tem levantado diariamente em mineração ela está diretamente ligada ao tema de promoção da saúde é área livre de mineração “[...] nós sabemos que onde há mineração onde há mineração há violência, é intrínseco ao processo minerador” [...] estamos dizendo que tem suas **áreas livres de mineração, você já tem nível de prevenção e promoção da saúde gigantesco (grifo nosso)**” (INFORMANTE-CHAVE 6).

“[...] quando as pessoas passam por esse processo de formação né, de informação, trabalho de base, compreensão do que é a atividade mineradora, existe primeiro eu acho que um efeito disso, que é muitas vezes ou **evitar a entrada da mineração, e aí é uma espécie então de promoção da saúde (grifo nosso)**, porque a mineração pela experiência que a gente tem causa vários problemas de saúde mesmo né [...] no caso de lugares que já tem mineração muitas vezes as mineradoras são obrigadas a adotar outras práticas né, não que evite completamente os impactos e danos, mas muitas vezes é demanda das comunidades “ (INFORMANTE-CHAVE 5).

Pôde-se perceber que esta foi uma compreensão unânime nos relatos dos informantes-chaves que revelaram ainda que a atuação do movimento em regiões mineradas também se caracteriza como ações de promoção de saúde, conforme explicitado a seguir.

5.4.2 A atuação do MAM e o ideário da Soberania Popular enquanto práticas de promoção de saúde.

Ao serem questionados se as ações desenvolvidas pelo MAM em suas regiões de atuação se conformam como ações de promoção de saúde, os informantes-chaves citaram os impactos da mineração, explicando que é em função deles que a luta por Territórios Livres de Mineração é a expressão primeira desta conformação e revelaram ainda suas próprias concepções sobre promoção de saúde.

Atuante na Regional Zona da Mata, tombada como pólo agroecológico de Minas Gerais em função da sua relevância em produção agrícola orgânica, o informante-chave 1 afirma que a luta pela não instalação de projetos minerários visa a preservação da interação entre o seres humanos e entre estes e a natureza que se dá nos modos de vida tradicionais comumente

presente nessas regiões “[...] na luta contra a instalação da mineração, nós pregamos muito essa interação ser humano, natureza, a vida em comunidade, o modo de vida tradicional dessas populações rurais [...]” (INFORMANTE-CHAVE 1).

Foi mencionado que a luta por territórios livres de mineração coloca em curso “[...] um debate coletivo sobre a nossa existência, sobre a nossa relação com o nosso território, com a natureza “[...] e que, portanto, se figura “[...] como um debate de promoção da saúde” (INFORMANTE-CHAVE 1).

No que concerne as ações dessa vertente de atuação do MAM, foi mencionado o fortalecimento da produção agrícola como alternativa econômica em regiões ameaçadas pela mineração e o debate acerca da preservação hídrica, recurso utilizado intensamente pelas atividades minerárias, conforme já exposto. Foi mencionado também como, na concepção do movimento, tais ações se figuram como promoção de saúde.

“[...] outro ponto que eu gostaria de falar sobre promoção de saúde né [...] é de atuação dentro da agroecologia, a gente conseguir avançar dentro da construção da agroecologia, a gente vai debater de que forma né que são produzidos os alimentos das comunidades onde a gente atua. Então assim esse trabalho também de construção da agroecologia como um tipo de resposta também a mineração também **a gente entende como promoção da saúde (grifo nosso)**, porque a gente também vai debater a importância, por exemplo, de produzir alimentos sem veneno, sem remédio, enfim [...]” (INFORMANTE-CHAVE 8).

“[...] É uma forma também, acredito, quando a gente faz os debates sobre o entorno da preservação hídrica, por exemplo, em Belisário, quando a gente conseguiu por conta de uma articulação muito ampla assim, declarar o território como um território livre de mineração e declarar ele como um Patrimônio Hídrico do Município de Muriaé, a gente também acredito que está promovendo saúde, porque a gente está promovendo a preservação da água, a preservação hídrica do município e da região” (INFORMANTE-CHAVE 2)

O relato de um dos entrevistados foi elucidador sobre o porquê a luta por territórios livres de mineração é a expressão maior da relação entre as ações do MAM e a proteção e promoção da saúde. Para esse informante promover saúde e promover bem-estar “[...] uma pessoa com saúde ela está bem consigo mesma, está bem no ambiente, se sentido feliz, saudável, fisicamente, mentalmente” (INFORMANTE-CHAVE 4), estado cuja a atividade minerária coloca permanentemente em risco.

“[...]a mineração ela tem impactos concretos no ambiente como um todo e isso desestabiliza a saúde do corpo, não só pelas diversas formas de contaminação que agrava, gera doenças, especialmente, por exemplo, pela emissão do pó do minério, acarretando problemas de saúde na pele, nos olhos, nas vias respiratórias, mas também o próprio conflito que é gerado e que desestabiliza a saúde mental das pessoas, das famílias, das comunidades” (INFORMANTE-CHAVE 4).

Assim, o movimento por áreas livres de mineração “[...] resguarda as comunidades de não conviver com esses projetos que vão trazer consequências concretas; que vão prejudicar as saúdes deles” (INFORMANTE-CHAVE 4). Corroborando com esse entendimento, foi relatado por um dos entrevistados outras ações do MAM dentro desse abraço de atuação do movimento

“E ao chegar nesses territórios, apresentar propostas concretas, pautas e lutas que vão inibir a ação dessas empresas ou mesmo impedir as instalações delas nós estamos garantindo ali melhoria de vidas concretas né. O ambiente mais salubre para esse conjunto de territórios e comunidades que estão ameaçados por esses projetos” (INFORMANTE-CHAVE 3).

É em face desses impactos que as ações do MAM em regiões mineradas também se revelam como expressão de promoção da saúde. Nestes locais a atuação do movimento objetiva “[...] uma reflexão acerca de como a mineração impacta a qualidade de vida das pessoas” (INFORMANTE-CHAVE 1); o que acaba por ocasionar “[...] a tomada de consciência, o empoderamento [...]” frente a esses impactos” (INFORMANTE-CHAVE 1).

De acordo com um dos entrevistados, as populações das regiões afetadas pela atividade minerária enxergam no MAM uma forma de reunir esforços na luta contra os impactos da mineração, a qual tem uma como uma de suas faces as denúncias relativas a esses efeitos, que repercutem negativamente sobre a saúde das comunidades afetadas.

“[...] quando o MAM chega, em diversas regiões, ela consegue canalizar toda essa frustração, mental, psicológica, física, canaliza ali na organização e na luta. Então temos diversas situações assim de pessoas que estão passando mal, angustiadas, não sabem o que fazer, e veem no MAM uma alternativa concreta para canalizar toda essa angústia, essa raiva no conflito com a mineração nas regiões “[...] o segundo é que a gente tenta limitar o conjunto de impacto das minerações. Nas regiões onde já está instalada então fazendo denúncias em relação por exemplo a medidas ambientais que tem que ser adotadas pelas empresas e não são adotadas como práticas para a diminuição de emissão de poeira, diminuição da emissão de contaminação dos cursos d’água, que na maioria das vezes não são cumpridas pelas mineradoras e acarretam em situações que agravam a saúde do povo nas comunidades” (INFORMANTE-CHAVE 4).

“[...] **debater a saúde, construir uma concepção de saúde, inclusive, é uma das questões centrais para nós né (grifo nosso)** [...] para nós uma violação clássica né que acontece em lugares que são minerados é a violação dos direitos da saúde né. Quando a gente vai debater a qualidade da água né, quando a gente vai debater a questão da poeira, da poluição do ar, tudo isso a gente entende como saúde né, então não tem como a gente debater os impactos da mineração sem debater saúde né. E aí várias atuações nossas no sentido de garantir direito das comunidades que estão em conflito com a mineração também estão no sentido de garantir saúde[...]” (INFORMANTE-CHAVE 8)

Ao dizer que é em face desses impactos que o debate e a construção de uma “concepção de saúde” é uma das questões centrais para o MAM, a Informante-chave 8 falou

sobre essa concepção no seu ponto de vista, ressaltando que se trata de um constructo que vai além da garantia do acesso à serviços de saúde, tematizando questões como a “preservação do território” e a “qualidade das relações humanas”.

“[...]debrar saúde não ter um posto ali, não é ter um médico, é a gente trabalhar também a garantia de um ambiente que seja equilibrado, que seja saudável, é a gente pensar em outros aspectos que inclusive tem a ver com a **preservação do território**, é a **qualidade da água**, é a **qualidade do ar** né, é a qualidade também das **relações humanas (grifos nosso)** que adoecem ou não aquela população [...]instalar e ter atendimento médico, na verdade você está tentando remediar e nem sempre vai conseguir né[...] (INFORMANTE-CHAVE 8).

É pertinente ressaltar que esse entendimento se figura como mais um ponto de comunicação com a concepção de promoção de saúde concebida a partir da perspectiva de sua determinação social, para a qual “[...] as intervenções no campo da produção e promoção de saúde devem ir além da estruturação de sistemas universais de saúde, de programas de imunização e demais ações de prevenção, reabilitação e recuperação” (Breilh, 2011, n.p).

Nessa perspectiva, é necessário a preservação do território, a garantia da qualidade do ar, da água e das relações humanas. Aspectos colocados permanentemente em riscos visto uma realidade na qual, conforme afirma Breilh (2011) “[...] o mundo inteiro está dominado por empresas gigantescas da agroindústria, da mineração, das finanças, dos campos-chave da economia e da vida”; é necessário estabelecer um “[...] controle desses processos estruturais que causam tanto dano à natureza e aos seres humanos” (Breilh, 2011, n.p.).

Corroborando com os achados da pesquisa documental, a ideia de Soberania Popular, sob a qual se assenta principal linha de atuação política do MAM (MAGNO, 2017; MARTINS *et.al*,2019), se apresentou como a via para controle desses processos. Ela se figura como a possibilidade de estabelecimento das “[...] das novas regras de convívio mineral na sociedade brasileira” (INFORMANTE-CHAVE 6).

“[...] Então, por exemplo, nós precisaríamos abrir o complexo de Carajás? Nós precisaríamos aumentar a barragem de Conceição do Mato Dentro? Nós precisaríamos chegar então em um ritmo de exploração mineral incompatível com a natureza e com a sociedade que está ao seu redor. Não só isso, mas uma atividade que lesa a pátria, que lesa a humanidade, como é a mineração? Então a soberania ela vai ter que passar por uma reorganização, e por isso a formação política, a formação social, e por isso eu mencionei os cursos, que é um nível de consciência da sociedade, de uma sociedade organizada nos seus vários aspectos para criar o que seria um ideário de mineração no Brasil, as novas regras do convívio mineral no país” (INFORMANTE-CHAVE 6)

No entanto, depreendeu-se a partir dos relatos que a ideia de soberania não se refere apenas à mineração, uma vez que “[...] esses projetos de mineração não estão isolados, mas são partes de um projeto de sociedade” (INFORMANTE-CHAVE 4).

“Soberania Popular é o povo ter o poder de decidir o que vai ser feito para o projeto de suas vidas e o projeto de país. Então para nós quando a gente se coloca como movimento pela soberania popular na mineração é uma pauta de que o povo brasileiro tem que ter o poder, o controle do que vai ser feito sobre seus bens minerais e como vai ser construída, conduzida a indústria da mineração no país. [...] o controle do que vai ser feito com os nossos bens minerais e isso não pode ser, não vai ser construído de forma isolada, somente ao setor da mineração. Então por isso que para nós é muito concreto que para a gente conseguir romper com esse modelo de mineração é necessário que a gente construa outro projeto de país, eu chamo de Projeto Popular para o Brasil” (INFORMANTE-CHAVE 4)

Ao serem questionados sobre o entendimento acerca desse conceito, os entrevistados revelaram também como dele decorre a mudança da denominação do movimento, qual seja, de Movimento dos Atingidos pela Mineração para Movimento pela Soberania Popular na Mineração

“[...] bem interessante que você usar esse termo porque o MAM, o Movimento Popular pela Soberania Popular nada tem a ver com a sua sigla, porque ele surge como Movimento dos Atingidos pela Mineração [...] Só que depois as pessoas se enxergaram e falaram: a gente não quer ser atingidos, a gente não quer essa noção, essa identidade né. Atingido é um conceito da derrota, é um conceito oposto do que a gente quer, a gente quer um posicionamento ativo, a gente quer participar, a gente quer dizer que modelo de mineração que a gente quer. A gente quer o controle dos nossos bens minerais, aí chegou-se no termo Soberania [...]” (INFORMANTE-CHAVE1)

Nesse momento, explicitou-se que o entendimento de soberania popular foi construído a partir de uma proposta política que não pregoa o fim da atividade mineradora. Não se trata de um discurso “anti-mineral”, como afirma Milanez (2019, p. 388), mas que seu uso seja para propiciar um bem comum “[...] que ela seja utilizada como uma forma de garantia de crescimento, de enfim, de garantia de riqueza para a população como um todo, como um bem público assim” (INFORMANTE-CHAVE 3).

Ratificando este entendimento, foi reafirmada a necessidade da soberania popular na mineração, ao dizer que “[...] a mineração é um serviço que nunca foi colocado para o povo” (INFORMANTE-CHAVE 7).

“[...] eu começo a responder a sua pergunta por uma coisa que eu acho legal que é a mudança de nomes que o movimento teve desde que ele foi criado. A sigla MAM foi que quando ele foi criado ele foi pensado como um movimento de atingidos pela mineração [...] depois desse movimento de atingidos pela mineração a gente mudou para outro nome, que chamava Movimento pela Soberania Popular Frente a Mineração, foi um segundo nome que a gente construiu, que ai já incorporando essa ideia de soberania popular, porque ai o que essa ideia de soberania popular traz né? A ideia que a gente entende que é impossível viver sem mineração, é impossível,

tudo que a gente faz, enfim, a nossa vida está toda conectada com a mineração, a gente está tendo essa conversa agora porque tem mineração, assim por causa desse formato que a gente está utilizando de ter o computador e tal, enfim. Tudo tem mineração, então não dá de ser um movimento assim de virar e falar: mineração zero, pronto, acabou, não vamos mais minerar. Então o que a gente pensou: temos que garantir que essa mineração, que é essencial hoje para o modo de vida ocidental que a gente tem, ela não seja utilizada simplesmente para enriquecer meia dúzia de acionista para fortalecer o capital financeiro, mas que ela seja utilizada como uma forma de garantia de crescimento, de enfim, de garantia de riqueza para a população como um todo, como um bem comum, um bem público assim[...]" (INFORMANTE-CHAVE 3).

Ao dizer que a proposta contida no conceito de Soberania Popular na Mineração é fazer que esta atividade proporcione um bem-comum ao invés de ser posta sob os interesses de uma fração de classe do mercado financeiro ou, nas palavras do informante-chave 3, de uma “[...] meia dúzia de acionistas”, inferi-se que a proposta contida no conceito de Soberania Popular dialoga com construção do que Breilh (2011) denomina de um bem-viver *buen vivir*, um desenvolvimiento econômico protetor da vida, o qual o autor assevera ser essencial à promoção de saúde.

Pois, conforme afirma Breilh (2011), é sob os interesses das grandes corporações e desse segmento de classe que atividades econômicas como a mineração são realizadas a partir de uma pilhagem compulsória de bens vitais como a terra e a água “[...] colocando em risco a soberania alimentar de um povo [...] Pressionando os rendimentos dos trabalhadores, impondo condições mais graves de trabalho [...]”.

No que diz respeito a estrutura física, foi possível constatar que o MAM dispõe de uma Secretaria Estadual cuja sede fica no município de Brumadinho (MG), de uma Secretaria Nacional, localizada no estado do Pará, e dois escritórios situados em Brasília e São Paulo. Em Minas Gerais o movimento organiza sua atuação em cinco regionais: Metropolitana, Caraça, Zona da Mata, Médio Espinhaço e uma regional em formação no sul do estado. As regionais possuem seus coordenadores e representantes, os quais, por sua vez, compõe a Coordenação Estadual do movimento.

As regionais são constituídas por aquilo que os informantes-chaves denominaram como núcleos de base. No que concerne a sua atuação, depreendeu-se a partir dos relatos que tais núcleos são a menor porção do MAM, responsáveis por organizar a militância nesses locais e que tal militância se dá a partir de um processo de organização, formação e luta - “trípe” balizador da sua atuação.

Sobre este processo, foi explicitado que nem sempre ele se dá de forma linear, sinalizando para sua dinamicidade. Citando como exemplo a atuação do movimento em regiões mineradas, um dos informantes-chaves mencionou que muitas vezes eles têm “que

entra no meio do conflito” e que ponderou que o próprio “processo de luta” e “resistência” e também um “processo de formação política”.

A respeito dessa formação, constatou-se que o MAM a promove também por meio da realização de atividades como cursos, assémbleias e elaboração de materiais informativos, como cartilhas, livros, notas, cartas e demais documentos que expressem o posicionamento e os intentos do movimento acerca da problemática mineral brasileira.

Em seus relatos os informantes-chave fizeram menção aos impactos da atividade minéraria e explicitaram o porquê a atuação do movimento, tanto em regiões onde há a existência desta atividade, mas em especial, em regiões ameaçadas pela sua implantação, se figura como ações de promoção de saúde.

6 A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES

No paradigma de desenvolvimento econômico brasileiro, fundamentalmente assentado na exportação de matérias-primas, vigora um modelo mineral empreendido por meio da megamineração, voltado para a produção em larga escala e exportação, causador de perversos efeitos ambientais, econômicos e sociais que impactam a saúde das populações que vivem em áreas mineradas ou perpassadas pela cadeia da produção mineral.

As imagens relacionadas aos rompimentos das Barragens de rejeitos do Fundão e Córrego do Feijão e foram divulgadas amplamente pelos meios de comunicação, desencadearam questionamentos e indignação naqueles que. Estes eventos chamaram atenção para a face destrutiva da mineração brasileira, na qual Minas Gerais, que se constituiu historicamente com a marca da mineração, e considerado até hoje estado estratégico para a atividade no país.

É em torno da necessidade de discussão desse modelo mineral primário exportador, de seus efeitos deletérios e de nova proposição para seu formato, calcada fundamentalmente na organização e participação popular, que se fundamenta a existência do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Atualmente o MAM está presente em nove estados brasileiros e no distrito federal.

A denúncia dos impactos dessa forma de atividade minerária, executada a partir de megaempreendimentos que comportam complexos formados por minas à céu aberto, estruturas de beneficiamento e modais de escoação da produção, sobre as regiões mineradas e atrevessadas pela cadeia produtiva da mineração, sobre a saúde das comunidades que vivem nessas áreas, bem como sobre os trabalhadores, foram enfaticamente tematizados tanto nos documentos que compuseram o *corpus* de análise da pesquisa documental como nas entrevistas com informantes-chaves.

No que diz respeito a estas regiões e segmentos populacionais afetados, foi mencionado a intoxicação e o adoecimento devido à contaminação dos recursos naturais - água, solo e ar - por metais pesados e pela poluição oriunda das atividades da cadeia de produção mineral, que acaba por ocasionar também doenças do sistema respiratório, cânceres, problemas de pele, dentre outros. O consumo intensivo desses recursos naturais foi outro aspecto mencionado e que somado a sua contaminação, comprometem as atividades de subsistência e demais atividades econômicas, como agricultura familiar, pesca, produção de alimentos livres de agrotóxicos, típicas dos modos de vida tradicionais que, quando não

alterados, são totalmente desfeitos com a despossessão territorial das comunidades. A precarização do trabalho no setor mineral também é tematizada.

É citado o cenário marcado pela terceirização, pelo descumprimento das leis trabalhistas, por acidentes e mortes, adoecimento por exposição à metais pesados, afastamentos por invalidez, jornadas extenuantes, alcoolismo, uso abusivo de álcool e drogas por parte dos trabalhadores. Nesta direção, outro impacto citado é o aumento da violência que incide sobre regiões mineradas devido ao processo de “masculinização” dessas regiões ocasionado pela migração de trabalhadores da mineração; o que afeta, em especial, as mulheres com aumento nos casos de assédio sexual, estupro e gravidez precoce.

A atuação do MAM nesse contexto consiste na mobilização das populações afetadas em torno da luta contra esses impactos. Esta mobilização se orienta a partir do que é denominado como “tripé” da atuação do movimento: organização, formação e luta. Como exemplos desta atuação, ressaltam-se os cursos e debates promovidos pelo MAM que visam discutir o modelo mineral brasileiro e promover a construção de um posicionamento crítico em relação ao assunto, como as Assembleias Populares da Mineração; a denúncia dos impactos da atividade minerária a partir de situações vivenciadas pelas populações afetadas e a presença e participação dessas populações em espaços institucionais de poder na luta pela garantia por seus direitos.

Dados os efeitos negativos da atividade minerária, destaca-se a militância por Áreas Livres de Mineração que, a partir dessa mesma lógica de atuação, visa a preservação de recursos e aspectos essenciais à proteção e promoção de saúde, quais sejam: qualidade da água, qualidade do ar, do solo, da preservação das atividades de subsistência e das demais atividades econômicas, como agricultura familiar, pesca, produção de alimentos livres de agrotóxicos, típicas dos modos de vida tradicionais existentes nessas regiões. Ou seja, conforme afirmou um dos informantes-chaves, na preservação da interação entre “ser humano e natureza”.

Ao passo que essas verificações nos remete à promoção da saúde na perspectiva dos seus determinantes, pois tematizam as condições de existência e dos fatores relacionados aos estados de bem-estar e adoecimento das populações que vivem em regiões mineradas ou perpassadas pela cadeia produtiva minerária; o debate acerca das causas da conformação do modelo mineral brasileiro, analisadas, invariavelmente, a partir da posição periférica do Brasil na economia mundial; razão da estruturação do seu paradigma de desenvolvimento econômico assentado no extrativismo intensivo de recursos naturais, nos reporta à promoção da saúde sob o prisma da sua determinação.

Ao propor este debate a partir dessa perspectiva, o MAM amplia seu discurso e atuação para além dos impactos da cadeia produtiva minerária sobre as regiões e saúde das populações afetadas, bem como sobre os trabalhadores da mineração e avança para a discussão sobre a causa estrutural das condições de vida e saúde destes segmentos populacionais, qual seja, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Ao propor esse debate, calcado nessas duas ideias, o MAM amplia seu discurso para além dos impactos da cadeia produtiva minerária sobre esses recursos e aspectos considerados primordiais à saúde e avança para a discussão sobre a causa estrutural da degradação das regiões afetadas e das condições de vida e saúde de suas populações, qual seja, o modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Foi verificado que esta é também a discussão central da abordagem da Determinação Social da Saúde, que tem como cerne a imbricação existente entre produção e promoção de saúde e o modelo de desenvolvimento econômico capitalista.

Ficou claro como todos os impactos negativo da cadeia produtiva minerária são oriundos do predomínio da economia de mercado sobre a atividade da mineração.

Trata-se da apropriação privada e da contaminação da água, do solo; da desposseção territorial ou do inchaço populacional todas situações vivenciadas em regiões mineradas e que alteram e impactam negativamente a dinâmica da vida de comunidades e territórios; da utilização de recursos e estratégias que submetem comunidades e trabalhadores a riscos em nome do desenvolvimento de produções em larga escala e geração de lucro.

Para o enfretamento a essa dominação, o MAM propõe aquela que se revela como a sua principal pauta mobilizadora: a Soberania Popular na Mineração e que se assenta, invariavelmente, no pressuposto da participação popular. Temos aqui outro ponto de comunicação entre a perspectiva de promoção da saúde situada no âmbito da sua determinação social e a proposta política do MAM : a participação popular. Trata-se do mesmo pressuposto necessário à produção e promoção da saúde mediante a sua determinação, pois fomenta a potencialidade dos indivíduos e coletividades na luta pelos seus direitos; tornando-os capazes de análises e posicionamentos mais consequentes, mais livres, mais autônomos.

No decorrer da realização deste trabalho evidenciou-se limitação relativa à exiguidade do tempo em face das possibilidades de exploração de conteúdos que emergiram tanto da pesquisa documental como da realização das entrevistas com os informantes-chaves. Essas inúmeras possibilidades sinalizaram que uma análise realmente completa das concepções, práticas e ações do Movimento pela Soberania Popular na Mineração demanda a ampliação da extensão da pesquisa documental, das entrevistas semiestruturadas, as quais devem

contemplar as populações residentes das suas áreas de atuação, em especial no que diz respeito às comunidades tradicionais, atingidas de forma particular pela cadeia produtiva minerária.. Essa análise demandaria considerável disponibilidade de tempo, tendo em vista o aprimoramento das técnicas metodológicas de pesquisa.

Ademais cumpre lembrar a necessidade de atualização dos dados aqui coletados e sistematizados, considerando a inevitável futura desatualização destes.

Na medida do possível essas possibilidades serão exploradas na continuação deste trabalho, a título de exemplo em publicações futuras. Contudo, posto isso, admite-se, desde já, a provisoriedade, a necessidade de complementariedade dos resultados aqui alcançados, que estão definitivamente e permanentemente num campo de abertura a novas interrogações, a novos conhecimentos, a novas não-finitudes

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM. *Anuário Mineral brasileiro: principais substâncias metálicas*. Agência Nacional de Mineração; Brasília, 2020. 30 p. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2020_ano_base_2019_revisada2_28_09.pdf. Acesso em: especificar.

ABREU, M. de F. et al. *Participação popular e o aprimoramento das políticas públicas em belo horizonte*. In: Melo, E. M. de. et al. (organizadores). *Autonomia e Mudança*. Belo Horizonte: Folium, 2016. 77-89.

ARAUJO, E. R.; FERNANDES, F. R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. *Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente*. Rio de Janeiro, Brasil: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). Évora, Portugal: Centro de Investigação em Ciência Política, 2016, p. 65-88. Disponível em: http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1909/1/conflitos_ambientais_cap.2%20p65.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

BORGHI, C.M.S. O; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO G. Determinação ou Determinantes Sociais da Saúde: texto e contexto na América Latina. *Trab. educ. saúde*. 2018; 16(3):869-897. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jJpLdWtYsCMVV8YQm6PqMFk/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Conselho de Saúde. *Documento orientador para o debate da 14ª Conferência Nacional de Saúde*, 2011. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/14cns/doc_orientador.html. Acesso em: 15 ago. 2020.

BREILH, J. 2011. *Precisamos ter um novo viver, com taxas de crescimento menos agressivas, mas com mais qualidade*. Entrevista concedida à Cátia Guimarães e Raquel Júnia. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz) durante a Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.revista.epsjv.fiocruz.br/printpdf/5760>. Acesso em: 03 jun. 2021.

_____. 2015. *Determinantes da saúde: entrevista com Jaime Breilh*. Entrevista concedida à Cátia Guimarães e Raquel Júnia. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz) durante a Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cebes.org.br/determinantes-sociais-da-saude-entrevista-com-jaime-breilh/2724/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, Apr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006. Acesso em: 05 ago. 2020.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. *Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017)*. In: *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. 1a. ed.

Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Carvalho-2018-Rentismo-neoextrativismo.pdf>.
 Acesso em: 10 fev. 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295- 316

COELHO, T. P. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Intratextos*, v. 3, n.1, p. 128-146. 2012. Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.128-146, 2012. Disponível:
<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-Depend%C3%Aancia-no-Quadril%C3%A1tero-Ferr%C3%ADfero.pdf> acesso em: 06 fev. 2020.

COELHO, T. P. *Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero-aquífero*: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto Apolo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012.

COELHO, T. P. *Projeto Grande Carajás*: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Iguana: Marabá, 2015. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2017/05/QM1-Projeto-Grandes-Caraj%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

COUTO, E. P. e COSTA, A. D. *Trajetória histórica da empresa mineração morro velho*. 2003.

_____. *Noventa por cento de ferro nas calçadas*: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A. 2016. f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelhor-2016-Noventa-por-cento-de-ferro-nas-cal%C3%A7adas-Tese-de-Doutorado.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

_____. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. *LUTAS SOCIAIS (PUCSP)*, v. 22, p. 252-267, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46681>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. *Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017)*. In: *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. 1a. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Carvalho-2018-Rentismo-neoextrativismo.pdf>.
 Acesso em: 10 fev. 2019.

DESLANDES, S. F. *A construção do projeto de pesquisa*. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GARBOIS, J. A., SODRÉ, F., E DALBELLO-ARAÚJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais de saúde. *ENSAIO saúde e debate* n. 41, v.112. 2017, p. 68. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M. Neoeextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. *Okara: Geografia em Debate* (UFPB). v.12, n. 2, p.348 – 395, 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acesso em: 22 fev. 2020.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latinoamericano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

_____. *Extractivismos: ecologias, economia y política de un modo de entender el desarrollo y a la naturaleza*. CEDIB: Cochabamba, 2015, p. 85.

GUIMARÃES, C. L. e MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 41, p. 215-236, 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Guimar%C3%A3es-2017-Minera%C3%A7%C3%A3o-impactos-locais-e-os-desafios-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. Coletiva de Imprensa Dados do Setor Mineral. 2021. Disponível em: https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IBRAM_DADOS_SETOR_MINERAL_JAN-AGO_2021.pdf. Acesso em: especificar.

LACAZ, F.A. C; PORTO, M. F.S; PINHEIRO, T. M. M Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 42, e9, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572017000100302&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 nov. 2019.

MALERBA, J. Novo marco legal da mineração no Brasil: Para que? Para quem? 1ed.Rio de Janeiro: *Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional*, 2012, v. 1, p. 19-88. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-minera%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MALERBA, J.; MILANEZ, B. Um novo código mineral para quê? *Le Monde Diplomatique* (Brasil), São Paulo, p. 22 – 23, 05 dez. 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoqi/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MARTINS et al. *Formulação de políticas públicas: as pautas reivindicativas do Movimento pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM)*. Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Administração. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjYwNDg. Acesso em: 03 jan. 2020.

MELO, E.M.; SILVA, J.M.; ACKERMAN, M; Belisário, S A. *Promoção de Saúde: Autonomia e Mudança*. 1. ed. Belo Horizonte: Folium, 2016. v. 1. 338p.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoeextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós -Ciências Sociais*, v. 10, p. 119-148, 2013. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MILANEZ, B.; COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. M. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v.1, p.1-15, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2017-O-projeto-mineral-no-governo-Temer-versos.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país mega-minerador In: *Movimentos socioambientais: lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças*. 1 ed. Formosa. GO: *Editora Xapuri Socioambiental*, 2019, v.1, p. 383-417. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2019-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-impactos-socioambientais.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, B. P. J. *Impactos da Financeirização sobre a Fragilidade Micro e Macroeconômica: um estudo para a economia brasileira entre os anos de 1995-2012*. Tese (Doutorado), UFMG, Cedeplar, 2013. 161 p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMSA-9BVK9M>. Acesso em: 04 abr. 2020.

NETTO, J. P. *Como Marx Pesquisava*. 3 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DdPIxT4BRJk>. Acesso em: especificar.

NOAL, D. da S.; RABELO, I. V. M.; CHACHAMOVICH, E. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, 2019.

OLIVEIRA, C. R. *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração. Comitê Nacional em Defesa aos Territórios Frente à Mineração*. 2014. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2017/05/quem-e-quem-comite-2014.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. *Quem é quem nas discussões do novo código da mineração*. Rio de Janeiro: IBASE, 2015. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2015/08/18/quem-e-quem-nas-discussoes-do-novo-codigo-da-mineracao-2014/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MAGNO, L. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. 382f. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186603>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PIMENTEL, A. O Método Da Análise Documental: Seu Uso Numa Pesquisa Historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021.

POLIGNANO, M. V., SILVA, R. L., BASTOS, L. G. *Os impactos, danos e perspectivas socioambientais na bacia do rio Doce do desastre da Samarco*. In: Pinheiro, T. M. M et al.

Mar de Lama, Da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte, Instituto Guaicuy. 2019.

PEREIRA, P. C. M. e SILVEIRA, A. M. *Participação social como fator de promoção da saúde: a efetividade das propostas do planejamento participativo regionalizado em belo horizonte/mg para a política setorial da saúde*. In: Melo, E. M. de. et al. (organizadores). *Autonomia e Mudança*. Belo Horizonte: Folium, 2016. 90-104.

PRATA, D. A. *Criminalidade corporativa e vitimização ambiental: análise do caso Samarco*. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2019. 340p

KRIPIKA, R. M. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Investigaciones UNAD*, v. 14, n2. Disponível em: <https://hemertoteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/171>. Acesso em: especificar.

SCLIAR, C., CUNHA, D. M., INÁCIO, J. R. *O mundo da mineração e o trabalho*. In: Pinheiro, T. M. M et al. *Mar de Lama, Da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte, Instituto Guaicuy. 2019.

SILVA, L. R. C. da. *Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente*. IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedago. Disponível em https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3124_1712.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. *A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio*. In: 39º Encontro da ANPOCS, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS.

_____. *Redes Globais de Produção (RGPs) e conflito socioambiental: a Vale S.A. e o complexo minerário de Itabira*. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015, Goiânia. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2015. p. 2093-2108.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v.31, n.5, p.538-542, out. 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016. Acesso em: 08 ago. 2020

SILVA, K. L. *Promoção da Saúde em espaços sociais da vida cotidiana*. Belo Horizonte; 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da UFMG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/GCPA-7T6JVK>. Acesso em: 25 maio 2020.

SOBRAL, A.; FREITAS, C. M. de. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 35-47, mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902010000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2020

VIANNA, L. A. C. *Processo Saúde-doença*. Disponível em: https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_6.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

WANDERLEY, L. J. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos*, V.1, n. 1. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil. Acesso em: 12 ago. 2019.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 555–599 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12457. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12457>. Acesso em: 01 fev. 2022.

WANDERLEY, L. J e GONÇALVES, R. J. de A. S. Conflitos no espaço agrário brasileiro. *Conflitos no campo Brasil*, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333115918_Mineraçao_e_as_escalas_dos_conflitos_no_espaco_agrario_brasileiro. Acesso em: 15 dez. 2019.

WANDERLEY, L. J; MANSUR, M. S. MILANEZ, B. (Orgs.). *Uma avaliação a partir do setor mineral*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/38676>. Acesso em: especificar.

APÊNDICE A**Roteiro para Realização de Entrevista**

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo: () F () M

Formação/Escolaridade:

Representação no MAM-MG? Tempo de atuação no movimento e na representação atual?

Perguntas

1. Fale sobre a estrutura organizacional do MAM-MG
2. Fale sobre a atuação e as atividades que o MAM-MG desenvolve junto à população. Que população é esta?
3. Relate como esta atuação chega à população
4. A ruptura de barragens de rejeitos de minério afetou essa atuação? Se sim, de que forma? As quase rupturas tem afetado?
5. E contexto de pandemia da COVID-19 tem impactado essa atuação?
6. Na sua compreensão, qual a percepção da população quanto a essas ações e práticas? A população retorna trazendo novos olhares novas questões?
7. Você considera que essas ações e práticas desenvolvidas pelo MAM-MG em sua atuação se configuram como ações e práticas de promoção de saúde? Comente sobre isso.
8. Qual a sua compreensão sobre promoção de saúde? Ela representa o entendimento do movimento?
9. Na ocasião da realização do I Encontro Nacional do Movimento, Verena Glass no documento “A mineração é a consciência de um povo” menciona que, segundo Charles Trocate, dirigente do MAM, é necessário avançar para além das denúncias (impactos) por meio da formação política e avançar no entendimento da soberania popular. Fale sobre a concepção do movimento acerca deste entendimento?

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Conforme Recomendações do Conselho Nacional de Saúde e Respeito à Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012.

TÍTULO DA PESQUISA

Promoção de Saúde em Contextos de Mineração: Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no estado de Minas Gerais.

Pesquisador Responsável

1- Prof^a Dr^a Jandira Maciel da Silva – Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais – MG – Brasil.

Pesquisador Assistente

2- Monaliza Antunes Ferraz, aluna do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, nível mestrado profissional pela Universidade Federal de Minas Gerais – MG – Brasil.

INFORMAÇÕES

O (A) Sr (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa que tem o objetivo compreender ações e práticas de saúde realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração na sua atuação no estado de Minas Gerais. Este projeto será desenvolvido como dissertação de Mestrado no programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Pesquisadora Responsável
Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva

Participante da Pesquisa

DESCRIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

O convite para o (a) Sr (a) participar dessa pesquisa estudo se deve ao fato do (a) Sr (a) desempenhar a função de representantação no Movimento pela Soberania Popular na Mineração em sua atuação no estado de Minas Gerais. Face à situação de pandemia vivenciada a sua participação consistirá em conceder uma entrevista virtual, de forma síncrona, através de plataforma digital e concordar que a entrevista seja gravada em arquivo de áudio para posterior transcrição e análise. Deste modo, será enviado um *link* que lhe dará acesso a sala virtual, onde ocorrerá a entrevista. Esta terá duração estimada de duas horas e abordará questões relativas à estrutura organizacional do MAM e sua atuação no estado de Minas Gerais, bem como questões referentes à concepção do movimento quanto ações e práticas de saúde.

A sua participação somente ocorrerá após consentimento registrado neste Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que lhe será enviado por meio eletrônico devidamente preenchido e assinado pela pesquisadora responsável da pesquisa e com as devidas orientações para que sejam impressos em duas vias. Após leitura, preenchimento e assinatura das duas vias, uma deverá ser digitalizada e enviada à pesquisadora.

Os dados obtidos ficarão armazenados durante cinco anos, em um banco de dados no Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Neste intervalo, poderá ser solicitada nova autorização para futuros trabalhos a partir desses dados.

POSSÍVEIS RISCOS OU DESCONFORTOS

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em incômodos emocionais, psicológicos e constrangimentos que poderão surgir no momento em que estiver participando da entrevista. Contudo, caso sinta-se desconfortável terá plena liberdade de relatar a situação ao entrevistador e pedir a interrupção da entrevista. Nesta ocasião, o (a) Sr (a) será encaminhado para atendimento e/ou acompanhamento no Serviço Especializado de Saúde do Trabalhador do Hospital das Clínicas da UFMG (SEST/HC/UFMG) em Belo Horizonte/MG, o qual expressou seu consentimento em carta de anuência emitida no dia 22 de março de 2021 e anexa ao projeto da pesquisa em quetsão como Apêndice D.

Pesquisadora Responsável
Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva

Participante da Pesquisa

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A colaboração do (a) Sr (a) nessa pesquisa se figura como uma possibilidade de identificar quais são as ações e práticas de saúde mais frequentemente desenvolvidas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em sua atuação no estado de Minas Gerais. Os resultados poderão auxiliar o movimento no desenvolvimento e/ou fortalecimento de ações de saúde que contribuam para a promoção de saúde das populações que vivem em regiões mineradas no estado.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO

Em qualquer momento da pesquisa, o (a) Sr (a) tem o direito de receber informações acerca desta, podendo fazer contato com o pesquisador responsável. Em caso de dúvidas do ponto de vista ético da pesquisa, o (a) Sr (a) deverá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Os respectivos contatos seguem na última página deste termo.

GARANTIA DE SIGILO

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. As mesmas serão utilizadas somente para fins técnicos e científicos e todos os profissionais envolvidos nesta pesquisa têm o mesmo compromisso. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será divulgado sem a sua permissão. O (a) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar desse estudo.

DIREITO. À RECUSA

O (a) Sr (a) é livre para participar ou recusar-se a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO E RESSARCIMENTO

A sua participação não acarretará custo ao (a) Sr (a) e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional. Contudo, diante da ocorrência de eventuais custos e/ou danos Ihe estará garantindo o direito de indenização por parte dos pesquisadores da pesquisa.

Pesquisadora Responsável
Profª. Dra. Jandira Maciel da Silva

Participante da Pesquisa

Diante destas informações, se for de sua vontade participar deste estudo, favor preencher o consentimento:

Eu, _____ portador do
fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa intitulada “Promoção de Saúde em Contextos de Mineração: Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no estado de Minas Gerais”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por mim e pela pesquisadora, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do (a) participante:

Belo Horizonte, ____/____/____

Pesquisadora Responsável
Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva

Participante da Pesquisa

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA/ ESCLARECIMENTOS

As informações sobre o projeto de pesquisa supracitado podem ser solicitadas por meio seguintes contatos:

Jandira Maciel da Silva

Endereço: Av. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia

CEP: 30.130-100 / Belo Horizonte – MG

Telefone: (31) 3409- 9945

E-mail: jandira.maciел@gmail.com

Monaliza Antunes Ferraz

E-mail: monaantunes@yahoo.com.br

Telefones: (31) 99542 6257/

Em caso de dúvidas, com Respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP- UFMG)

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel.: 34094592.

Pesquisadora Responsável
Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva

Participante da Pesquisa

APÊNDICE C

Levantamento documental

Data	Cartilhas	Link para acesso
13 maio, 2017	Cartilha Assembleias Populares da Mineração	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
6 março, 2017	Cartilha Mulheres e Mineração está disponível para download	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
23 fevereiro, 2017	Mapas das Minas	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
18 agosto, 2015	Quem é Quem nas Discussões do Novo Código da Mineração – 2014	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
16 janeiro, 2014	No Ceará – a peleja da vida contra o urânio	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/page/2/

Data	Livros	Link para acesso
8 julho, 2019	MAM e a Editorial iGuana lança livro sobre o mundo do trabalho na mineração	https://mamnacional.org.br/category/livros/
10 maio, 2017	A Questão Mineral 2: Antes fosse mais leve a carga	https://mamnacional.org.br/category/livros/
10 maio, 2017	A Questão Mineral 1: Projeto Grande Carajás – 30 anos de desenvolvimento frustrado	https://mamnacional.org.br/category/livros/
13 dezembro, 2017	Somos tierra, semilla, rebeldía: mujeres, tierra y territorios en América Latina	https://mamnacional.org.br/category/livros/

Data	Documentos em Língua Estrangeira	Link para acesso
18 março, 2015	[Guatemala] Declaración Política: Encuentro Continental contra la Minería y por la Soberanía Popular	https://mamnacional.org.br/2015/03/
31 julho, 2016	[Argentina] Mirá Payada pa' Satán, un emotivo corto animado, argentino, contra la megaminería	https://mamnacional.org.br/2016/07/
20 julho, 2016	Declaración de La Vía Campesina sobre Comercio, Mercados y Desarrollo	https://mamnacional.org.br/2016/07/
13 setembro, 2016	Red Iglesias y Minería llama a construir alternativas al extractivismo minero	https://mamnacional.org.br/2016/09/
17 outubro, 2016	[Colômbia] La consulta minera en Ibagué: una pelea por la democracia	https://mamnacional.org.br/2016/10/
8 dezembro, 2016	La mitad de los acuíferos de la Tierra se están agotando: Minerías y Petroleras entre las causantes	https://mamnacional.org.br/2016/12/
23 janeiro, 2017	[Chile] Homens de verde: o custo da mineração no corpo dos trabalhadores	https://mamnacional.org.br/2017/01/
24 fevereiro, 2017	[Argentina] Avanza el “acuerdo federal” para beneficiar a las mineras	https://mamnacional.org.br/2017/02/
30 março, 2017	El Salvador: Congreso vota proyecto contra la minería	https://mamnacional.org.br/2017/03/
5 março, 2017	Mujer, Violencia e Industria Minera	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/2/

Data	Documentos em Língua Estrangeira	Link para acesso
3 março, 2017	[Colômbia] Corte Consitutcional ordena consulta por minería en Marmato	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/2/
3 março, 2017	[El Salvador] Alianza de organizaciones civiles pide a minera canadiense-australiana que cumpla un fallo que afecta a El Salvador	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/2/
3 março, 2017	[Honduras] En Berta Cáceres se multiplica la rebeldía de los pueblos	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/3/
3 março, 2017	Mujer y Minería: Ámbitos de análisis e impactos de la minería en la vida de las mujeres Enfoque de derechos y perspectiva de género	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/3/
2 março, 2017	[México] Declara Semarnat exploración ilegal de minera en Oaxaca	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/3/
29 abril, 2017	[El Salvador] pioneiro, governo salvadorenho proíbe minerações no país	https://mamnacional.org.br/2017/04/
19 abril, 2017	[Peru] Poder Judicial mantiene en vilo a Máxima Acuña y su familia	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/2/
13 abril, 2017	[Colombia] Y después de Cajamarca, ¿qué viene para la industria minera?	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/3/
13 abril, 2017	[Ecuador] Dirigentes indígenas se reúnen en Ginebra con relatorías especiales y Unión Europea	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/3/
6 abril, 2017	[Chile] mineras al debe en su relación con las comunidades	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/4/
6 abril, 2017	[Colombia] Cajamarca dice “No” a La Colosa y enciende el debate	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/4/
5 abril, 2017	[Chile] flamenco y minería: Porqué las Comunidades se oponen a ampliación de Mantos Copper	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/5/
5 abril, 2017	[Mexico] “No permitiremos ningún trabajo de exploración o explotación minera” Advierten comunidades	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/5/
11 maio, 2017	[Mexico] Mineras: acaparadoras, contaminantes y evasoras fiscales	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/6/
10 maio, 2017	[Nicaragua] sobre el impacto de la minería metálica en las poblaciones centroamericanas	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/7/
10 maio, 2017	Colômbia: subcampeón mundial en el mercurio de la minería ilegal	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/8/
3 maio, 2017	[Peru] Poder Judicial confirma inocencia de Máxima Acuña en último recurso legal de Yanacocha	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/9/
3 maio, 2017	La minería y los eventos “naturales” extremos	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/9/
23 junho, 2017	Entró en vigencia la ley que prohíbe la minería metálica en El Salvador	https://mamnacional.org.br/2017/06/page/2/
14 março, 2018	World’s Largest Slurry Pipeline Breaks and Causes Havoc in Minas Gerais, Brazil	https://mamnacional.org.br/2018/03/page/2/
26 janeiro, 2019	Vale’s tailing dam kill people and destroy Paraopeba River	https://mamnacional.org.br/2019/01/
3 março, 2017	Mujer y Minería: Ámbitos de análisis e impactos de la minería en la vida de las mujeres Enfoque de derechos y perspectiva de género	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
13 julho, 2016	Conflictos Mineros em América Latina: extracción, saqueo y agresión	https://mamnacional.org.br/category/cartilha/
13 dezembro, 2016	Somos tierra, semilla, rebeldía: mujeres, tierra y territorios en América Latina	https://mamnacional.org.br/category/livros/
26 janeiro, 2019	Vale’s tailing dam kill people and destroy Paraopeba River	https://mamnacional.org.br/2019/01/
20 setembro, 2019	Globo Network lies: News item aired by the evening news program ‘Jornal Nacional’ lies about mining projects in the Amazon	https://mamnacional.org.br/2019/09/
6 abril, 2017	[Chile] Mineras al debe en su relación con las comunidades	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/4/

Data	Documentos em Língua Estrangeira	Link para acesso
6 abril, 2017	[Colômbia] Cajamarca dice “No” a La Colosa y enciende el debate	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/4/
5 abril, 2017	[Chile] flamenco y minería: Porqué las Comunidades se oponen a ampliación de Mantos Copper	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/5/
5 abril, 2017	[México] “No permitiremos ningún trabajo de exploración o explotación minera” Advierten comunidades	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/5/
13 abril, 2017	[Colômbia] Y después de Cajamarca, ¿que viene para la industria minera?	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/3/
13 abril, 2017	[Ecuador] Dirigentes indígenas se reúnen en Ginebra con relatorías especiales y Unión Europea	https://mamnacional.org.br/2017/04/page/3/
5 março, 2017	Mujer, Violencia e Industria Minera	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/2/
23 junho, 2017	Entró en vigencia la ley que prohíbe la minería metalífera en El Salvador	https://mamnacional.org.br/2017/06/page/2/
22 junho, 2017	Vendaval neoliberal assolou o Brasil, diz ex-ministro Celso Amorim	https://mamnacional.org.br/2017/06/page/2/
26 fevereiro, 2017	Hugo Chávez foi o presidente com mais liderança	https://mamnacional.org.br/2017/02/
2 março, 2017	Declaração da Alba Movimentos: Berta não morreu, é semente, se multiplicou	https://mamnacional.org.br/2017/03/page/3/
11 maio, 2017	[México] Mineras: acaparadoras, contaminantes y evasoras fiscales	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/6/

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
22/10/2013	Líder debate Código de Mineração com setores do movimento social	https://mamnacional.org.br/2013/10/22/lider-debate-codigo-de-mineracao-com-setores-do-movimento-social/	Autoria: Inesc. Debater junto ao governo questões referentes à proposta do governo federal (PLs 37/11 e 5807/13).
16/01/2014	No Ceará – a peleja da vida contra o urânio	https://mamnacional.org.br/2014/01/16/no-ceara-a-peleja-da-vida-contra-o-uranio/	Autoria: Caritas Brasileira Regional Ceará. Divulgação da cartilha elaborada pela Articulação Antinuclear, formada pelo MST, Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará, a CPT e a Caritas, que apresenta um diagnóstico e os possíveis impactos da exploração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, no Sertão Central cearense, a partir da experiência do município baiano de Caetité.
12/05/2014	O Sistema Político e o Código da Mineração	https://mamnacional.org.br/2014/05/12/o-sistema-politico-e-o-codigo-da-mineracao/	Autoria: MAM. Denúncia acerca do financiamento privado de campanha política dos principais deputados que compõe a comissão especial da câmara responsável por analisar o PL 5807/13, substitutivo do, até então a época, Código da Mineração.
02/11/2014	Nota de repúdio contra a prisão do Cacique Wélton Suruí	https://mamnacional.org.br/2014/11/02/nota-de-repudio-contra-a-prisao-do-cacique-welton-surui/	Autoria: CIMI. Posicionamento de movimentos sociais, organizações e povos indígenas contra a prisão de líder indígena
20/05/2015	Líderes progressistas e movimentos lançam Manifesto contra ajuste fiscal	https://mamnacional.org.br/2015/05/20/lideres-progressistas-e-movimentos-lancam-manifesto-contra-ajuste-fiscal/	Autoria: Rede Brasil Atual. Ajuste fiscal proposto pelo, a época, ministro da fazenda, Joaquim Levy.
01/06/2015	Mineração na caatinga: o pesadelo das comunidades rurais	https://mamnacional.org.br/2015/06/01/mineracao-na-caatinga-o-pesadelo-das-comunidades-rurais/	Autoria: Carta Maior. Atividade mineradora no semiárido baiano
18/08/2015	Quem é Quem nas Discussões do Novo Código da Mineração – 2014	https://mamnacional.org.br/2015/08/18/quem-e-quem-nas-discussoes-do-novo-codigo-da-mineracao-2014/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios. Divulgação da segunda edição do livro "Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração" de autoria do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, junto com várias organizações da sociedade civil
15/09/2015	Comissão discute garantias de saúde e segurança para trabalhadores da mineração	https://mamnacional.org.br/2015/09/15/comissao-discute-garantias-de-saude-e-seguranca-para-trabalhadores-da-mineracao/	Autoria: Câmara Notícias. Anuncia a realização de audiência pública da comissão especial do novo Código de Mineração (PL 37/11 e apensados)

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
05/11/2015	Manobra tenta aprovar Código da Mineração	https://mamnacional.org.br/2015/11/05/manobra-tenta-aprovar-codigo-da-mineracao/	Autoria: Agência Pública. Traz sobre a nova estratégia tentar aprovar o novo Código da Mineração. Trata-se da criação de uma nova comissão especial na Câmara dos Deputados. Reportagem importada do site: https://apublica.org/2015/11/truco-manobra-tenta-aprovar-codigo-da-mineracao/
07/11/2015	Chega de mortes, destruição e sofrimento para saciar a voracidade da mineração	https://mamnacional.org.br/2015/11/07/chega-de-mortes-destruicao-e-sofrimento-para-saciar-a-voracidade-da-mineracao/	Autoria: MAM. Nota assinada por movimentos populares, organizações sociais e sindicatos, sobre o rompimento de barragem de rejeitos de minério do Fundão em Mariana. Faz menção ao projeto de lei 2646/15 que visa dar celeridade ao licenciamento de projetos minerários.
11/11/2015	As Veias Abertas da Mineração	https://mamnacional.org.br/2015/11/11/as-veias-abertas-da-mineracao/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração em parceria com MAM; Denúncia acerca de empreendimentos minerários, como em Paracatu (MG); em Niquelândia e Maniçu (GO); e em Mariana (MG).
08/12/2015	Mineração: o banqueiro predador e o sonho dos assentados	https://mamnacional.org.br/2015/12/08/mineracao-o-banqueiro-predador-e-o-sonho-dos-assentados/	Autoria: Carta Maior. Proposta de Exploração mineral no Assentamento Roseli Nunes em Mato Grosso, encabeçada pela Bemisa Exploração Mineral, em especial, no que diz a exploração de fosfato, matéria-prima de fertilizantes químicos fosfatados. Matéria feita por Najar turbino para a Carta Maior.
10/12/2015	Movimentos reafirmam apoio incondicional à luta contra impeachment	https://mamnacional.org.br/2015/12/10/movimentos-reafirmam-apoio-incondicional-a-luta-contra-impeachment/	Autoria: Rede Brasil Atual. Entidades da Frente Brasil Popular demandam reunião com a presidenta Dilma Rousseff para apresentarem demandas e reafirmarem apoio incondicional contra o impeachment.
13/12/2015	Novo líder do PMDB pode ajudar impeachment	https://mamnacional.org.br/2015/12/13/novo-lider-do-pmdb-pode-ajudar-impeachment/	Autoria: Agência Pública. Leonardo Quintão é a nova liderança do PMDB - um dos partidos à frente do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O referido deputado também é relator da nova proposta para o Código da Mineração, que prevê, dentre outras coisas, "que para qualquer atividade que possa atrapalhar a mineração será necessária a autorização da Agência Nacional da Mineração (que de acordo com o novo código, substitui o Departamento Nacional de Produção Mineral)".
08/02/2016	Mais do mesmo na troca de relatoria no novo código da mineração	https://mamnacional.org.br/2016/02/08/mais-do-mesmo-na-troca-de-relatoria-no-novo-codigo-da-mineracao/	Autoria: Brasil de Fato. Comissão especial na Câmara dos Deputados que analisa o novo Código da Mineração

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
22/07/2016	Declaração de OCMAL no Dia Mundial Contra a Mineração em larga escala	https://mamnacional.org.br/2016/07/22/declaracao-de-ocmal-no-dia-mundial-contra-a-mineracao-em-larga-escala/	Autoria: Observatório de Conflitos Mineros OCMAL. Declaração da OCMAL em virtude do dia de luta contra a megamineração (22 de julho)
24/07/2016	Nota da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale para o Dia Global contra a mega mineração – 2016	https://mamnacional.org.br/2016/07/24/nota-da-articulacao-internacional-dos-atingidos-e-atingidas-pela-vale-para-o-dia-global-contra-a-mega-mineracao-2016/	Autoria: Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Modus operandi da Vale S. A, que é um exemplo emblemático da megamineração e menciona o rompimento da barragem de Fundão em Mariana
08/08/2016	Vitória popular: Ferrous é derrotada em MG	https://mamnacional.org.br/2016/08/08/vitoria-popular-ferrous-e-derrotada-em-mg/	Autoria: MAM. Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous organizada "por articulação de movimentos sociais, sindicatos, igrejas, universidades" suspende processo de licenciamento de instalação de mineroduto em Minas Gerais, por parte da mineradora multinacional Ferrous Resources.
11/08/2016	Suor de ferro: a realidade dos trabalhadores da mineração no Brasil	https://mamnacional.org.br/2016/08/11/suor-de-ferro-a-realidade-dos-trabalhadores-da-mineracao-no-brasil/	Autoria: Brasil de Fato. Panorama sobre a realidade dos trabalhadores da mineração nos principais estados minerados: Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Matéria completa importada do Brasil de Fato: https://www.brasildefato.com.br/2016/07/04/passar-dez-anos-sem-ferias-e-condicao-comum-na-mineracao-brasileira-diz-sindicato/ e outros links disponibilizados.
16/08/2016	Atingidos pelo Projeto Minas Rio sofrem nova truçulência da Anglo	https://mamnacional.org.br/2016/08/16/atingidos-pelo-projeto-minas-rio-sofrem-nova-truculencia-da-anglo/	Autoria: MAM. Manifestação e reivindicações das comunidades do município de Conceição do Mato Dentro que são atingidas pelo projeto Minas-Rio.
05/09/2016	Movimentos convocam população do DF para o Grito	https://mamnacional.org.br/2016/09/05/movimentos-convocam-populacao-do-df-para-o-grito/	Autoria: MAM. Convocação de movimentos populares do campo e da cidade, dentre os quais, o MAM, para a o Grito dos Excluídos, como forma de protesto contra as ações empreendidas pelo Governo "golpista" de Michel Temer.
05/09/2016	Organizações do campo ocupam Ministério do Planejamento durante Jornada Unitária	https://mamnacional.org.br/2016/09/05/organizacoes-do-campo-ocupam-ministerio-do-planejamento-durante-jornada-unitaria/	Autoria: MAM. Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, organizada por diversas organizações e entidades sociais, dentre as quais o MAM, ocupam o Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal. "A questão agrária é a pauta principal da jornada, como a reivindicação de assentamento imediato das mais de 120 mil famílias acampadas em todo o País".

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
05/09/2016	Movimentos do campo divulgam manifesto exigindo respeito aos direitos do povo	https://mamnacional.org.br/2016/09/05/movimentos-do-campo-divulgam-manifesto-exigindo-respeito-aos-direitos-do-povo/	Autoria: MAM. Manifesto que faz compõe Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas sobre o retrocesso de direitos, em especial, no que diz a esse segmento da população.
20/09/2016	Segurança de barragens: MPF investiga a situação de 396 barragens de mineração no país	https://mamnacional.org.br/2016/09/20/seguranca-de-barragens-mpf-investiga-a-situacao-de-396-barragens-de-mineracao-no-pais/	Autoria: Secom /PGR. Investigação instaurada pelo Ministério Público Federal sobre 396 barragens - inscritas no Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) -localizadas em 16 estados brasileiros.
04/10/2016	Áreas ameaçadas pela mineração	https://mamnacional.org.br/2016/10/04/areas-ameacadas-pela-mineracao/	Autoria: MAM. Divulgação da série de autoria do MAM: Áreas ameaçadas pela Mineração. "O objetivo é apresentar algumas regiões que estão em ameaça pela exploração indiscriminada dos bens minerais no país nos estados do Ceará, Bahia, Goiás e Minas Gerais"
20/10/2016	Somos mulheres e homens que sonham em construir uma sociedade com justiça social	https://mamnacional.org.br/2016/10/20/somos-mulheres-e-homens-que-sonham-em-construir-uma-sociedade-com-justica-social/	Autoria: MST. Prisão do líder político do MST em Goiás, José Valdir Misnerovicz
22/10/2016	Juventude da Via Campesina denuncia o golpe na educação	https://mamnacional.org.br/2016/10/22/juventude-da-via-campesina-denuncia-o-golpe-na-educacao/	Autoria: Via Campesina. Nota de Repúdio da juventude da Via Campesina do Brasil às medidas tomadas pelo governo Temer
25/10/2016	Seminário Internacional discute a luta contra os agrotóxicos	https://mamnacional.org.br/2016/10/25/seminario-internacional-discute-a-luta-contra-os-agrotoxicos/	Autoria: MST Evento organizado pela "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida"
31/10/2016	Comunidade de Belisário diz: Mineração Aqui Não!	https://mamnacional.org.br/2016/10/31/comunidade-de-belisario-diz-mineracao-aqui-nao/	Autoria: MAM. Manifesto contra a ampliação de mineração de bauxita no entorno do território da Serra do Brigadeiro
09/11/2016	Comunidades ameaçadas pela mineração no Ceará participam de encontro em Santa Quitéria	https://mamnacional.org.br/2016/11/09/comunidades-ameacadas-pela-mineracao-no-ceara-participam-de-encontro-em-santa-quitiera/	Autoria: MAM. Encontro entre o MAM-CE e a Articulação Antinuclear do Ceará para discussão acerca da exploração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, no Sertão Central cearense
20/11/2016	Oitenta por cento de minério na alma	https://mamnacional.org.br/2016/11/20/oitenta-por-cento-de-minerio-na-alma/	Autoria: MAM. Artigo escrito por Jarbas Vieira, a época membro da coordenação estadual do MAM, sobre o Dia das Consciência Negra e sua relação com a mineração.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
10/01/2017	As veias continuam abertas: o drama da mineração na América Latina	https://mamnacional.org.br/2017/01/10/as-veias-continuam-abertas-o-drama-da-mineracao-na-america-latina/	Autoria: A Verdade Jornal Eletrônico. Modelo de desenvolvimento econômico da América Latina: "modelo agroexportador dependente e associado", no qual prevalece, dentre outras atividades a mineração e suas consequências.
11/01/2017	Benefícios do INSS são mais de 25% do PIB de 500 cidades brasileiras	https://mamnacional.org.br/2017/01/11/beneficios-do-inss-sao-mais-de-25-do-pib-de-500-cidades-brasileiras/	Autoria: Previdência Mitos e Verdades. Dependência de cidades pequenas dos benefícios pagos pelo INSS, uma vez que parte significativa das economias dessas cidades são atreladas aos benefícios pagos pelo INSS.
17/01/2017	Escola De Formação Aborda A Presença Histórica Das Mulheres Camponesas Na Luta E A Construção Do Feminismo Camponês E Popular	https://mamnacional.org.br/2017/01/17/escola-de-formacao-aborda-a-presenca-historica-das-mulheres-camponesas-na-luta-e-a-construcao-do-feminismo-campones-e-popular/	Autoria: Comunicação MPA. Divulga a programação do evento "Escola de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Norte da Bahia, na cidade de Capim Grosso, tendo como tema a presença histórica das mulheres camponesas na luta e a construção do Feminismo Camponês e Popular".
20/01/2017	40 ameaças legislativas aos direitos humanos	https://mamnacional.org.br/2017/01/20/40-ameacas-legislativas-aos-direitos-humanos/	Autoria: MAM. Lista de quarenta ameaças aos direitos humanos que partem do legislativo
23/01/2017	Moradores de Caldas (MG) se organizam para salvar Apa da Pedra Branca das mineradoras	https://mamnacional.org.br/2017/01/23/moradores-de-caldas-mg-se-organizam-para-salvar-apa-da-pedra-branca-das-mineradoras/	Autoria: Brasil de Fato. Exploração de granito e o funcionamento de uma carvoaria na cidade de Caldas, no Sul de Minas
05/02/2017	"Precisamos ser contrárias à Reforma da Previdência"	https://mamnacional.org.br/2017/02/05/artigo-precisamos-ser-contrarias-a-reforma-da-previdencia/	Autoria: Sirtaemg. Aborda a proposta da reforma da Previdência e as justificativas utilizadas para a elaboração da proposta.
07/02/2017	Frente Brasil Popular aponta luta contra a reforma da previdência centro das mobilizações do próximo período	https://mamnacional.org.br/2017/02/07/frente-brasil-popular-aponta-luta-contr-a-reforma-da-previdencia-centro-das-mobilizacoes-do-proximo-periodo/	Autoria: Brasil Popular. Divulgação das Manifestações do Dia Internacional da Mulher, no dia 08, e do Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, no dia 15 de março organizadas pela Frente Brasil Popular.
10/02/2017	O que está colocado para o código da mineração em 2017	https://mamnacional.org.br/2017/02/10/artigo-o-que-esta-colocado-para-o-codigo-da-mineracao-em-2017/	Autoria: MAM. Aborda sobre as principais propostas do novo Código da Mineração, que estava suspenso, e seria retomado no governo Temer.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
20/02/2017	Seminário em Montes Claros discute impactos da mineração em Minas Gerais	https://mamnacional.org.br/2017/02/20/seminario-em-montes-claros-discute-impactos-da-mineracao-em-minas-gerais/	Autoria: Brasil de Fato. Seminário realizado pela Arquidiocese de Montes Claros (MG) sobre o panorama da exploração mineral nas regiões Norte e Noroeste do estado. Denominado I Seminário Igreja, Mineração e Laicato – Impactos Sociais no Norte e Noroeste de Minas, em Montes Claros
20/02/2017	“A estrangeirização de terras deve ser combatida em diálogo com a sociedade”	https://mamnacional.org.br/2017/02/20/a-estrangeirizacao-de-terras-deve-ser-combatida-em-dialogo-com-a-sociedade/	Autoria: MST. Denúncia sobre como o governo de Michel Temer coloca em risco os projetos de Soberania Nacional Brasileira, por meio de medidas como a "venda de terras a cidadãos estrangeiros".
21/02/2017	Populações do campo precisam lidar com os perigos dos projetos de mineração	https://mamnacional.org.br/2017/02/21/populacoes-do-campo-precisam-lidar-com-os-perigos-dos-projetos-de-mineracao/	Autoria: MAM. Crítica ao modelo de desenvolvimento econômico do país, o modelo megaminerador, a partir do risco que eles implicam à Soberania Alimentar e também à Soberania Territorial e Hídrica.
22/02/2017	Mulheres da Via Campesina se posicionam contra a reforma da Previdência Social	https://mamnacional.org.br/2017/02/	Autoria: Brasil de Fato. Matéria publicada originalmente no Brasil de Fato. Participação das mulheres na produção de alimentos.
23/02/2017	Mapas das Minas	https://mamnacional.org.br/2017/02/	Autoria: Ibase/ Observatório da Indústria Extrativa. Divulgação ‘Mapas das Minas’: pesquisa cartográfica, realizada no ano de 2013, pelo Ibase com o apoio da Fundação Ford, e busca interpretar os conflitos territoriais envolvendo a indústria extrativa mineral e todo complexo de infraestrutura de portos, minerodutos, estradas, e ferrovias sobre as unidades de conservação, terras indígenas e de agricultura familiar
24/02/2017	Frei Gilberto é ameaçado de morte e recebe solidariedade de organizações e movimentos sociais de todo país	https://mamnacional.org.br/2017/02/24/frei-gilberto-e-ameacado-de-morte-e-recebe-solidariedade-de-organizacoes-e-movimentos-sociais-de-todo-pais/	Autoria: MAM. Trata sobre nota em solidariedade ao Frei Gilberto Teixeira que foi ameaçado de morte no último dia 19 de fevereiro, em razão de sua atuação contrária a ampliação dos projetos de mineração de bauxita na da Serra do Brigadeiro em Minas Gerais, distrito de Belisário (Muriaé-MG).
05/03/2017	Atingidas pela mineração se mobilizam contra o desmonte da previdência	https://mamnacional.org.br/2017/03/05/atingidas-pela-mineracao-se-mobilizam-contr-o-desmonte-da-previdencia/	Autoria: MAM. Em virtude do Dia Internacional das Mulheres foi discutido junto as mulheres de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim os impactos da Reforma da Previdência em suas vidas
06/03/2017	Entenda o que está em jogo com a reforma da Previdência	https://mamnacional.org.br/2017/03/06/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-reforma-da-previdencia/	Autoria: MAM. Relação de link que ajudam a compreender a Proposta de Emenda Constitucional 287, que diz respeito a reforma da Previdência Social.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
09/03/2017	Mulheres atravessadas pela mineração	https://mamnacional.org.br/2017/03/	Autoria: Brasil de Fato. A organização de oito mulheres que bloquearam a rodovia estadual MG 129, precisamente na entrada do distrito de Morro da Água Quente, a fim de manifestar contra um empreendimento de extração de minério de ferro da Vale (Complexo Fazendão).
29/03/2017	Ibama, não licencie!	https://mamnacional.org.br/2017/03/	Autoria: Coletivo Urucum. Carta da Articulação Antinuclear ao IBAMA solicitando o não licenciamento do projeto de exploração de urânio e fosfato na Jazida de Itatiaia, localizada no município de Santa Quitéria (CE)
30/03/2017	Continuamos sendo colônia como há 500 anos, exportando matérias primas sem nenhum valor agregado	https://mamnacional.org.br/2017/03/	Autoria: Luta pelo Socialismo. Entrevista com economista Eulália Alvarenga. Militante do Movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública e fala sobre " relação entre as autoridades públicas e a ação predatória da mineração no Brasil", especificamente, no que diz respeito à tributação das empresas mineradoras. Reportagem publicada originalmente em: Luta pelo Socialismo (link não possibilitou acesso).
04/04/2017	Vale: Navio com 260 mil toneladas de minério afunda na costa do Uruguai	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/5/	Autoria: Revista Época. Navio com 260 mil toneladas de minério de ferro, pertencente à mineradora Vale S.A, afunda na costa do Uruguai.
04/04/2017	A terceirização irrestrita ameaça a sobrevivência da Previdência Social	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/5/	Autoria: Carta Capital. Como a Reforma Trabalhista fomenta a superexploração do trabalhador, em especial, por meio da terceirização e como esta pode contribuir para um déficit na previdência
05/04/2017	Sim, é possível dizer não à mineração	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/5/	Autoria: Brasil de Fato. Plebiscito realizado no município de Cajamar ca, na Colômbia, que levou à vitória da população sobre o projeto de exploração de ouro em suas reservas naturais.
06/04/2017	Atingidos pela tragédia de Mariana acusam mineradoras de não cumprir acordo	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/4/	Autoria: Agência Brasil. Denúncia acerca da conduta da mineradora Samarco diante da reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG).
10/04/2017	Samarco terá que pagar R\$1 milhão por atraso em retirada de rejeitos	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/4/	Autoria: Agência Brasil. Multa aplicada à mineradora Samarco por não cumprir o prazo de retirada de rejeitos em um dos locais afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
11/04/2017	Temer prepara entrega de reserva gigante de ouro na Amazônia	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/4/	Autoria: Tijolaço. Portaria, publicada pelo Governo de Michel Temer, que prevê a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) a fim de liberar na região a exploração mineral.
12/04/2017	Vitória das comunidades atingidas pelo Projeto Minas- Rio	https://mamnacional.org.br/2017/04/12/vitoria-das-comunidades-atingidas-pelo-projeto-minas-rio/	Autoria: MAM. Ação popular movida para cancelamento de audiência pública sobre ampliação expansão denominada Etapa 3 do Projeto Minas-Rio da Anglo American
12/04/2017	Justiça proíbe que mineradora canadense retire ouro do solo brasileiro	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/3/	Autoria: Correio do Brasil. Suspensão da licença que permite operação da mineradora canadense Belo Sun. A empresa visa a exploração de ouro na região da hidrelétrica de Belo Monte, perto de Altamira, no Pará.
16/04/2017	Nota sobre o cancelamento da audiência pública em Conceição do Mato Dentro	https://mamnacional.org.br/2017/04/16/nota-sobre-o-cancelamento-da-audiencia-publica-em-conceicao-do-mato-dentro/	Autoria: MAM. Nota de Esclarecimento da REAJA – Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio sobre cancelamento de audiência pública para tratar acerca do projeto.
18/04/2017	Conflitos no campo aumentam 26% e batem recorde, diz CPT	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato. Traz dados sobre conflitos no campo.
19/04/2017	Quais áreas indígenas as mineradoras querem explorar	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/2/	Autoria: Site Nexo. Divulga o link para acesso ao gráfico que revelam quais são essas áreas
19/04/2017	Na Jornada de Luta, pequenos agricultores e Sem Terra retomam as terras do Açú	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/2/	Autoria: MST. Reassentamento de 500 camponeses que foram desapropriados de suas terras, em torno do Porto do Açú (RJ) em 2009 me função dos interesses do empresário Eike Batista
20/04/2017	Mineradoras querem explorar 26,5% das áreas indígenas do Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/04/pa/ge/2/	Autoria: Alerta Social. Requerimento de exploração mineral em áreas indígenas, as quais comportam, especialmente, jazidas de ouro. A prática é prevista constitucionalmente, desde que ocorra sob formato de lei específica, que não existe
25/04/2017	“Estamos tomando água poluída, de mercúrio. O povo yanomami vai sumir”	https://mamnacional.org.br/2017/04/	Autoria: El País. Denúncia do líder da comunidade indígena yanomami sobre invasão das terras da comunidade por garimpeiros.
25/04/2017	“Acionistas críticas” rejeitam contas da Vale e criticam sua gestão em assembleia	https://mamnacional.org.br/2017/04/	Autoria: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Acionistas criticam Vale em assembleia anual de acionistas da mineradora.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
26/04/2017	Cármem Lúcia recebe representantes da etnia Xikrin em audiência sobre mineração	https://mamnacional.org.br/2017/04/	Autoria: STF. Reunião entre a, até então, ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, com representantes de aldeias indígenas impactadas pelo Projeto Onça Puma da Vale S.A.
27/04/2017	Camponeses vencem primeira batalha contra Eike Batista e empresa dos EUA	https://mamnacional.org.br/2017/04/	Autoria: Brasil de Fato. Luta de camponeses contra empresa americana e o grupo EBX de Eike Batista por região em torno do Porto do Açú. Cerca de 500 camponeses foram desapropriados de suas terras em 2009
02/05/2017	MPF sugere ao DNPM melhorias na fiscalização de barragens de mineração	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/10/	Autoria: MPF. Grupo de trabalho da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal sugere melhorias nas Portarias 416/2012 e 526/2013, que regulamentam a Lei 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança da Barragens)
03/05/2017	A política mineral do governo Temer	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/9/	Autoria: Brasil de Fato. A condução da proposta do novo código mineral no governo Temer
04/05/2017	Mais de 80 organizações se reúnem na 2ª Assembleia Continental da CLOC	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/9/	Autoria: MST. 2ª Divulgação da Assembleia Continental dos Camponeses e camponesas de toda América
07/05/2017	Privatização da Vale: a resistência de um cidadão brasileiro em busca de justiça	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/8/	Autoria: Instituto PACS. Revela os bastidores do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce S.A., a partir de uma, das mais de 100 ações populares que questionam o processo, qual seja a ação movida pelo advogado Eloá Santos.
07/05/2017	Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes cometidos contra o Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/8/	Autoria: Brasil de Fato. Denuncia irregularidades no leilão da venda da, à época, Companhia Vale do Rio Doce.
09/05/2017	Carta de solidariedade da CLOC LVC aos povos indígenas, quilombolas e camponeses no Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/8/	Autoria: Via Campesina. Manifestação dos participantes da Segunda Assembleia da CLOC- Via Campesina acerca da violência contra os povos do campo: Indígenas, quilombolas e Campesinos
10/05/2017	MP da “desregularização fundiária” pode ser votada a qualquer momento na Câmara	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/7/	Autoria: MST. Trata sobre a “Medida Provisória (MP) 759/2016, que estabelece novas diretrizes legais sobre a regularização de terras urbanas e rurais no país” e faz menção ao PL 4059/2012 e que “retira restrições para compra de terras brasileiras por estrangeiros”. A MP em questão foi denominada em carta pública enviada à presidência da república como “MP 759 — A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil”

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
10/05/2017	MP da “desregularização fundiária” pode ser votada a qualquer momento na Câmara	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/7/	Autoria: MST. Trata sobre a "Medida Provisória (MP) 759/2016, que estabelece novas diretrizes legais sobre a regularização de terras urbanas e rurais no país" e faz menção ao PL 4059/2012 e que "retira restrições para compra de terras brasileiras por estrangeiros". A MP em questão foi denominada em carta pública enviada à presidência da república como “MP 759 — A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil”
10/05/2017	Governo e ruralistas se unem contra o futuro do país	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/7/	Autoria: MST. Nota de manifestação de organizações e entidades sociais e movimentos populares "agenda de desmonte do governo Temer" em especial no que diz respeito à populações camponesas; trabalhadores rurais e indígenas, fazendo menção à Medida Provisória 759/2016 e editada pelo governo.
11/05/2017	[África do Sul] Manifestantes interrompem operações de mineradora Lonmin	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/6/	Autoria: Reuters Brasil. Protesto de comunidades da África do Sul por empregos nos empreendimentos de exploração de Platina da mineradora Lonmin.
11/05/2017	Quilombolas de Oriximiná exigem paralisação do licenciamento ambiental para mineração em suas terras	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/6/	Autoria: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Trata do Pedido de licença para extração de bauxita da mineração Rio Norte em terras de assentamento de quilombolas e o pedido destes para suspensão do licenciamento e demarcação de suas terras.
11/05/2017	Grupo formado por sociedade civil e órgãos públicos denuncia aumento da violência no campo e descaso do Estado	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/6/	Autoria: CNDH. Reunião Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) representantes da sociedade civil e de órgãos públicos com atuação em direitos humanos e conflitos no campo "com o objetivo de discutir propostas de ação conjunta para o enfrentamento à crescente violência no campo no Brasil."
12/05/2017	MPF/AM recomenda que DNPM atue para não permitir mineração em áreas de conservação	https://mamnacional.org.br/2017/05/page/5/	Autoria: MPF. Após inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal do Amazonas que apurou cerca de 300 pedidos de lavras ao DNPM em áreas de conservação e proteção ambiental, foi recomendado por esse "que não autorize qualquer atividade de exploração minerária em áreas de unidade de conservação de proteção integral ou em áreas de unidade conservação de uso sustentável que não possuam plano de manejo ou cujos planos de manejo não admitam a atividade de mineração"

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
12/05/2017	Seminário debate complexidade do conflito agrário no estado de São Paulo	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/5/	Autoria: Brasil de Fato. Divulga e Dossiê que abordam as disputas no meio rural paulista ligadas a conflitos agrários e mineração.
13/05/2017	Marabá tem o pior índice de desenvolvimento humano para as mulheres no Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/5/	Autoria: Brasil de Fato. "Levantamento feito pelo Ipea confirma que mulheres, negros e camponeses seguem como os grupos mais vulneráveis no país." exemplificando a situação destes grupos a exemplo do município de Marabá (PA) a despeito de ser, à época, um dos municípios de maior arrecadação da CFEM.
15/05/2017	MP da “desregularização fundiária” pode ser votada a qualquer momento na Câmara	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/4/	Autoria: MST. Trata sobre a Medida Provisória (MP) 759/2016, que estabelece novas diretrizes legais sobre a regularização de terras urbanas e rurais
15/05/2017	O Novo Acordo dos Acionistas da Vale	https://mamnacional.org.br/2017/05/15/o-novo-acordo-dos-acionistas-da-vale/	Autoria: MAM. Trata de mudanças na estrutura acionária da Vale.
15/05/2017	Mulheres camponesas e a luta anti nuclear	https://mamnacional.org.br/2017/05/15/mulheres-camponesas-e-a-luta-anti-nuclear/	Autoria: MAM. Ressalta a importância das mulheres na produção e reprodução do modo de vida camponês do sertão cearense, onde as INB e a Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A sob o controle da mineradora norueguesa Yara, pleiteiam a exploração de Urânio e Fosfato.
15/05/2017	Militantes do MAM participam de I Curso sobre Introdução ao Problema Mineral no país	https://mamnacional.org.br/2017/05/15/militantes-do-mam-participam-de-i-curso-sobre-introducao-ao-problema-mineral-no-pais/	Autoria: MAM. Divulgação do Curso sobre Introdução ao Problema Mineral no Brasil – Turma Chico Mendes, fruto de uma parceria com o MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração e demais movimentos da Via Campesina Brasil.
15/05/2017	História em quadrinhos alerta sobre riscos de mineração de urânio e fosfato no Ceará	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/5/	Autoria: Coletivo Urucum. Revista em quadrinhos criada pela "Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, o Núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará, a Caritas Diocesana de Sobral e o Fundo Brasil de Direitos Humanos para ajudar as comunidades, escolas e outros agentes interessados a entender e trabalhar de forma mais didática os impactos que a mineração de urânio e fosfato podem causar em Santa Quitéria e outros municípios da região.
16/05/2017	Ameaça de desnacionalização	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/3/	Autoria: O Globo. Trata de Projeto de Leis, Medidas Provisórias e Emendas Constitucionais que inviabiliza a demarcação de terras indígenas, a disposição de terras para a reforma agrária, promovem concentração fundiária e desnacionalizam o território brasileiro.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
16/05/2017	Trem da Vale deixa comunidade isolada	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/4/	Autoria: Justiça nos Trilhos. "Trem de carga da Vale, que tem 3,3 km de extensão, bloqueia a única via de acesso da comunidade de Capital em Anajatuba (MA)"
17/05/2017	Assembleias Populares da Mineração: um debate urgente e necessário	https://mamnacional.org.br/2017/05/17/assembleias-populares-da-mineracao-um-debate-urgente-e-necessario/	Autoria: MAM. Divulga o objetivo da realização das Assembleias Populares da Mineração que serão realizadas em 100 municípios de 11 estados, qual seja: "Refletir, debater e produzir uma memória política da mineração através da luta dos trabalhadores e populações em contradição com o capital mineral, com propostas de superação soberana e popular do atual modelo de mineração"
17/05/2017	Zona da Mata: movimentos cobram resultado de reivindicações ao Governo de MG	https://mamnacional.org.br/2017/05/17/movimentos-pressionam-governo-de-mg-para-cumprimento-de-compromissos-assumidos/	Autoria: MAM. Aborda sobre os Fóruns Regionais, criados à época do governo de Fernando Pimentel, enquanto espaço de diálogo com a população, especialmente sobre o Fórum Regional da Zona da Mata.
21/05/2017	Movimentos populares preparam grandes mobilizações para quarta (24) em Brasília	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/3/	Autoria: Brasil de Fato. Trata sobre o Ocupa Brasília: manifestações organizadas à época do governo de Michel Temer contra a reforma trabalhista e a reforma da Previdência e reivindicação por eleições diretas.
22/05/2017	ATO DENÚNCIA "Por direitos e contra a violência no campo"	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/3/	Autoria: MAM. Divulgação da manifestação denominada "ATO DENÚNCIA "Por direitos e contra a violência no campo", organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em conjunto com organizações da sociedade civil e órgãos públicos de atuação em defesa dos direitos humanos
23/05/2017	MG: Assembleia Popular discute mineração em Santo Antônio do Itambé	https://mamnacional.org.br/2017/05/23/mg-assembleia-popular-discute-mineracao-em-santo-antonio-do-itambe/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular na comunidade de Botafogo em Santo Antônio do Itambé, a fim de discutir realizada com "agricultores, jovens, professores do município e atingidos pelo Projeto Minas-Rio de Conceição do Mato Dentro", a fim de discutir os impactos sofridos pelas populações que vivem em territórios minerados e o projeto Serro, da mineradora Anglo Gold, o qual prevê mineração em áreas rurais da região do Serro.
23/05/2017	A burguesia brasileira e a Vale	https://mamnacional.org.br/2017/05/23/a-burguesia-brasileira-e-a-vale/	Autoria: MAM. Aborda a criação da empresa Vale e sua trajetória e a marcada presença dos interesses e ingerência da burguesia brasileira e capital internacional; e reforça o modelo predatório de exploração mineral, quando assentado sobre a lógica desses interesses

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
23/05/2017	CPI da Funai e MP da reforma agrária incentivam violência no campo, dizem entidades	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato. Dados, causas sobre os conflitos agrários no país, denunciando o aumento destes e os relacionando com medidas do governo de Michel Temer que vão contra a promoção da reforma agrária e a demarcação de terras indígenas e quilombolas.
24/05/2017	Relatório alerta que governo prepara estímulo à mineração sem salvaguarda ambiental	https://mamnacional.org.br/2017/05/pa/ge/2/	Autoria: Mídia e Amazônia. Divulgação de um relatório produzido pela WWf sobre o Programa para a Revitalização da Indústria Mineral do governo de Michel Temer que pretende incentivar a atividade mineral no país a partir de abertura à exploração da Amazônia, de áreas que são faixas de fronteira e flexibilização das regras de licenciamento ambiental para atividades minerárias.
24/05/2017	Carta do ATO DENÚNCIA Por Direitos e contra a Violência no Campo	https://mamnacional.org.br/2017/05/24/carta-do-ato-denuncia-por-direitos-e-contra-a-violencia-no-campo/	Autoria: MAM. Carta assinada por diversas organizações e movimentos sociais, dentre os quais o MAM, e na qual se denuncia o aumento da violência no campo, criminalização de movimento sociais e ao ataque e desmonte de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.
25/05/2017	UnB sediará 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação	https://mamnacional.org.br/2017/05/	Autoria: FNDC. Divulga o 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), sediado na Universidade de Brasília, no qual serão abordados assuntos relativos à democratização nas comunicações, como a campanha contra violações à liberdade de expressão no Brasil, a construção de um marco regulatório democrático para a mídia, fortalecimento da comunicação pública, políticas de internet (liberdade de expressão e direito à privacidade), políticas de inclusão digital, entre outros temas"
25/05/2017	MP 759 expropria a população pobre do campo, explica Sérgio Sauer	https://mamnacional.org.br/2017/05/	Autoria: Brasil de Fato. Entrevista com Sérgio Sauer -professor do programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (UnB) - sobre a MP 759, "que trata da regularização fundiária urbana e rural", além das MP 756 e 758.
30/05/2017	CE: Articulação lança carta ao IBAMA para que licenciamento ambiental de mineração de urânio e fosfato seja cancelado	https://mamnacional.org.br/2017/05/30/ce-articulacao-lanca-carta-ao-ibama-para-que-licenciamento-ambiental-de-mineracao-de-uranio-e-fosfato-seja-cancelado/	Autoria: MAM. Pedido da Articulação Antinuclear do Ceará ao IBAMA do não licenciamento do Projeto Santa Quitéria a partir de documentos que atestam a inviabilidade socioambiental do projeto

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
31/05/2017	No sudoeste da BA, comunidades debatem impactos do maior projeto de mineração de ferro do estado	https://mamnacional.org.br/2017/05/31/no-sudoeste-da-ba-comunidades-debatem-impactos-do-maior-projeto-de-mineracao-de-ferro-do-estado/	Autoria: MAM. Primeira Assembleia Popular da Mineração realizada no estado do Bahia, com objetivo de discutir o Projeto Mineral Pedra de Ferro, que tem por objetivo "a exploração do minério para exportação, por meio da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) até o Porto Sul em Ilhéus e "[...] produzir 18 milhões de toneladas de ferro por ano e assim tornar o estado no terceiro maior produtor de minério de ferro do país".
31/05/2017	Laudo da ANTT mostra precariedade de travessias na EFC	https://mamnacional.org.br/2017/05/	Autoria: Justiça nos Trilhos. Relatório realizado pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) sobre a Estrada de Ferro de Carajás (EFC).
01/06/2017	A Simbologia dos Quatro Pilares. Para Debater o Plano Popular de Emergência	https://mamnacional.org.br/2017/06/page/5/	Autoria: MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. Plano Popular de Emergência de iniciativa da Frente Brasil Popular e que se estrutura em torno de 4 temas: Emprego, alimento, moradia e energia.
05/06/2017	**Em Rondônia, jovens da Via Campesina apresentam Manifesto	https://mamnacional.org.br/2017/06/05/em-rondonia-jovens-da-via-campesina-apresentam-manifesto/	Autoria: MAM. Manifesto produzido na ocasião do III Acampamento da Juventude da Via Campesina em Rondônia que tematizou o modus operandi do agronegócio, do modelo energético, da exploração dos recursos naturais e seus efeitos sobre trabalhadores e trabalhadoras do campo e sobre as populações tradicionais.
05/06/2017	**BA: Carta de Assembleia Popular aponta próximos passos na luta pela soberania popular na mineração	https://mamnacional.org.br/2017/06/05/ba-carta-de-assembleia-popular-aponta-proximos-passos-na-luta-pela-soberania-popular-na-mineracao/	Autoria: MAM. "Primeira Assembleia Popular da Mineração realizada na Bahia no distrito de Guará, ocasião em que foi discutida a implantação do projeto de extração de minério de ferro - Projeto Pedra de Ferro-nos municípios de Caetité e Pindaí.
06/06/2017	Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já é criada em Brasília	https://mamnacional.org.br/2017/06/06/frente-ampla-nacional-pelas-diretas-ja-e-criada-em-brasilia/	Autoria: MAM. Criação da Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já composta por diversas organizações e movimentos sociais, dentre os quais o MAM, e que conclama por eleições diretas para substituição do presidente interino Michel Temer e pela luta contra as medidas de desmonte de direitos levadas a frente no seu governo, como a reforma trabalhista.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
13/06/2017	Mineradora de ouro a 13 km de Belo Monte ameaça comunidades indígenas	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/4/	Autoria: Correio Braziliense. Intenção de empreendimento da empresa canadense Belo Sun de exploração de ouro no município de Senador José Porfírio, na região do Xingu, no Pará, afetando diretamente comunidades indígenas 300 famílias que vivem do cultivo e da pesca 300 famílias que vivem do cultivo e da pesca
15/06/2017	Parlamentares lançam frente em defesa da soberania nacional	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/4/	Autoria: Rede Brasil Atual. Criação da Frente Parlamentar Mista pela Soberania Nacional que contará com deputados e senadores e terá dentre os objetivos "a defesa da exploração do petróleo e demais recursos minerais".
15/06/2017	Pará realiza primeira Assembleia Popular da Mineração no Estado	https://mamnacional.org.br/2017/06/15/para-realiza-primeira-assembleia-popular-da-mineracao-no-estado/	Autoria: MAM. Primeira Assembleia Popular da Mineração no estado do Pará, no município de Parauapebas, que tematizou a " a importância de alternativas econômicas sustentáveis para a região" .
16/06/2017	**Formação cultural crítica é fundamental nas lutas sociais, sobretudo na luta pela soberania popular na mineração	https://mamnacional.org.br/2017/06/16/formacao-cultural-critica-e-fundamental-nas-lutas-sociais-sobretudo-na-luta-contra-a-mineracao/	Autoria: MAM. I Curso de Introdução ao Problema Mineral Brasileiro, realizado com 70 jovens de 7 estados brasileiros que tematizou a necessidade de uma cultura combativa, uma cultura de luta e resistência em contraposição a indústria cultural.
16/06/2017	África do Sul anuncia planos para revisar regras de mineração no país	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/3/	Autoria: Estado de Minas. Novas regras do setor minerário da África do Sul assentadas na redistribuição de terras e negócios para a população negra do país
19/06/2017	MG: Peixes aparecem mortos em rio contaminado por barragem da Anglo American	https://mamnacional.org.br/2017/06/19/mg-peixes-aparecem-mortos-em-rio-contaminado-por-barragem-da-anglo-american/	Autoria: MAM. Mortes de peixes em rio que passa pela cidade de Conceição do Mato Dentro contaminado por barragens de rejeitos do projeto Minas-Rio da mineradora Anglo American
19/06/2017	“Há risco de novas tragédias”, diz MPF sobre projeto para licenciamento ambiental	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/3/	Autoria: De olho nos Ruralistas. Trata sobre o principal Projeto de Lei PL 3729/2004 sobre licenciamento ambiental, que em sua proposta flexibiliza o licenciamento de projetos minerários e aumenta o risco de tragédias ambientais no setor.
19/06/2017	Comunidades quilombolas se reúnem com MPE/MA para discutir atuação do COMEFC	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/3/	Autoria: Justiça nos Trilhos. Reunião entre comunidades quilombolas e Ministério Público Federal do estado do Maranhão para denunciar atuação do Consórcio dos Corredores Multimodais do Maranhão (COMEFC), responsável pelo repasse de verba de compensação da mineradora Vale às comunidades.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
21/06/2017	Nota Pública – Veto Não Garante Proteção de Floresta	https://mamnacional.org.br/2017/06/21/nota-publica-veto-nao-garante-protecao-de-floresta/	Autoria: MAM. Nota Pública assinada por organizações e movimentos sociais a respeito das Medidas Provisórias MP 756 e 758 que abre Unidades de Conservações ambientais para venda, desmatamento e mineração. Reforça que apesar de vetadas há intenção de aprovar tais medidas transformando tais medidas provisórias em Projetos de Leis.
22/06/2017	Vendaval neoliberal assolou o Brasil, diz ex-ministro Celso Amorim	https://mamnacional.org.br/2017/06/22/vendaval-neoliberal-assolou-o-brasil-diz-ex-ministro-celso-amorim/	Autoria: MAM. Participação do ex-ministro Celso Amorim na ocasião do lançamento do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional, que vai de encontro congelamento de 20 anos das despesas públicas por Emenda Constitucional e demais medidas empreendidas pelo governo Temer e que ameaçam a soberania do país.
23/06/2017	CNBB defende direito à livre manifestação	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/2/	Autoria: CUT. Apoio da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) às manifestações pacíficas contra as propostas de reformas trabalhistas.
23/06/2017	Novas medidas para ofertas de área de mineração intensificarão violência, afirma MAM	https://mamnacional.org.br/2017/06/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato. Posicionamento do MAM sobre "os novos procedimentos para ofertas de áreas de lavra e pesquisa mineral".
24/06/2017	Sobe para oito o número de mortos em explosão de mina ilegal na Colômbia	https://mamnacional.org.br/2017/06/	Autoria: El País. Explosão em mina subterrânea de carvão que funcionava ilegalmente em município colombiano, no qual foram conformados até então a morte de oito trabalhadores e o desaparecimento de cinco
25/06/2017	Agência confirma a morte de 13 pessoas em explosão de mina ilegal na Colômbia	https://mamnacional.org.br/2017/06/	Autoria: Por Comunicação MAM, com informações El Tempo e Agência Nacional de Mineração da Colômbia. Confirma a morte de 14 trabalhadores e 1 gravemente ferido em explosão em mina subterrânea de carvão que funcionava ilegalmente em município colombiano
25/06/2017	CBA e Grupo Votorantim atuam para enganar comunidades na Serra do Brigadeiro	https://mamnacional.org.br/2017/06/25/cba-e-grupo-votorantim-atuam-para-enganar-comunidades-na-serra-do-brigadeiro/	Autoria: MAM. Campanha da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao Grupo Votorantim, para conseguir apoio da população para seus projetos de exploração mineral na região da Serra do Brigadeiro (MG). Revela táticas de aproximação das comunidades, de obtenção de apoio, das grandes empresas mineradoras.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
26/06/2017	“Vamos continuar lutando, resistindo para que este lugar seja preservado, porque aqui não é lugar de mineração”, destaca Frei Gilberto em entrevista	https://mamnacional.org.br/2017/06/26/vamos-continuar-lutando-resistindo-para-que-este-lugar-seja-preservedo-porque-aqui-nao-e-lugar-de-mineracao-destaca-frei-gilberto-em-entrevista/	Autoria: MAM. Situação de Frei Gilberto - Pároco ameaçado de morte em razão da luta contra empreendimentos minerários de exploração de bauxita no distrito de Belisário me Muriaé (MG) - Zona da Mata do estado de MG.
26/06/2017	CE: Governo lança Atlas para atrair investimentos na mineração e MAM afirma que falta olhar para as reais necessidades do povo	https://mamnacional.org.br/2017/06/26/1137/	Autoria: MAM. Atlas Geológico da Mineração do estado do Ceará que traz informações sobre as principais riquezas minerais do estado, bem como "infraestrutura hídrica, ferroviária, rodoviária, portos, aeroportos e linhas de transmissão de energia existentes".
05/07/2017	Contaminação pela lama da Samarco/Vale-BHP entra em fase crônica e preocupa pesquisadores	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/3/	Autoria: Século Diário. Constatção de contaminação crônica de água e pescados em zonas do Rio Doce decorrente rompimento da barragem de rejeitos de mineração da barragem de Fundão, da Samarco/Vale-BHP
06/07/2017	Mineradora norueguesa é alvo de 34 ações do MPF no Pará	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/3/	Autoria: EBC. Mineradora Hydro cujo maior acionista é a Noruega tem em seu nome 34 ações judiciais por sua atuação em cidades paraenses.
10/07/2017	Nota da Frente Brasil Popular	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/3/	Autoria: Frente Brasil Popular. Nota da Frente Popular do Brasil conclamando à população a ocupar as ruas para manifestações "no dia da votação da denúncia do processo contra o presidente Michel Temer e a realização de atividades com objetivo de pressionar os senadores no dia da votação da reforma trabalhista."
11/07/2017	**Frei Sergio Lança Livro “Trincheiras Da Resistência Camponesa”	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/3/	Autoria: MPA. Lançamento do Livro “Trincheiras da resistência camponesa sob o pacto de poder do agronegócio”
12/07/2017	Senado aprova reforma trabalhista; texto segue para sanção presidencial	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato. Aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara que altera as Leis de Consolidação do Trabalho CLT, que inclui propostas, tais como: "prevalência do negociado sobre o legislado, a possibilidade de gestantes e lactantes trabalharem em locais insalubres e o trabalho intermitente"
15/07/2017	Organizações e movimentos realizam missão de proteção a atingidos pelo Projeto Minas-Rio	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/2/	Autoria: Justiça Global. Missão preparada por organizações e movimentos sociais, dentro os quais o MAM, a fim de reivindicar às autoridades públicas providências e proteção contra agressões e ameaças sofridas por atingidos e atingidas pelo projeto Minas-Rio da mineradora Anglo American, dentre outras violações cometidas pela mineradora.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
18/07/2017	“Com feminismo e soberania alimentar vamos mudar o mundo!”	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/2/	Autoria: Via Campesina. V Assembleia das Mulheres da Via Campesina realizada em Dério no país Basco, em que foram discutidos o protagonismo e a potência das mulheres camponesas perante frente a várias causas e bandeiras de luta, em especial, quanto á soberania alimentar e feminismo.
18/07/2017	Indígenas de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas repudiam projetos de mineração em territórios tradicionais	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/2/	Autoria: CIMI. Organização dos povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (OPIROMA) contra a regularização de atividades mineradoras em terras indígenas em razão dos impactos da atividade.
19/07/2017	MPF recomenda suspensão do processo de licenciamento ambiental de mina em Conceição de Mato Dentro	https://mamnacional.org.br/2017/07/pa/ge/2/	Autoria: Aconteceu no Vale. Recomendação do MPF ao estado de Minas Gerais para paralisação do processo de licenciamento da Mina do Sapo que como projeto de ampliação de exploração de minério de ferro da empresa Anglo American em Conceição do Mato Dentro.
21/07/2017	BA: Ato reivindica soberania dos povos sobre a mineração no Alto Sertão e contra a criminalização de lideranças comunitárias	https://mamnacional.org.br/2017/07/21/ba-ato-reivindica-soberania-dos-povos-sobre-a-mineracao-no-alto-sertao-e-contra-a-criminalizacao-de-liderancas-comunitarias/	Autoria: MAM. Ato promovido por comunidades dos municípios baianos atingidos pelo Projeto Pedra de Ferro, da Bahia Mineração (BAMIM) que reivindicaram, dentre outras coisas, contra dentre outras coisas, sobre processo movido pela mineradora contra líder comunitário.
24/07/2017	Vivência Missionária acontece em Belisário (MG) no dia 29 de julho	https://mamnacional.org.br/2017/07/24/vivencia-missionaria-acontece-em-belisario-mg-no-dia-29-de-julho/	Autoria: MAM. Realização da 7ª Vivência Missionária na comunidade de Belisário, distrito de Muriaé em Minas Gerais que comemorou a luta contra as mineradoras que investem na região que compõe a Zona da Mata mineira conhecida, dentre outras razões, por abrigar a segunda maior reserva de bauxita do país.
26/07/2017	GT da Mineração da CNBB aprofunda discussão sobre os impactos da atividade no Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/07/	Autoria: Brasil de Fato. Reunião do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do qual o MAM faz parte, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a realidade da mineração no Brasil e propiciar maior engajamento da igreja quanto à temática.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
28/07/2017	Nota de repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral	https://mamnacional.org.br/2017/07/28/nota-de-repudio-do-comite-nacional-em-defesa-dos-territorios-frente-a-mineracao-ao-programa-de-revitalizacao-da-industria-mineral-anunciado-pelo-presidente-michel-temer/	Autoria: MAM. Nota de Repúdio divulgada no site do MAM na qual organizações, movimentos sociais e pesquisadores condenam o Programa de Revitalização da Indústria Mineral, baseadas nas propostas do novo Código da Mineração, que serão apresentadas por meio de medidas provisórias que abordam apenas aspectos fiscais e administrativos da atividade mineral.
28/07/2017	Temer muda regras na mineração para garantir apoio político, diz pesquisador	https://mamnacional.org.br/2017/07/	Autoria: Brasil de Fato. Discute como as mudanças propostas no novo Código da Mineração vão ao encontro de interesses políticos e do mercado minerador.
02/08/2017	Tribunal de Justiça da Bahia suspende liminar concedida contra a comunidade de João Barroca	https://mamnacional.org.br/2017/08/pa/ge/3/	Autoria: CPT Bahia. Disputa judicial entre a Bahia Mineração (BAMIM) nos municípios baianos de Caetitê e Pindaí, pela implantação de uma barragem de rejeitos de minérios pertencente à mina Pedra de Ferro.
09/08/2017	Assembleia Popular é realizada na comunidade de Santa Bárbara, em Miradouro (MG)	https://mamnacional.org.br/2017/08/09/assembleia-popular-e-realizada-na-comunidade-de-santa-barbara-em-miradouro-mg/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular no povoado de Santa Bárbara ameaçada pelo avanço da mineradora Companhia Brasileira de Alumínio (CBA/Votorantim) que pretende extrair bauxita na região.
09/08/2017	BA: quilombolas debatem problemas em território causados pela mineração	https://mamnacional.org.br/2017/08/09/1234/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular da Mineração na comunidade Quilombola de Bebedouro, no município de Bom Jesus da Lapa (BA), a fim de debater os impactos construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL.
14/08/2017	Articulação Antinuclear do Ceará se reúne com Ibama para que licenciamento ambiental de mineração de urânio e fosfato no Ceará seja cancelado	https://mamnacional.org.br/2017/08/14/articulacao-antinuclear-do-ceara-se-reune-com-ibama-para-que-licenciamento-ambiental-de-mineracao-de-uranio-e-fosfato-no-ceara-seja-cancelado/	Autoria: MAM. Anuncia a realização de reunião entre a Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE) e a superintendência do IBAMA no estado do Ceará, na qual será pedido por meio de vários documentos, dentre os quais Carta Pública assinada por organizações como Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o cancelamento do processo de licenciamento do Projeto Santa Quitéria "empreendimento que pretende realizar a mineração de urânio e fosfato na Jazida de Itatiaia, localizada em Santa Quitéria, a 222 Km de Fortaleza".

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
14/08/2017	Pela efetivação dos direitos das comunidades quilombolas, gritamos NÃO ao marco temporal!	https://mamnacional.org.br/2017/08/14/pela-efetivacao-dos-direitos-das-comunidades-quilombolas-gritamos-nao-ao-marco-temporal/	Autoria: MAM. Aborda sobre os marcos temporais, ou seja, condicionantes, relativas ao reconhecimento das terras ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas. Este direito previsto na constituição de 1988 e também no decreto 4887/2003 está sendo questionado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3239.
15/08/2017	CE: Articulação pede ao Ibama que não licencie mineração de urânio	https://mamnacional.org.br/2017/08/15/ce-articulacao-antinuclear-pede-ao-ibama-cancelamento-licenciamento-ambiental-para-mineracao-de-uranio/	Autoria: MAM. Reunião realizada entre a Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) e a superintendência do IBAMA no estado do Ceará para tratar acerca da " inviabilidade socioambiental do Projeto Santa Quitéria,
15/08/2017	As várias faces do superfaturamento das mineradoras no Brasil	https://mamnacional.org.br/2017/08/15/as-varias-faces-do-super-faturamento-das-mineradoras-no-brasil/	Autoria: MAM. Os mecanismo das mineradoras para maximizarem seus lucros a partir de dados do estudo "Subfaturação no Setor de Mineração no Brasil Evade US\$ bilhões do Orçamento Público"
18/08/2017	MG: Assembleia Popular em comunidade de Miradouro discute impactos da mineração	https://mamnacional.org.br/2017/08/18/mg-assembleia-popular-em-comunidade-de-miradouro-discute-impactos-da-mineracao/	Autoria: MAM. Realização da Assembleia Popular da Mineração em Miradouro (MG) a fim de debater a mineração na região da Serra do Brigadeiro
20/08/2017	BA: Brejinho das Ametistas discute impactos da mineração de ferro e da ferrovia no território	https://mamnacional.org.br/2017/08/20/ba-brejinho-das-ametistas-discutiu-impactos-da-mineracao-de-ferro-e-da-ferrovia-no-territorio/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular distrito de Brejinho das Ametistas, no município de Caetité, interior baiano, a fim de discutir sobre a Ferrovia de Integração Oeste Leste do projeto Pedra de Ferro
22/08/2017	Contra o império, somos todos Venezuelanos	https://mamnacional.org.br/2017/08/22/contra-o-imperio-somo-todos-venezuelanos/	Autoria: MAM. Manifestação de apoio do MAM na luta contra os golpes de Estado sofrido por países latinos americanos na luta pela defesa da democracia.
26/08/2017	MG: Assembleias Populares agitam a luta contra o avanço da mineração na Serra do Brigadeiro	https://mamnacional.org.br/2017/08/26/mg-assembleias-populares-agitam-a-luta-contra-o-avanco-da-mineracao-na-serra-do-brigadeiro/	Autoria: MAM. Realização de Assembleias Populares como parte do conjunto de atividades realizadas pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro.
28/08/2017	O Golpismo de Temer e as Medidas Provisórias da Mineração	https://mamnacional.org.br/2017/08/28/o-golpismo-de-temer-e-as-medidas-provisorias-da-mineracao/	Autoria: MAM. Trata sobre a Política Mineral no Governo Temer.
30/08/2017	Temer entrega RENCA às transnacionais	https://mamnacional.org.br/2017/08/30/temer-entrega-renca-as-transnacionais/	Autoria: MAM. Proposta do Decreto 9.142/2017, que trata sob a extinção da Reserva nacional de Cobre e Associados (RENCA)
24/09/2017	CE: Em Quiterianópolis comunidade denuncia ameaças da mineração	https://mamnacional.org.br/2017/09/24/ce-assembleia-popular-da-mineracao-em-quiterianopolis/	Autoria: MAM. Realização da Assembleia popular da Mineração na comunidade Bandarro em Quiterianópolis (CE) a fim de debater com a população e denunciar os impactos e injustiças causados pela extração de minério de ferro executada pela empresa Globest.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
24/09/2017	Câmara MG: Municipal de Muriaé realizará audiência pública para debater impactos da mineração	https://mamnacional.org.br/2017/09/24/camara-mg-municipal-de-muriae-realizara-audiencia-publica-para-debater-impactos-da-mineracao/	Autoria: MAM. Anuncia realização de Audiência Pública na Câmara Municipal de Muriaé para discutir os impactos da mineração e as violações de direitos da exploração mineral de bauxita em torno da Serra do Brigadeiro, nos municípios de Rosário de Limeira, Muriaé e Miradouro, almeçados pela Componha Brasileira de Alumínio (CBA0, pertencente ao grupo Votorantim).
25/09/2017	MG: Comunidades ameaçadas por projeto da Anglo American participam de Assembleia Popular da Mineração	https://mamnacional.org.br/2017/09/25/mg-comunidades-ameacadas-por-projeto-da-anglo-american-participam-de-assembleia-popular-da-mineracao/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular da Mineração na comunidade de Santo Antônio do Itambé e demais comunidades pertencentes ao município do Serro, militantes do MAM de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, a fim de debater “Projeto Serro” da multinacional Anglo American, que pretende se instalar no território”.
26/09/2017	Campanha Primavera para a Vida discute danos da mineração	https://mamnacional.org.br/2017/09/pa-ge/2/	Autoria: CONIC. Divulgação da campanha anual Primavera para a Vida da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) com a temática sobre "modelo mineral no Brasil, e como ele produz injustiças sociais e ambientais."
26/09/2017	7º Grito do Semiárido Piauiense denuncia ameaças de mineradoras e carvoarias	https://mamnacional.org.br/2017/09/pa-ge/2/	Autoria: Comunicação do Fórum Piauiense de Convivência com Semiárido. Realização do 7º Grito do Semiárido no município de São Raimundo Nonato no Piauí com o intuito de "chamar atenção do poder público para os impactos sociais, culturais e ambientais causados na região com a chegada de mineradoras e empresas de carvoaria". Na ocasião o MAM um curso a fim de debater o modelo mineral e a mobilização popular.
27/09/2017	Possibilidade de mineração na região de Muriaé foi discutida em Audiência na Câmara Municipal	https://mamnacional.org.br/2017/09/	Autoria: Rádio Muriaé. Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Muriaé a fim de debater a possibilidade de mineração na região e na Serra do Brigadeiro.
27/09/2017	BA: Caetité recebe mostra e ciclo de debates sobre impactos da mineração	https://mamnacional.org.br/2017/09/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
27/09/2017	Do Rio que era Doce: Exposição traz lama da Samarco à Caetité	https://mamnacional.org.br/2017/09/	Autoria: Agente Sertão. Divulgação da exposição itinerante que tem como tema o rompimento da barragem de rejeitos de minério em Mariana e debater o modelo mineral brasileiro.
28/09/2017	Seminário Continental da Via Campesina aponta os desafios da formação em agroecologia	https://mamnacional.org.br/2017/09/	Autoria: MST Seminário organizado pelas organizações populares que compõe a Via Campesina com intuito de debater “o avanço do agronegócio e a forma globalizada do capital no campo”

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
28/09/2017	Pesquisa encontra níveis de poluição acima do que recomenda a OMS	https://mamnacional.org.br/2017/09/	Autoria: Instituto Pacs. Medições acerca da qualidade do ar em Piquiá de Baixo (MA), bairro de Açailândia (MA), e do bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (RJ)
01/10/2017	Carta de saudação do MAM ao 8º Encontro Nacional do MAB	https://mamnacional.org.br/2017/10/01/carta-de-saudacao-do-mam-ao-8o-encontro-nacional-do-mab/	Autoria: MAM. Saudação do MAM ao 8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Com o lema "Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular".
06/10/2017	Vitória do Povo: MP recomenda que Bamin não implante barragem de rejeitos em Área de Preservação Permanente	https://mamnacional.org.br/2017/10/06/vitoria-do-povo-mp-recomenda-que-bamin-nao-implante-barragem-de-rejeitos-em-area-de-preservacao-permanente/	Autoria: MAM. Mobilização popular faz com que Ministério Público da Bahia sugira a não implantação de barragem de rejeitos em Área de Preservação Permanente (APP) do Riacho Pedra de Ferro, localizada em Caetitê e Pindaf (BA)
20/10/2017	Sete pontos para entender a MP 789 e o que está em jogo	https://mamnacional.org.br/2017/10/20/conjuntura-no-pais-abre-possibilidade-de-discussao-sobre-qual-o-modelo-de-mineracao-que-queremos-e-qual-tributacao-e-necessaria-e-possivel/	Autoria: MAM. Aborda sobre as Medidas Provisórias nº789,790 e 791 que compõe o Novo Código Mineral, que versa sobre um anova regulação para o setor mineral, em especial sobre a medida 789, "que altera as regras e taxas de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)".
21/10/2017	BA: comunidade discute alternativas à mineração	https://mamnacional.org.br/2017/10/21/ba-comunidade-discute-alternativas-a-mineracao/	Autoria: MAM. Realização da Assembleia Popular da Mineração na comunidade de Ubatã (BA) a fim de debater sobre o modelo mineral vigente e alternativas econômicas para sua superação.
23/10/2017	Os empregadores que figuram na lista suja do trabalho escravo	https://mamnacional.org.br/2017/10/	Autoria: Jornal GGN. Divulgação da lista suja do trabalho escravo, que relaciona "132 empregadores do setor de mineração, produção de itens derivados de cana-de-açúcar, restaurantes e outros segmentos" e portaria editada, à época presidente Michel Temer, referentes a este tipo de trabalho.
24/10/2017	Prédio da prefeitura de Parauapebas (PA) é ocupado por manifestantes	https://mamnacional.org.br/2017/10/	Autoria: Brasil de fato. Prédio da Prefeitura Municipal de Parauapebas, cidade localizada na região sudeste do Pará, é ocupado por 600 manifestantes, representantes de movimentos populares, sindicais e associações de bairros locais a fim de "reivindicar novas frentes de emprego e renda para o município".
26/10/2017	Governo Temer e o Morro Velho da escravidão	https://mamnacional.org.br/2017/10/26/governo-temer-e-o-morro-velho-da-escravidao/	Autoria: MAM. A estreita relação entre a mineração e condições de trabalho análogas à escravidão.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
10/11/2017	Militantes do MAM e da CPT são presos durante intercâmbio no Zimbábue	https://mamnacional.org.br/2017/11/10/militantes-do-mam-e-da-cpt-sao-presos-durante-intercambio-no-zimbabue/	Autoria: MAM. Prisão de militantes da Comissão Pastoral da Terra de Uberlândia, do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração e do Comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e demais participantes na ocasião da realização de intercâmbio internacional, promovida pela rede Diálogo com os Povos, região de Marange em Zimbabué no sul da África.
11/11/2017	Nota sobre as prisões no Zimbábue	https://mamnacional.org.br/2017/11/11/nota-sobre-as-prisoas-no-zimbabue/	Autoria: MAM. Nota de Frei Rodrigo Peret – Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Diálogo dos Povos; Jarbas Vieira e Maria Júlia do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) acerca da prisão que sofreram junto a demais integrantes de um intercâmbio internacional na região de Marange em Zimbabué no sul da África", a fim de discutir "sobre os impactos da atividade mineraria de diamante na área e a criação de um fundo comunitário para a melhoria das condições de vida das comunidades atingidas"
11/11/2017	Reforma trabalhista e da Previdência mobiliza trabalhadores contra desmontes de Temer	https://mamnacional.org.br/2017/11/pa/ge/3/	Autoria: Brasil de Fato.
14/11/2017	Mulheres protestam contra PEC que proíbe aborto até em casos de estupro	https://mamnacional.org.br/2017/11/pa/ge/3/	Autoria: Agência Patrícia Galvão. Protesto organizado por movimentos feministas contra "aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181, que criminaliza o aborto em todas as esferas, inclusive em casos de estupro".
15/11/2017	No Ceará comunidade debate ameaças de mineradoras	https://mamnacional.org.br/2017/11/15/no-ceara-comunidade-debate-ameacas-de-mineradoras/	Autoria: MAM. Realização de Assembleia Popular da Mineração, na comunidade Lagoa do Barro, em Iporanga (CE) para discutir e refletir sobre as ameaças de terem seus territórios ameaçados e invadidos pelas mineradoras, reuni cerca de 400 pessoas.
16/11/2017	PR: Petroleiros realizam ato em defesa da Petrobras na Assembleia Legislativa	https://mamnacional.org.br/2017/11/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato. Mobilização de Petroleiros contra a privatização de empresas pertencentes à Petrobrás - a fábrica Araucária Nitrogenados (Fafen) e da Usina de Xisto, ambas localizadas no estado do Paraná.
17/11/2017	MAM realiza Assembleia Popular da Mineração em Cavalcante	https://mamnacional.org.br/2017/11/17/mam-realiza-assembleia-popular-da-mineracao-em-cavalcante/	Autoria: MAM. Divulgação da realização da Assembleia Popular da Mineração na cidade de Cavalcante no estado de Goiás a fim de " discutir os impactos da mineração na cidade"

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
21/11/2017	MG: Racismo ambiental é tema de debate em comunidades negras rurais afetadas pelo empreendimento da Anglo American	https://mamnacional.org.br/2017/11/21/mg-racismo-ambiental-e-tema-de-debate-em-comunidades-negras-rurais-afetadas-pelo-empreendimento-da-anglo-american/	Autoria: MAM. Realização de "atividades de formação e culturais em comunidade rurais afetadas pelo empreendimento Minas-Rio, da Anglo American com objetivo de fomentar o debate sobre a questão racial e promover ações de valorização da negritude"
24/11/2017	CE: Mineradora de Ferro provoca sérios danos socioambientais na região do Sertão do Inhamuns	https://mamnacional.org.br/2017/11/page/2/	Autoria: Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar. Impactos da extração de minério de ferro Globest participações AS na região da Serra do Besouro (CE).
27/11/2017	PA: Famílias do Acampamento Helenira Rezende resistem a ação de despejo	https://mamnacional.org.br/2017/11/	Autoria: MST. Despejo de famílias do acampamento Helenira Rezende, no Sudeste do Pará, em função do cumprimento da medida liminar de reintegração de posse na Fazenda Cedro/Fortaleza e ações em curso para despejo de cerca de mais 2 mil famílias em regiões paraenses.
27/11/2017	MPA convoca trancamento de rodovias e jejum público contrarreforma da previdência	https://mamnacional.org.br/2017/11/	Autoria: MPA. Convocação do Movimento dos Pequenos Agricultores para trancamento de rodovias e jejum público como ato de manifestação contra "votação da Reforma da Previdência e da pela Câmara Federal e a proposição do relator de retirar os trabalhadores rurais da proposta".
27/11/2017	BA: MAM ocupa sede do Inema e denuncia impactos causados pela Bamin	https://mamnacional.org.br/2017/11/27/ba-mam-ocupa-sede-do-inema-e-denuncia-impactos-causados-pela-bamin/	Autoria: MAM. Ocupação da sede do INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia por Camponeses e camponesas da região do Alto Sertão da Bahia par denunciar os impactos do "projeto Pedra de Ferro, que inclui a FIOL – Ferrovia de Integração Oeste-Leste"
28/11/2017	Governo Temer altera regras da mineração no país através de Medidas Provisórias	https://mamnacional.org.br/2017/11/	Autoria: Brasil de Fato
29/11/2017	Estrada de ferro Carajás: Processados pela Vale	https://mamnacional.org.br/2017/11/	Autoria: Agência Pública. Processos da mineradora Vale contra movimentos sociais, moradores de comunidades quilombolas, indígenas e agricultores, a fim de garantir a expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) - ferrovia de 972 km de extensão pela qual se faz o escoamento da produção do minério de ferro extraído da Serra do Carajás em Parauapebas (PA).

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
01/12/2017	Ocupação na sede do Inema é resultado de organização política de comunidades	https://mamnacional.org.br/2017/12/01/ocupacao-na-sede-do-inema-e-resultado-de-organizacao-politica-de-comunidades/	Autoria: MAM. Mobilização e organização popular que levou a "Ocupação realizada por camponesas e camponeses da região do Alto Sertão da Bahia, no dia 27 de novembro, na sede do INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, em Guanambi" e recomendações do Ministério Público do estado da Bahia a mineradora BAMIM autora do empreendimento projeto Pedra de Ferro e Ferrovia de Integração Oeste-Leste para o escoamento mineral.
05/12/2017	MG: Ato Político de enfrentamento à mineração acontece nesta sexta, 8/12	https://mamnacional.org.br/2017/12/05/mg-ato-politico-de-enfrentamento-a-mineracao-acontece-nesta-sexta-812/	Autoria: MAM. Realização de ato político cultural na Praça Nossa Senhora de Fátima em Rosário de Limeira (MG) pela Comissão de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro "[...] tem como objetivo valorizar a cultura popular e dialogar com a sociedade sobre o avanço da mineração na Serra do Brigadeiro, em especial, no município de Rosário da Limeira"
06/12/2017	Nota em solidariedade à Greve de Fome de militantes do MPA	https://mamnacional.org.br/2017/12/06/nota-em-solidariedade-a-greve-de-fome-de-militantes-do-mpa/	Autoria: MAM. Nota de solidariedade e apoio do MAM aos militantes do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores que entraram em greve de fome como forma de contestação à reforma da previdência.
22/12/2017	Vídeo destaca a contradição entre o território camponês e a indústria mineral	https://mamnacional.org.br/2017/12/22/video-destaca-a-contradicao-entre-o-territorio-campones-e-a-industria-mineral/	Autoria: MAM. Divulgação do lançamento do vídeo-documentário Sertão do Inhambus: mineração e destruição, que mostra a realidade das comunidades Badarro e Besouro em Quiterianópolis, interior do Ceará alvos da exploração empreendida pela empresa Globest Participações Ltda.
29/12/2017	29 de dezembro: 30 anos do Massacre dos Garimpeiros e Garimpeiras de Serra Pelada na Ponte de Marabá	https://mamnacional.org.br/2017/12/29/29-de-dezembro-30-anos-do-massacre-dos-garimpeiros-e-garimpeiras-de-serra-pelada-na-ponte-de-maraba/	Autoria: MAM. Manifesto do MAM acerca dos 30 anos do "massacre dos garimpeiros na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, em Marabá, sudeste do estado do Pará, em 29 de dezembro de 1987", conhecido como "o massacre de Serra Pelada" e relembra o "Massacre da Curva do S, em Eldorado dos Carajás, em 1996, e o "[...] o Massacre de Pau D'Arco, em 24 de maio de 2017".

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
25/01/2018	Em defesa da democracia, pela vida do povo: lutar não é crime!	https://mamnacional.org.br/2018/01/25/em-defesa-da-democracia-pela-vida-do-povo-lutar-nao-e-crime/	Autoria: MAM. Posicionamento e manifestação de repúdio do MAM quanto à sentença do Supremo Tribunal Federal da 4ª região (TRF 4), proferida contra o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 24/01; quanto à "à prisão truculenta de 28 jovens do Levante Popular da Juventude, MST, MPA, MAB e Mídia Ninja, no estado do Rio Grande do Sul"; e, assassinato do militante do Movimento do Sem Terra (MST) - Marcio Matos
23/02/2018	Laudo confirma vazamento e contaminação de rejeitos de mineradora no Pará	https://mamnacional.org.br/2018/02/	Autoria: Brasil de Fato. Confirmação, segundo o Instituto Evandro Chagas (IEC), de novo vazamento das "bacias de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, nordeste do Pará" após a região ser afetada por grande volume de chuva.
24/02/2018	Barcarena e Fundão: a necessidade urgente de regulação das mineradoras	https://mamnacional.org.br/2018/02/24/barcarena-e-fundao-a-necessidade-urgente-de-regulacao-das-mineradoras/	Autoria: MAM. A Medida Provisória 790, uma das medidas que altera o Código da Mineração e sua relação com a atuação das mineradoras, usando a título de exemplo a mineradora Hydro Alunorte em Barcarena no Pará.
25/02/2018	"Projetos de mineração provocarão colapso social e ambiental na metade sul do RS"	https://mamnacional.org.br/2018/02/	Autoria: Sul21
01/03/2018	Desastre ambiental no Pará pode ser nova Mariana, alerta dirigente do MAM	https://mamnacional.org.br/2018/03/pa/ge/3/	Autoria: Tumateia. Relato de Charles Trocate, sobre atuação da empresa Hydro Alunorte no município de Barcarena.
02/03/2018	Barcarena: "Houve um vazamento, os laudos comprovam e alguma coisa não foi feita para evitar isso", destaca Sandra Amorim	https://mamnacional.org.br/2018/03/02/1551/	Autoria: MAM. Relato da militante do MAM -Pará e moradora de comunidade quilombola na cidade de Barcarena (PA) acerca do vazamento de rejeitos causados pela empresa norueguesa Hydro Alunorte.
07/03/2018	Soberania popular na mineração será tema do intercâmbio regional de juventudes	https://mamnacional.org.br/2018/03/pa/ge/3/	Autoria: Caritas Regional Ceará. Realização do Intercâmbio Regional de Juventudes, que ocorrerá na comunidade de Morrinhos, no município de Santa Quitéria, no Ceará, com objetivo de "refletir sobre as redes de resistência e a soberania popular na luta contra a indústria da mineração". Evento organizado pela " Rede Estadual de Jovens, Caritas Diocesana de Sobral e Caritas Regional Ceará, com parceria do Movimento pela Soberania Popular na Mineração/Ceará (MAM)".
13/03/2018	Maior mineroduto do mundo rompe e causa estragos em Minas Gerais	https://mamnacional.org.br/2018/03/13/maior-mineroduto-do-mundo-rompe-e-causa-estragos-em-minas-gerais/	Autoria: MAM. Manifesto do MAM quanto Rompimento do mineroduto pertencente ao projeto Minas-Rio da empresa Anglo American que ocorreu no município de Santo Antônio do Gama (MG).

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
15/03/2018	Marielle presente!!!	https://mamnacional.org.br/2018/03/15/marielle-presente/	Autoria: MAM. Manifesto de solidariedade do MAM quanto ao ocorrido com Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro e demais liderança de lutas populares que são ameaçados e mortos no país.
15/03/2018	“Só é possível qualquer forma de regulação social na mineração com a mobilização permanente”, afirma militante do MAM do Pará.	https://mamnacional.org.br/2018/03/15/so-e-possivel-qualquer-forma-de-regulacao-social-na-mineracao-com-a-mobilizacao-permanente-da-sociedade-afirma-militante-do-mam-do-para/	Autoria: MAM. Entrevista com Jorge Neri - Militante do MAM-Pará acerca da problemática mineral vivenciada na região de Carajás.
20/03/2018	Não queremos desculpas, queremos outro modelo mineral no Brasil!	https://mamnacional.org.br/2018/03/20/nao-queremos-desculpas-queremos-outro-modelo-mineral-no-brasil/	Autoria: MAM. Posicionamento do MAM quanto ao pedido de desculpas das mineradoras transnacionais Hydro Alunorte e Anglo American pelos acidentes ocorridos em Barcarena (PA) e no município de Santo Antônio do Gama (MG).
23/03/2018	Movimentos Populares ocupam trilhos de mineradoras transnacionais em Catalão (GO)	https://mamnacional.org.br/2018/03/23/movimentos-populares-ocupam-trilhos-de-mineradoras-transnacionais-em-catalao-go-cerca-de-300-militantes-protestam-contr-a-falta-de-agua-poluicao-do-ar-e-doencas-causadas-pelas-empresas-movimento/	Autoria: MAM. Ocupação dos trilhos da ferrovia que passa pela cidade de Catalão em Goiás, organizada pelo MAM, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento Camponês Popular (MCP), como forma de contestar a atuação das mineradoras Chinesa (CMOC) e da estadunidense (Mosaic Fertilizantes).
26/03/2018	Intercambio de juventudes vivenciam os desafios da Soberania popular na Mineração no Ceará	https://mamnacional.org.br/2018/03/26/intercambio-de-juventudes-vivenciam-os-desafios-da-soberania-popular-na-mineracao-no-ceara/	Autoria: MAM. Intercâmbio organizado pela comunidade de Morrinhos - do Assentamento Morrinhos no município de Santa Quitéria no Ceará - em parceria com MAM, a fim de "conseguir fortalecer as resistências locais através de um movimento de solidariedade que conecte jovens por todo o Ceará" contra os empreendimentos de mineração de urânio na região.
26/03/2018	MANIFESTO DOS MORADORES DE BARCARENA – PARÁ – BRASIL	https://mamnacional.org.br/2018/03/	Autoria: Comunidade Sítio São João Instituto João José Geraldo – IJG e MAM: Manifesto dos moradores do município de Barcarena em relação à bacia de rejeitos da mineradora Hydro Alunorte e também quanto ao Parque Industrial da cidade.
28/03/2018	Por uma Barcarena livre, com justiça social e “bom para viver”	https://mamnacional.org.br/2018/03/	Autoria: Movimento Barcarena Livre. Sobre o contexto de criação e objetivos do movimento Barcarena Livre.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
29/03/2018	Pará: Novo relatório atesta contaminação de rios e igarapés pela Hydro Alunorte	https://mamnacional.org.br/2018/03/	Autoria: Brasil de Fato. Contaminação por metais tóxicos das águas dos rios e igarapés que passam pelo município de Barcarena, no estado do Pará, devido à vazamento de uma das bacias da empresa Hydro Alunorte, de acordo com relatório técnico apresentado pelo Instituto Evandro Chagas (IEC).
02/04/2018	“O modelo de mineração se sustenta na violência e na negação da democracia para garantir o saque”, alerta dirigente do MAM na Bahia	https://mamnacional.org.br/2018/04/02/1651/	Autoria: MAM. Entrevista com Benício Eduardo Carvalho militante do MAM -BA sobre a mineração no país e no estado da Bahia.
09/04/2018	[VÍDEO] É possível a contaminação do território de Belém pelo transbordamento da bacia de rejeitos da Hydro em Barcarena?	https://mamnacional.org.br/2018/04/09/e-possivel-a-contaminacao-do-territorio-de-belem-pelo-transbordamento-da-bacia-de-rejeitos-da-hydro-em-barcarena/	Autoria: MAM.
10/04/2018	Mineração: empresas e órgãos ambientais não vão à audiência pública debater com comunidades atingidas	https://mamnacional.org.br/2018/04/	Autoria: Sul21. Audiência na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a fim de debater projetos de mineração em curso no Estado, da qual empresas mineradoras e órgãos licenciadores se absteve de participar.
11/04/2018	Audiência Pública: Mineração em Rosário da Limeira e Região	https://mamnacional.org.br/2018/04/11/audiencia-publica-mineracao-em-rosario-da-limeira-e-regiao/	Autoria: MAM. Divulgação da convocação da Câmara Municipal de Rosário da Limeira (MG) a fim de discutir o projeto de expansão de exploração de bauxita, da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao grupo Votoratim.
13/04/2018	Mineração é rejeitada durante audiência pública em Rosário da Limeira	https://mamnacional.org.br/2018/04/13/mineracao-e-rejeitada-durante-audiencia-publica-em-rosario-da-limeira/	Autoria: MAM. Repúdio manifestado pelos integrantes de audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Rosário da Limeira, a fim de discutir a ampliação da exploração de bauxita na região.
26/04/2018	VITÓRIA! Decisão judicial faz Serra da Pedra Branca em MG respirar aliviada	https://mamnacional.org.br/2018/04/	Autoria: Aliança em prol da APA da Pedra Branca. Proposta de alteração de lei que visa flexibilização de licenciamento ambiental é vedada judicialmente.
27/04/2018	Juventude do MAM de MG se organiza para o I Encontro Nacional	https://mamnacional.org.br/2018/04/27/juventude-do-mam-de-mg-se-organiza-para-o-i-encontro-nacional-do-mam/	Autoria: MAM. Encontro organizado pelo MAM com apoio do Levante Popular da Juventude em Paulo Cândido (MG), que "resistência regional organizada contra a implantação do mineroduto da multinacional Ferrous Resources".
01/05/2018	Vídeo – Descartáveis	https://mamnacional.org.br/2018/05/01/descartaveis/	Autoria: MAM. Anúncio do documentário "Descartáveis" que trata sobre a realidade do trabalhadores e trabalhadoras do projeto Carajás da mineradora Vale.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
08/05/2018	Vereadores repudiam mineração no território do município	https://mamnacional.org.br/2018/05/08/vereadores-repudiam-mineracao-no-territorio-do-municipio/	Autoria: MAM. Moção de repúdio, aprovada Câmara Municipal de Rosário da Limeira, a expansão de mineração de bauxita na região.
10/05/2018	Mulheres da Bahia rumo ao Encontro Nacional do MAM	https://mamnacional.org.br/2018/05/10/mulheres-da-bahia-rumo-ao-encontro-nacional-do-mam/	Autoria: MAM. Realização do I Encontro Estadual de Mulheres do MAM da Bahia, na cidade de Caetitê, com objetivo de debater a "importância da atuação conjunta para o fortalecimento do feminismo popular e camponês frente à problemática do modelo atual de mineração.
15/05/2018	“As lutas territoriais devem estar casadas com as lutas por um projeto político mineral nacional”, afirma Magno Costa	https://mamnacional.org.br/2018/05/15/as-lutas-territoriais-devem-estar-casadas-com-as-lutas-por-um-projeto-politico-mineral-nacional-afirma-magno-costa-dirigente-do-mam-na-bahia/	Autoria: MAM. Entrevista com Magno Costa, dirigente do MAM -Bahia, sobre o modus operandi das empresas mineradoras, a estruturas de escoamento de produção e estratégias de enfrentamento e superação do modelo mineral do país.
18/05/2018	“Temos que desmascarar esse grande poder que as mineradoras possuem e nos organizar”, afirma presidenta da CUT de MG	https://mamnacional.org.br/2018/05/18/temos-que-desmascarar-esse-grande-poder-que-as-mineradoras-possuem-e-nos-organizar-afirma-presidenta-da-cut-de-mg/	Autoria: MAM. Entrevista concedida pela, até então, presidenta da Central Única dos Trabalhadores em Minas Gerais - Beatriz Cerqueira- durante o I Encontro Nacional do MAM.
18/05/2018	Mais de 1500 pessoas são esperadas em Parauapebas-PA	https://mamnacional.org.br/2018/05/18/mais-de-1500-pessoas-sao-esperadas-em-parauapebas-pa/	Autoria: MAM. Divulgação do Encontro Nacional do MAM, que ocorrerá no Centro Comunitário São Sebastião, em Parauapebas – PA e que contará com a presença de mais de 1.500 pessoas representantes de cerca de 70 cidades mineradas e 15 estados, além de delegação africana, peruana, colombiana, boliviana, holandesa, dentre outros países.
19/05/2018	Projeto Grande Carajás desestrutura comunidades e territórios indígenas	https://mamnacional.org.br/2018/05/	Autoria: Brasil de Fato. Impactos do Projeto Grande Carajás, que inclui a construção da Estrada de Ferro de Carajás e da ampliação desses dois empreendimentos por meio do Projeto S11D.
23/05/2018	Carta de Carajás – Por Soberania Popular na Mineração	https://mamnacional.org.br/2018/05/23/carta-de-carajas-por-soberania-popular-na-mineracao/	Autoria: MAM. I Encontro Nacional do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, realizado na cidade de Parauapebas no Pará, nos dias 18 a 21 de maio de 2018, em que o MAM reafirma seus compromissos por meio de carta.
29/05/2018	Comitê lança site sobre mineração	https://mamnacional.org.br/2018/05/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Divulgação do site do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração (www.emdefesadosterritorios.org) em comemoração aos seus 5 anos de existência

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
29/05/2018	Relatório da CPT sobre Conflitos no Campo Brasil 2017 será lançado no dia 4 de junho	https://mamnacional.org.br/2018/05/	Autoria: CPT. Divulgação do lançamento da 33ª edição da publicação anual Comissão Pastoral da Terra (CPT) -Conflitos no Campo Brasil 2017
30/05/2018	A mineração e a consciência de um povo	https://mamnacional.org.br/2018/05/30/a-mineracao-e-a-consciencia-de-um-povo/	Autoria: MAM. A origem do MAM, suas bandeiras, sua forma de atuação, público alvo e desafios, a realização do I Encontro Nacional do Movimento e suas resoluções.
15/06/2018	Entregou o ouro Temer?	https://mamnacional.org.br/2018/06/15/entregou-o-ouro-temer/	Autoria: MAM. Sancionamento, pelo presidente interino Michel Temer, do Decreto 9.406/2018, que substitui o Código da Mineração de 1967.
05/07/2018	Mineradora Anglo American é condenada em R\$ 2 milhões por dano moral coletivo	https://mamnacional.org.br/2018/07/	Autoria: IG Economia. Após duas forças tarefas organizadas pelo Ministério Público do Trabalho Polícia Federal Anglo American é condenada a pagar indenização por violação de direitos trabalhistas, bem como demais direitos fundamentais.
27/07/2018	Mineração em Caetité-Bahia: contradições de uma tragédia anunciada	https://mamnacional.org.br/2018/07/27/mineracao-em-caetite-bahia-contradicoes-de-uma-tragedia-anunciada/	Autoria: MAM. Impactos do Projeto de Mineração Pedra de Ferro pertencente à mineradora Bahia Mineração S.A., oriundos do alto consumo de água demanda pelo projeto e da instalação de uma barragem de rejeitos.
06/08/2018	O projeto de Barragem de Rejeito da Bamin e o da Samarco tem muitas semelhanças	https://mamnacional.org.br/2018/08/06/o-projeto-de-barragem-de-rejeito-da-bamin-e-o-da-samarco-tem-muitas-semelhanças/	Autoria: MAM. Comparativo entre o rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão em Minas Gerais e o projeto o projeto de Barragem de Rejeito da Bamin - Bahia Mineração, nos municípios baianos de Caetité e Pindaí.
07/08/2018	Encontro reúne comunidades atingidas pela mineração na América Latina	https://mamnacional.org.br/2018/08/	Autoria: Fala Chico. "Encontro com Comunidades Atingidas pela Mineração na América Latina, promovido pela CNBB, pelo Conselho Episcopal da América Latina (CELAM), pela rede Igrejas e Mineração e pela aliança internacional de agências católicas de desenvolvimento CIDSE"
21/08/2018	“No semiárido cearense a mineração de urânio e fosfato consumirá o equivalente a 125 carros-pipa por hora,” Alerta dirigente do MAM no Ceará	https://mamnacional.org.br/2018/08/21/a-mineracao-de-uranio-e-fosfato-consumira-o-equivalente-a-125-carros-pipa-por-hora-enquanto-as-comunidades-entorno-da-mina-sobrevivem-com-o-equivalente-a-14-carros-pipa-por-mes-ale/	Autoria: MAM. Entrevista com Erivan Camelo da coordenação nacional do MAM no estado do Ceará sobre "projeto minerador de urânio, dominado por um consórcio firmado entre a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a Galvani Indústria (controlada pela mineradora norueguesa Yara)"
26/08/2018	Manifesto da greve de fome por justiça no STF à militância e ao povo brasileiro	https://mamnacional.org.br/2018/08/26/manifesto-da-greve-de-fome-por-justica-no-stf-a-militancia-popular-e-ao-povo-brasileiro/	Autoria: MAM. Manifesto de diversos militantes sob a forma de Greve de Fome, por Justiça no STF no contexto da prisão do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
30/08/2018	Especial Exploração Mineral – Dor e Miséria na África do Sul	https://mamnacional.org.br/2018/08/	Autoria: Brasil de Fato em parceria com o MAM; Riqueza advinda da exploração na África do Sul versus o subdesenvolvimento do país.
10/09/2018	Estudo inédito aponta que desenvolvimento social em Canaã dos Carajás não acompanha receita dos royalties da mineração	https://mamnacional.org.br/2018/09/10/estudo-inedito-aponta-que-desenvolvimento-social-em-canaa-dos-carajas-nao-acompanha-receita-dos-royalties-da-mineracao/	Autoria: MAM. Divulgação da pesquisa "promovida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) sob consultoria da professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Maria Amélia Enríquez" sobre o desenvolvimento na cidade de Canaã dos Carajás, no Pará. Achados da pesquisa apontam para um paradoxo muito grande Por um lado, um crescimento muito expressivo das variáveis econômicas: renda per capita, PIB, receita, mas que não são acompanhadas pelas variáveis de desenvolvimento”
18/09/2018	Carta da Assembleia Popular da Mineração em Caetité, Bahia	https://mamnacional.org.br/2018/09/18/carta-da-assembleia-popular-da-mineracao-em-caetite-bahia/	Autoria: MAM. Carta de comunidades de municípios baianos de Caetité, Pindaí e Nossa Senhora do Livramento na ocasião da realização Assembleia Popular da Mineração representa a luta dessas comunidades contra "golpismo, que é representado na burguesia brasileira (inclusive setores do capital mineral, agro/hidro/negócio) associada ao capital internacional"
27/09/2018	Mineradora pressiona por abertura de mina no município do Serro (MG)	https://mamnacional.org.br/2018/09/27/mineradora-pressiona-por-abertura-de-mina-no-municipio-do-serro-mg/	Autoria: MAM. Herculano Mineração pressiona por alteração no Plano Diretor do município do Serro a fim de "viabilizar a abertura de uma mina de minério de ferro"
01/10/2018	ARTIGO 10 QUESTÕES PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DA MINERAÇÃO NA BAHIA	https://mamnacional.org.br/2018/10/01/artigo-10-questoes-para-uma-analise-critica-da-mineracao-na-bahia/	Autoria: MAM. Questões para análise crítica sobre a exploração mineral.
02/10/2018	Fundação renova contrata universidade do RS para produzir dados sigilosos sobre toxicidade causadas no Rio Doce	https://mamnacional.org.br/2018/10/pa/ge/2/	Autoria: MAM. Atuação da Fundação Renova no que diz respeito ao programa "projeto de pesquisa denominado Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental”, fruto de contrato celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande (FAURG), Fundação Espírito Santense de Tecnologia e a Fundação Renova, em que há a condição de sigilo acerca dos dados e informações produzidas.
09/10/2018	Famílias estão apavoradas com aumento de barragem em Conceição do Mato Dentro (MG)	https://mamnacional.org.br/2018/10/09/familias-estao-apavoradas-com-aumento-de-barragem-em-conceicao-do-mato-dentro-mg/	Autoria: MAM. Riscos de rompimento da barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio da mineradora Anglo American apavoram famílias em Conceição do Mato Dentro.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
11/10/2018	A NECESSIDADE DAS FORÇAS POPULARES DERROTAREM O FASCISMO NAS URNA	https://mamnacional.org.br/2018/10/11/a-necessidade-das-forcas-populares-derrotarem-o-fascismo-nas-urna/	Autoria: MAM. "Posicionamento do MAM sobre as eleições de 2018"
23/10/2018	Crime da Samarco das mineradoras Vale e BHP Billiton soma três anos em novembro, Charles Trocate, do MAM, avalia a quebra de braço entre atingidos e as empresas	https://mamnacional.org.br/2018/10/	Autoria: Blog Furo. Entrevista com Charles Trocate, da coordenação nacional do MAM, sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, pertencente às mineradoras SAMARCO, VALE/ S.A, e BHP BILLITON
26/10/2018	Especialistas e atingidos do setor mineral temem vitória de Bolsonaro nas eleições	https://mamnacional.org.br/2018/10/26/especialistas-e-atingidos-do-setor-mineral-temem-vitoria-de-bolsonaro-nas-eleicoes/	Autoria: MAM. Repercussões da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república no setor mineral.
30/10/2018	MENSAGEM À MILITÂNCIA DO MAM	https://mamnacional.org.br/2018/10/30/mensagem-a-militancia-do-mam/	Autoria: MAM. Carta de Orientação do MAM sobre “desfecho das eleições ocorridas no dia 28 de outubro”, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república.
06/11/2018	Rejeitos de mineradora canadense assola vida de comunidade no interior do Maranhão	https://mamnacional.org.br/2018/11/06/estas-violacoes-continuas-das-vidas-das-populacoes-e-do-meio-ambiente-sao-o-sintoma-da-estrutura-falha-de-fiscalizacao-e-monitoramento-da-mineracao-no-brasil-alerta-pesquisador/	Autoria: MAM. Entrevista concedida por Tádzio Coelho ao MAM sobre desmoronamento de pilhas de estéril ocorrido próximo à comunidade de Arizona, no município de Godofredo Viana, no estado do Maranhão, oriundas da Mineração Aurizona, empreendimento da mineradora <i>Equinox Gold</i>
09/11/2018	O Ouro e o Estéril na Zona do Ouro Maranhense	https://mamnacional.org.br/2018/11/09/o-ouro-e-o-esteril-na-zona-do-ouro-maranhense/	Autoria: MAM. Divulgação dos resultados de pesquisa realizada por Tádzio Coelho pesquisador do Centro Ignácio Rangel de Estudos do Desenvolvimento acerca da mineração de ouro em Arizona, comunidade maranhense do município de Godofredo Viana.
15/01/2019	Prefeitura pode autorizar mineração no Serro nesta quarta (16)	https://mamnacional.org.br/2019/01/	Autoria: Brasil de Fato Processo de licenciamento ambiental em curso para projeto de exploração de Minério de Ferro na região do Serro, em Minas Gerais, de autoria da mineradora Herculano.
26/01/2019	Rompimento de barragem de rejeitos da Vale mata gente e destrói Rio Paraopeba	https://mamnacional.org.br/2019/01/26/rompimento-de-barragem-de-rejeitos-da-vale-mata-gente-e-destroi-rio-paraopeba/	Autoria: MAM. Rompimento da barragem de rejeitos minerários em Brumadinho (MG), inserida no Complexo Minerário Paraopeba pertencente à Vale
08/02/2019	“Sofremos um processo de exploração minerária de subserviência absoluta”, diz dirigente do MAM	https://mamnacional.org.br/2019/02/pa/ge/2/	Autoria: MST. Entrevista concedida por integrante ao site do MST integrante da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Karina Martins sobre o modelo de mineração no país e as propostas de enfretamento do MAM.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
11/02/2019	“A Vale só se importa em explorar e aumentar cada vez mais sua taxa de lucros. A qualquer preço”, diz deputada Beatriz Cerqueira	https://mamnacional.org.br/2019/02/11/a-vale-so-se-importa-em-explorar-e-aumentar-cada-vez-mais-sua-taxa-de-lucros-a-qualquer-preco-diz-beatriz-cerqueira/	Autoria: MAM. Entrevista concedida ao MAM pela deputada dos Partidos dos Trabalhadores - Beatriz Cerqueira - sobre o rompimento da barragem em Brumadinho, a necessidade de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e a atuação da empresa no "pós-crime".
13/02/2019	Comunidades abaixo da barragem da Anglo avançam na luta pelo reassentamento coletivo em MG!!!	https://mamnacional.org.br/2019/02/13/comunidades-abaixo-da-barragem-da-anglo-avancam-na-luta-pelo-reassentamento-coletivo-em-mg/	Autoria: MAM. Reunião realizada entre o Ministério Público de Minas Gerais (MMPG) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) na comunidade de São José do Jassém, no município de Alvorada de Minas, a fim de debater o reconhecimento da necessidade de reassentamento da comunidade, que se encontram na área de risco de rompimento da barragem do projeto Minas-Rio.
13/02/2019	BRUMADINHO, O MODELO MINERAL MATA	https://mamnacional.org.br/2019/02/13/brumadinho-o-modelo-mineral-mata/	Autoria: MAM. Problemas estruturais e históricos relativos ao rompimento da barragem de rejeitos de minérios em Brumadinho, bem como referentes ao modelo de exploração mineral.
13/02/2019	Minas Gerais perdeu em média R\$ 1 bilhão por ano em isenção de impostos da mineração	https://mamnacional.org.br/2019/02/pa/ge/2/	Autoria: Brasil de Fato Estratégias e manobras das empresas mineradoras a fim de "brechas e alterações na lei para reduzir a carga tributária que iria para os estados".
18/02/2019	Fim do ciclo da Vale em Minas é inevitável	https://mamnacional.org.br/2019/02/	Autoria: Brasil de Fato. Aponta as causas pelas quais a mineração chegará no fim em Minas Gerais, os impactos dessa situação em regiões minero-dependentes e as alternativas superação dessa situação.
19/02/2019	Olha o Canto de Iara – em mais um mar de lama	https://mamnacional.org.br/2019/02/19/olha-o-canto-de-iara-em-mais-um-mar-de-lama/	Autoria: MAM. Por Jarbas da Silva, da Coordenação Nacional do MAM. Repetição das Propostas e promessas feitas pela empresa Vale - fazendo analogia como se fosse um "Canto da Sereia" - após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG)
21/02/2019	Vale prioriza sua renda para acionistas e diretores e deixa processo produtivo na berlinda	https://mamnacional.org.br/2019/02/21/vale-prioriza-sua-renda-para-acionistas-e-diretores-e-deixa-processo-produtivo-na-berlinda/	Autoria: MAM. Priorização da mineradora VALE S.A coma distribuição de dividendos para seus acionistas em detrimento de investimentos no processo produtivo no que diz respeito à barragens de rejeitos e saúde e segurança do trabalhador.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
27/02/2019	Quiterianópolis é o novo “Brumadinho” no Ceará	https://mamnacional.org.br/2019/02/27/quiterianopolis-e-o-novo-brumadinho-no-ceara/	Autoria: MAM. Contaminação de rio (rio Poty) que perpassa as comunidades de Besouro e Bandarro em Quiterianópolis no estado do Ceará, provenientes de erosão das pilhas estereis resultantes da exploração de minério de ferro empreendido pela empresa Globest Participações Ltda.
28/02/2019	Nota Solidariedade à deputada Beatriz Cerqueira	https://mamnacional.org.br/2019/02/28/nota-solidariedade-a-deputada-beatriz-cerqueira/	Autoria: MAM. Nota de solidariedade das Mulheres do MAM a Dep. Estadual Beatriz Cerqueira, em função do ocorrido com a deputada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais
19/03/2019	Kalunga: mais de 130 requerimentos variados de estudos e análises de áreas para mineração tramitam em Agência Nacional	https://mamnacional.org.br/2019/03/19/kalunga-mais-de-130-requerimentos-variados-de-estudos-e-analises-de-areas-para-mineracao-tramitam-em-agencia-nacional/	Autoria: MAM. Ameaça de exploração mineral na " comunidade que faz parte do maior território de remanescentes quilombolas do país, os Kalunga" localizada próximo ao município de Cavalcante (GO) e participação do MAM em atividade formativa realizada na comunidade a fim de promover uma reflexão crítica acerca da mineração.
21/03/2019	Grupo de teatro VSLT (GO) realiza vakinha virtual para participar de Mostra	https://mamnacional.org.br/2019/03/21/grupo-de-teatro-vslt-go-realiza-vakinha-virtual-para-participar-de-mostra/	Autoria: MAM. Divulgação da campanha para arrecadação de recursos do "coletivo Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT), grupo de teatro formado por jovens estudantes do Território Kalunga e comunidades rurais do município de Cavalcante e Teresina de Goiás (GO)"
22/03/2019	Comunidades baianas denunciam danos causados por construção de ferrovia	https://mamnacional.org.br/2019/03/22/comunidades-baianas-denunciam-danos-causados-por-construcao-de-ferrovia/	Autoria: MAM6. Mobilização das comunidades de Cural Velho, Rio Grande e Invernada localizadas entre os municípios de Caetitê e Guanambi, na Bahia, para denunciar os danos da construção da ferrovia de integração Oeste-Leste
01/04/2019	VITÓRIA DO POVO SERRANO: Ministério Público recomenda ao município do Serro a não instalação da mineração!	https://mamnacional.org.br/2019/04/	Autoria: MP. Recomendação expedida pelo Ministério Público de Minas Gerais à Prefeitura do Serro sobre a não autorização para o projeto de exploração mineral da empresa Herculano.
07/04/2019	A LUTA É PELO DIREITO DE VIVER EM PAZ	https://mamnacional.org.br/2019/04/07/a-luta-e-pelo-direito-de-viver-em-paz/	Autoria: MAM. Rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão e a situação de territórios minerados
02/06/2019	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE PARA A MINERAÇÃO NO SERRO É ANULADA	https://mamnacional.org.br/2019/06/02/declaracao-de-conformidade-para-a-mineracao-no-serro-e-anulada/	Autoria: MAM. Presidência do CODEMA (Conselho de Meio Ambiente) determina anulação de Declaração de Conformidade concedida a empresa Herculano quanto às atividades de exploração mineral na região do Serro.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
28/06/2019	A VALE PROVOCA MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E INSUFLA A POPULAÇÃO CONTRA OS ÍNDIOS EM OURILÂNDIA DO NORTE, NO SUL DO PARÁ	https://mamnacional.org.br/2019/06/28/a-vale-provoca-minerio-dependencia-e-insufla-a-populacao-contr-a-indios-em-ourilandia-do-norte-no-sul-do-para/	Autoria: MAM. Explicita a dependência econômica e social dos territórios minerados, a partir do caso do município de Ourilândia do Norte, composto majoritariamente por terras indígenas, localizado no sul do estado do Pará e lugar de atuação da mineradora VALE, por meio do complexo de mineração Onça Puma
28/06/2019	Os embates da Igreja católica e a mineração	https://mamnacional.org.br/2019/06/28/os-embates-da-igreja-catolica-e-a-mineracao/	Autoria: MAM. Entrevista concedida ao MAM pelo Padre, Eduardo de Oliveira, Pároco da Paróquia São José, na cidade de São José do Norte, no estado do rio Grande do Sul, sobre os conflitos dos projetos de mineração no estado.
19/08/2019	A mineração vem aí... E agora?: um guia prático em defesa dos territórios	https://mamnacional.org.br/2019/08/	Autoria: POEMAS. Divulgação do Guia explicativo elaborado pela FASE – Solidariedade e Educação, o POEMAS – Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – o MAM, que debate o modelo mineral brasileiro e suas impactos nos territórios de forma didática, pensando também no público juvenil.
20/08/2019	Decisão judicial obriga CODEMA a não conceder declaração de conformidade para a mineradora Herculano	https://mamnacional.org.br/2019/08/27/decisao-judicial-impede-mineracao-no-serro-mg/	Autoria: MAM. Ministério Público do estado de Minas Gerais move Ação Civil Pública contra a mineradora Herculano e o poder público municipal do Serro, devido as inúmeras irregularidades cometidas no processo de concessão de licenças para empresa e determina suspensão do processo de licenciamento ambiental da mineradora.
23/08/2019	Queimar a Amazônia é crime contra a humanidade – NOTA VIA CAMPESINA	https://mamnacional.org.br/2019/08/	Autoria: MST. Nota da via Campesina e demais movimentos sociais, dentre os quais o MAM, sobre o desmatamento, queimadas na Amazônia e os ataques contra povos nativos.
27/08/2019	Comunidades conseguem liminar para paralisar mineração em Teixeira (MG)	https://mamnacional.org.br/2019/08/	Autoria: Brasil de Fato. Ação Civil Pública movida pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração de Magnetita, representando a Zona da Mata mineira e mais oito municípios na região, consegue suspensão das atividades da mineradora Zona da Mata Mineração.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
27/08/2019	Decisão judicial impede mineração no Serro (MG)	https://mamnacional.org.br/2019/08/	Autoria: Brasil de Fato.
03/09/2019	25º Grito dos Excluídos ocorrerá na Vila Santo Operário em Canoas	https://mamnacional.org.br/2019/09/	Autoria: CUT. 25ª edição do Grito dos Excluídos, manifestação organizada por pastorais sociais católicas, de outras tradições religiosas, de centrais sindicais e movimentos populares com o tema "Vida em Primeiro Lugar" e o lema "Este sistema não vale: lutamos por justiça, direitos e liberdade"
20/09/2019	A Rede Globo Mente: Reportagem do Jornal Nacional mente sobre os projetos de mineração na Amazônia	https://mamnacional.org.br/2019/09/20/a-rede-globo-mente-reportagem-do-jornal-nacional-da-tv-globo-mente-sobre-os-projetos-de-mineracao-na-amazonia/	Autoria: MAM. Reportagem veiculada na Rede Globo de Televisão sobre "possível" sustentabilidade de projetos de mineração no estado do Pará apresentando o projeto Grande Carajás da mineradora Vale, dentre outros projetos.
02/10/2019	ENCONTRO DA JUVENTUDE REÚNE JOVENS EM CONFLITO COM A MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2019/10/02/encontro-da-juventude-reune-jovens-em-conflito-com-a-mineracao/	Autoria: MAM. Realização do I Encontro da Juventude, na comunidade do Botafogo - região de Serro e Santo Antônio do Itambé, que teve por objetivo "a formação, integração e articulação de jovens das comunidades que estão em luta em defesa de seus territórios, um passo importante no processo de organização da luta popular na região"
02/10/2019	MINERAÇÃO DE CARVÃO AMEAÇA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	https://mamnacional.org.br/2019/10/02/mineracao-de-carvao-ameaca-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/	Autoria: MAM. "Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que debateu o Projeto Mina Guaíba da mineradora Copelai, que pretende implantar uma mina de carvão a céu aberto na região metropolitana de Porto Alegre (RS)"
08/10/2019	GRUPOS DE REFLEXÃO DA FORANIA DE VIÇOSA DIZEM NÃO À MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2019/10/08/grupos-de-reflexao-da-forania-de-vicosa-dizem-nao-a-mineracao/	Autoria: MAM. Realização do "II Planarão dos Grupos de Reflexão da forraria de Viçosa, regional da igreja católica que congrega 14 paróquias de 11 municípios". O evento contou com a participação de cerca de 700 pessoas que teve como objetivo "proposta discutir a bíblia junto da realidade social que estamos inseridos. Dentro dessa realidade está a ameaça da mineração"
09/10/2019	Indígenas de Brumadinho (MG) sofrem com falta de água	https://mamnacional.org.br/2019/10/	Autoria: Brasil de Fato. Falta de água vivenciada pela Aldeia Pataxó em Brumadinho (MG), após o rompimento da barragem de rejeitos I da mina do Córrego do Feijão.
15/10/2019	Prefeitura e CODEMA do Serro cometem ilegalidades para beneficiar mineradora	https://mamnacional.org.br/2019/10/15/prefeitura-do-serro-comete-ilegalidades-para-beneficiar-mineradora/	Autoria: MAM. Atuação irregular do CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), junto à Prefeitura do Serro, para conceder aprovação ao projeto de mineração da empresa Herculano.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
13/12/2019	2 anos de paralisação da mineração na Serra do Besouro em Quiterianópolis-CE	https://mamnacional.org.br/2019/12/13/2-anos-de-paralisacao-da-mineracao-na-serra-do-besouro-em-quiterianopolis-ce/	Autoria: MAM. Organização e mobilização popular das comunidades Quiterianópolis-CE culminou com a paralisação de exploração de minério de ferro na Serra do Besouro empreendido por um consórcio entre a empresa Globest Participações Ltda e empresas estrangeiras.
17/12/2019	Moradores de Catas Altas (MG) dizem não à projeto de reativação da mina Tamanduá	https://mamnacional.org.br/2019/12/17/moradores-de-catas-altas-mg-dizem-nao-a-projeto-de-reativacao-da-mina-tamandua/	Autoria: MAM. Realização de audiência pública no distrito do Morro D'água Quente, em Catas Altas, a fim de debater sobre os impactos do projeto de reativação das minas Tamanduá e das Almas.
19/12/2019	Comissão Especial sobre Mineração e a Ecologia Integral se reúne pela primeira vez na CNBB	https://mamnacional.org.br/2019/12/	Autoria: Site da CNBB. Primeira reunião da Comissão Especial sobre a Mineração e a Ecologia Integral, criada a partir de Grupo de Trabalho da Mineração da CNBB "[...] tem como missão e atribuição central"[...] ser presença por meio de assessoria às dioceses onde a questão da mineração é uma realidade e também ajudar a que as Igrejas locais possam incidir mais na realidade da mineração"
05/01/2020	Uma vida pra Vale S.A. vale menos que um anúncio de 30 segundos no Jornal Nacional	https://mamnacional.org.br/2020/01/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Gastos exorbitantes da operadora Vale com divulgação de suas ações de reparação à população após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho em contraposição ao gastos com indenizações à populações afetadas.
20/01/2020	NOTA DO COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2020/01/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Nota do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração sobre "sobre a lentidão da justiça em indiciar os responsáveis pela morte de 270 pessoas – 255 corpos foram resgatados e 11 ainda não localizadas – na tragédia criminosa da Vale, no dia 25 de janeiro de 2019"
24/01/2020	Crime da Vale em Brumadinho completa um ano com 272 mortes e 11 pessoas não localizadas	https://mamnacional.org.br/2020/01/24/crime-da-vale-em-brumadinho-completa-um-ano-com-272-mortes-e-11-pessoas-nao-localizadas/	Autoria: MAM. Impunidade da mineradora Vale perante ao rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão evidenciando a "correlação de forças do modelo mineral no Brasil".
03/03/2020	Em assembleia popular, comunidade planeja intensificar ações contra reativação da mina Tamanduá da Vale em Catas Altas (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/03/03/em-assembleia-popular-comunidade-planeja-intensificar-aco-es-contra-reativacao-da-mina-tamandua-da-vale-em-catas-altas-mg/	Autoria: MAM. Realização de assembleia popular no distrito do Morro da Água Quente para debater os impactos da mina Tamanduá na vida da população de Catas Altas

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
04/03/2020	Vale chantageia Catas Altas para obter licença da Mina Tamanduá	https://mamnacional.org.br/2020/03/04/vale-chantageia-catas-altas-para-obter-licenca-da-mina-tamandua/	Autoria: MAM. Mineradora Vale adota ações arbitrárias contra prefeitura de catas Altas e trabalhadores a fim de obter licença para expansão do projeto minerário e reativação de minas no município.
05/03/2020	REGIÃO DO CAPARAÓ, EM MINAS GERAIS, CRIA COMISSÃO REGIONAL DE ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2020/03/15/regiao-do-caparao-em-minas-gerais-cria-comissao-regional-de-enfrentamento-a-mineracao/	Autoria: MAM. Divulgação da primeira reunião regional da comissão que objetiva proteger contra a mineração a região do Caparaó na Zona da Mata de Minas Gerais.
05/03/2020	SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE TEIXEIRAS TENTA IMPEDIR QUE A POPULAÇÃO DEBATA A MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO	https://mamnacional.org.br/2020/03/05/secretario-de-assuntos-juridicos-de-teixeiras-tenta-impedir-que-a-populacao-debata-a-mineracao-no-municipio/	Autoria: MAM. Atuação do secretário de assuntos jurídicos da prefeitura de Teixeira - Eduardo Lopes Drumond - quanto à Assembleia Popular Regional sobre os Impactos da Mineração, a fim de impedir a realização desta.
07/03/2020	População de Catas Altas diz NÃO à reativação de minas da Vale	https://mamnacional.org.br/2020/03/07/populacao-de-catas-altas-diz-nao-a-reativacao-de-minas-da-vale/	Autoria: MAM. Em ocasião de realização de Audiência Pública no município de Catas Altas, população impede que a mineradora Vale retome as atividades nas minas de minas Tamanduá e Almas.
11/03/2020	EM TEIXEIRAS MAIS DE 500 TRABALHADORES, AGRICULTORES FAMILIARES E LIDERANÇAS LOTAM A II ASSEMBLEIA POPULAR REGIONAL SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2020/03/11/em-teixeiras-mais-de-500-trabalhadores-agricultores-familiares-e-liderancas-lotam-a-ii-assembleia-popular-regional-sobre-os-impactos-da-mineracao/	Autoria: MAM. Divulgação da realização da II Assembleia Popular Regional sobre os Impactos da Mineração, que teve por objetivo "debater com a população de Teixeira, Pedra do Anta e mais 10 municípios da região os impactos concretos e potenciais do projeto de mineração de magnetita da empresa Zona da Mata Mineração (ZMM)"
24/03/2020	Mineradoras atentam contra a vida dos trabalhadores e comunidades mantendo produção em plena pandemia do Novo Coronavírus	https://mamnacional.org.br/2020/03/24/mineradoras-atentam-contra-a-vida-dos-trabalhadores-e-comunidades-mantendo-producao-em-plena-pandemia-de-novo-coronavirus/	Autoria: MAM. Denúncia do MAM acerca de mineradoras que mantêm suas atividades desrespeitando as orientações para evitar propagação do novo Coronavírus e reivindicações do movimento sobre essa situação.
24/03/2020	O CAPITAL MINERAL E A LÓGICA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DAS EPIDEMIAS E PANDEMIAS	https://mamnacional.org.br/2020/03/24/o-capital-mineral-e-a-logica-de-reproducao-ampliada-das-epidemias-e-pandemias/	Autoria: MAM. A lógica de funcionamento capitalista e do capital mineral e sua repercussão em situações de epidemias e pandemias.
26/03/2020	No Rio Grande do Sul, a Mineração não para!	https://mamnacional.org.br/2020/03/26/no-rio-grande-do-sul-a-mineracao-nao-para/	Autoria: MAM. Atividades minerárias não são interrompidas em municípios do estado do Rio Grande do Sul, mesmo diante da pandemia do Coronavírus.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
27/03/2020	Nota de pesar do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM – CE)	https://mamnacional.org.br/2020/03/27/nota-de-pesar-do-movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao-mam-ce/	Autoria: MAM. Manifestação do MAM quanto à morte do camponês José Neto residente na comunidade Bandarro em Quiterianópolis (CE), região vizinha a Mineradora Globest Participações Ltda., responsável durante sete anos pela extração de minério de ferro na Serra do Besouro.
01/04/2020	MINERAÇÃO: PRIMEIRA VÍTIMA DO CORONAVÍRUS	https://mamnacional.org.br/2020/04/01/mineracao-primeira-vitima-do-coronavirus/	Autoria: MAM. Confirmação da primeira morte de trabalhador do setor mineral por contaminação do Coronavírus: "A vítima tinha 44 anos, não pertencia a grupo de risco e trabalhava na Fundação Renova".
01/04/2020	NOTA UNIFICADA: PARALISAR A MINERAÇÃO POR NOSSAS VIDAS!	https://mamnacional.org.br/2020/04/01/nota-unificada-paralisar-a-mineracao-por-nossas-vidas/	Autoria: MAM. Nota assinada por movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e entidades acadêmicas sobre a exigência de paralisação das atividades das mineradoras em todo o país.
03/04/2020	Coronavírus: MAM e entidades cobram medidas emergenciais de Zema (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/04/03/coronavirus-mam-e-entidades-cobram-medidas-emergenciais-de-zema-mg/	Autoria: MAM. Documento de autoria do MAM e mais 180 entidades intitulado "Plataforma Estadual de Emergência: Reivindicações ao governador Romeu Zema frente a pandemia do Coronavírus" acerca " medidas básicas do governo Romeu Zema (Novo) para as áreas de saúde, trabalho, redução dos custos de vida e educação".
06/04/2020	Ceará corre risco de aumentar pandemia através da atividade mineral	https://mamnacional.org.br/2020/04/06/ceara-corre-risco-de-aumentar-pandemia-atraves-da-atividade-mineral/	Autoria: MAM. Decisão do governo do Ceará em manter em funcionamento indústrias e empresas que atuam no Processamento de Exportação do Ceará (ZPE), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e no próprio Porto do Pecém, que tiveram suas atividades consideradas como serviços essenciais.
09/04/2020	Matando, minerando e lucrando: empresas não param durante pandemia de coronavírus	https://mamnacional.org.br/2020/04/09/matando-minerando-e-lucrando-empresas-nao-param-durante-pandemia-de-coronavirus/	Autoria: MAM. A Manutenção das atividades da mineradora Vale mesmo diante registro de contaminação e mortes de seus trabalhadores pelo novo Coronavírus.
13/04/2020	Brumado (BA) teme contaminação do Covid-19 através da mineração	https://mamnacional.org.br/2020/04/13/brumado-ba-teme-contaminacao-do-covid-19-atraves-da-mineracao/	Autoria: MAM. Manutenção das atividades do Polo minerador de Brumado, no estado da Bahia, de atuação das mineradoras RHI Magnesita, Xilolite S/A e Ibar Nordeste Ltda., no contexto da pandemia do novo Coronavírus.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
20/04/2020	Democratizar a CFEM pela defesa da vida	https://mamnacional.org.br/2020/04/20/democratizar-a-cfem-pela-defesa-da-vida/	Autoria: MAM. Questões relativas à Compensação Financeira pela Exploração Mineral(CFEM), especificamente no que diz respeito à suas alíquotas e destinação, em especial no contexto da pandemia do novo Coronavírus.
29/04/2020	O potencial destrutivo da mineração no Alto Sertão baiano	https://mamnacional.org.br/2020/04/29/o-potencial-destrutivo-da-mineracao-no-alto-sertao-baiano/	Autoria: MAM. Impactos do Projeto Pedra de Ferro no Alto Sertão Baiano, da mineradora BAMIM, especificamente, nos municípios de Caetité, Pindaí e Guanambi e a essencialidade da mineração no contexto da pandemia do novo Coronavírus.
30/04/2020	Bolsonaro decreta mineração como essencial e põe vidas em risco pelo coronavírus	https://mamnacional.org.br/2020/04/30/bolsonaro-decreta-mineracao-como-atividade-essencial-e-submete-trabalhadores-comunidades-e-municipios-minerados-ha-um-risco-maior-de-contagio-do-coronavirus/	Autoria: MAM. Presidente Bolsonaro sanciona alteração do decreto que relaciona as atividades essenciais durante a pandemia ampliando o rol de atividades e incluindo a mineração.
01/05/2020	MAM inicia entrega de alimentos na periferia de São José do Norte (RS) no Dia do Trabalhador	https://mamnacional.org.br/2020/05/01/mam-entrega-alimentos-na-periferia-de-sao-jose-do-norte-rs-no-dia-do-trabalhador/	Autoria: MAM. Entrega de alimentos na periferia de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, produzidos por agricultores e agricultoras do próprio município, que estão sofrendo ameaças por projeto de mineração de Titânio. A entrega é mais uma ação da campanha Periferia Viva.
04/05/2020	Vidas em risco: Mineração em tempos de pandemia em Curaçá (BA)	https://mamnacional.org.br/2020/05/04/vidas-em-risco-mineracao-em-tempos-de-pandemia-em-caraiba-ba/	Autoria: MAM. Casos de contaminação pelo COVID-19 no município de Curaçá no estado da Bahia têm relação com à manutenção das atividades minerárias no mineradora da Mineração Caraíba S/A (MCSA).
11/05/2020	Coronavírus: leia a carta manifesto “Ceará pela Vida” dos movimentos e organizações populares	https://mamnacional.org.br/2020/05/05/ceara-pela-vida-leia-a-carta-dos-movimentos-e-organizacoes-populares-contra-o-coronavirus/	Autoria: MAM. Carta manifesto, assinada por diversos movimentos e entidades sociais destinada ao governo do estado do Ceará com análises e proposições para o enfrentamento do novo Coronavírus.
26/05/2020	Denúncia: mineração não para e ameaça vida de comunidades em Caetité (BA)	https://mamnacional.org.br/2020/05/26/denuncia-mineracao-nao-para-e-ameaca-vida-de-comunidades-em-caetite-ba/	Autoria: MAM. Construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) estrutura para o escoamento de minério do sudoeste da Bahia e grãos do Oeste do Estado até o Porto Sul, em Ilhéus permanece em andamento mesmo diante da situação de pandemia do COVID 19.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
26/05/2020	COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO NA SERRA DO BRIGADEIRO ACIONA JUSTIÇA PARA OBTER AUDIÊNCIA PÚBLICA	https://mamnacional.org.br/2020/05/26/comissao-de-enfrentamento-a-mineracao-na-serra-do-brigadeiro-aciona-justica-para-obter-audiencia-publica/	Autoria: MAM. Solicitação de audiência pública pela Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro a fim tratar sobre o pedido de licenciamento ambiental da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) para ampliação de extração de bauxita para território localizado na divisa dos municípios de Rosário da Limeira e Muriaé, na comunidade chamada Santa Rosa
27/05/2020	Sudeste do Pará vê crescente de óbitos pela Covid-19 com mineração a todo vapor	https://mamnacional.org.br/2020/05/27/sudeste-do-para-ve-crescente-de-obitos-pela-covid-19-com-mineracao-a-todo-vapor/	Autoria: MAM. Denúncia do MAM sobre o aumento do número de contaminações e mortes do sudeste do Pará pelo novo Coronavírus, especificamente nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá - os municípios mais minerados do país.
29/05/2020	MAM doa mais 6 toneladas de alimentos para periferias de Porto Alegre	https://mamnacional.org.br/2020/05/29/mam-doa-mais-6-toneladas-de-alimentos-para-periferias-de-porto-alegre/	Autoria: MAM. Campanha - Periferia Viva de organização do MAM promove doações de alimentos à região metropolitana de Porto Alegre, provindos de produção agrícola de região ameaçada pela mineração.
03/06/2020	MAM doa mais seis toneladas de alimentos para Diocese de Rio Grande (RS)	https://mamnacional.org.br/2020/06/03/mam-doa-mais-seis-toneladas-de-alimentos-para-diocese-de-rio-grande-rs/	Autoria: MAM. Doação do MAM ao projeto Fração do Pão, organizado pela Diocese de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul
04/06/2020	“Mineração não é Essencial, A vida SIM!” recebe apoio de mais de 100 organizações e 650 pessoas	https://mamnacional.org.br/2020/06/pa/ge/2/	Autoria: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Divulgação do manifesto de autoria do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Redes e movimentos sociais como o MAM em relação a decisão do governo federal da classificação da mineração como atividade essencial.
09/06/2020	Vale proíbe uso da barragem pela população em Catas Altas (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/06/09/vale-proibe-uso-da-barragem-pela-populacao-em-catas-altas-mg/	Autoria: MAM. Denúncia acerca de intervenções arbitrárias e inibitórias da mineradora Vale na região da Mina do Tamanduá/Lagoa Azul e Barragem do Mosquito, localizada no município de Catas Altas e reivindicação do MAM acerca da paralisação da paralisação das atividades.
10/06/2020	NOTA DE REPÚDIO – Um grito social e ambiental!	https://mamnacional.org.br/2020/06/10/pdf-nota-de-repudio-um-grito-social-e-ambiental/	Autoria: MAM. Divulgação da Nota de Repúdio da Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade de Taquaril dos Fialhos (APAST) acerca da invasão de uma propriedade particular de um morador da comunidade

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
10/06/2020	O MAM é contra a tentativa da Vale de patrocinar times do futebol mineiro!	https://mamnacional.org.br/2020/06/10/o-mam-e-contra-a-tentativa-da-vale-de-patrocinar-times-do-futebol-mineiro/	Autoria: MAM. Denúncia do MAM acerca da tentativa da VALE em patrocinar times de futebol mineiros com o intuito de "tentar melhorar sua imagem pública com investimentos nos mais diversos tipos de propaganda".
11/06/2020	Denúncia: território Kalunga sofre desmatamento criminoso em plena Semana do Meio Ambiente	https://mamnacional.org.br/2020/06/11/denuncia-territorio-kalunga-sofre-desmatamento-criminoso-em-plena-semana-do-meio-ambiente/	Autoria: MAM. Mineradoras promovem desmatamento de mais de mil hectares de área no Complexo do Prata, região que fica localizada na Chapada dos Veadeiros (GO)
15/06/2020	MAM realiza nova entrega de alimentos à famílias no Rio Grande do Sul	https://mamnacional.org.br/2020/06/15/mam-realiza-nova-entrega-de-alimentos-a-familias-no-rio-grande-do-sul/	Autoria: MAM. Entrega de alimentos à famílias da periferia de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, por meio campanha Periferia Viva, que "tem como lema principal a compra do pequeno produtor e a distribuição desses alimentos, nesse caso oriundos de territórios ameaçados pelo setor da mineração"
17/06/2020	Na pandemia, governo acelera trem de minério sobre povos das regiões mineradas	https://mamnacional.org.br/2020/06/	Autoria: Por: João Vitor Santos Publicado em: http://www.ihu.unisinos.br/600004-na-pandemia-governo-acelera-trem-de-minerio-sobre-povos-das-regioes-mineradas-entrevista-especial-com-tadzio-coelho . Entrevista com o pesquisador Tádzio Coelho sobre a manutenção da atividades de exploração mineral no cenário de pandemia e sobre a minério-dependência.
17/06/2020	Coronavírus avança em municípios com intensa atividade minerária. Veja balanço de MG	https://mamnacional.org.br/2020/06/17/coronavirus-avanca-em-municipios-com-intensa-atividade-mineraria-veja-balanco-de-mg/	Autoria: MAM. Divulgação de dados e elaboração de mapas acerca da propagação de COVID 19 nos municípios do estado de Minas Gerais, em especial, em naqueles que há presença de atividade minerária
18/06/2020	Eixo Carajás, no sudeste do Pará, tem números alarmantes de contaminação pela Covid-19. Veja balanço	https://mamnacional.org.br/2020/06/18/eixo-carajas-no-sudeste-do-para-tem-numeros-alarmanetes-de-contaminacao-pela-covid-19-veja-balanco/	Autoria: MAM. Levantamento sobre a contaminação por COVID 19 nos municípios do sudeste paraense, região minerada do estado do Pará.
25/06/2020	Número de casos em municípios com intensa atividade minerária não para de crescer	https://mamnacional.org.br/2020/06/25/numero-de-casos-em-municipios-com-intensa-atividade-mineraria-nao-para-de-crescer/	Autoria: MAM. Dados levantados pelo MAM e demais pesquisadores aponta a manutenção das atividades minerárias como principal causa de propagação do Coronavírus no estado de Minas Gerais.
08/07/2020	Periferia Viva entrega cerca de 1 tonelada de alimentos da Agricultura Familiar em MG	https://mamnacional.org.br/2020/07/08/periferia-viva-entrega-cerca-de-1-tonelada-de-alimentos-da-agricultura-familiar-em-mg/	Autoria: MAM. Segunda entrega, promovida pela Campanha Periferia Viva da região da Zona da Mata, de alimentos advindos da agricultura familiar e itens de higiene pessoal para famílias da região.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
10/07/2020	Precisamos refletir sobre a CFEM nas cidades de Teixeira e Pedra do Anta (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/07/10/precisamos-refletir-sobre-a-cfem-nas-cidades-de-teixeiras-e-pedra-do-anta-mg/	Autoria: MAM. Divulgação de cards de autoria do MAM com informações acerca da CFEM, sua destinação prevista em lei e sua utilização nos municípios mineiros de Teixeira e Pedra do ANTA.
31/07/2020	Garimpo gera problemas sanitários, ambientais e culturais em terras indígenas	https://mamnacional.org.br/2020/07/	Autoria: Brasil de Fato
03/08/2020	Mineração no Serro: MPMG recomenda suspensão de reunião virtual do CODEMA	https://mamnacional.org.br/2020/08/pa/ge/2/	Autoria: CODEMA – SERRO
06/08/2020	Mineradora mente sobre impactos do Projeto Serro (MG) e põe segurança hídrica em risco	https://mamnacional.org.br/2020/08/06/mineradora-mente-sobre-impactos-do-projeto-serro-mg-e-poe-seguranca-hidrica-em-risco/	Autoria: MAM. Mineradora Herculano omite e false informações acerca do processo de licenciamento ambiental do projeto de exploração de minério de ferro no município do Serro e conta com apoio do Conselho Municipal do Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA)
11/08/2020	NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE DOM PEDRO CASALDÁLIGA	https://mamnacional.org.br/2020/08/11/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-dom-pedro-casaldaliga/	Autoria: MAM. Manifesto do MAM em relação à morte de Bispo emérito de S. Félix do Araguaia (MT), Dom Pedro Casaldáliga "fundadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)"
11/08/2020	Em Viçosa (MG), atingidos conseguem apoio político para minimizar impactos de escoamento do minério	https://mamnacional.org.br/2020/08/11/em-vicosa-mg-atingidos-conseguem-apoio-politico-para-minimizar-impactos-de-escoamento-do-minerio/	Autoria: MAM. Apoio da prefeitura de Viçosa (MG) a população afetada pelo escoamento da extração mineral de Pedra do Anta e Teixeira feita pela empresa Zona da Mata Mineração (ZMM).
12/08/2020	NOTA DE SOLIDARIEDADE AO QUILOMBO CAMPO GRANDE (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/08/12/nota-de-solidariedade-ao-quilombo-campo-grande-mg/	Autoria: MAM. Nota de Solidariedade do MAM acerca do despejo de mais de 450 famílias Sem Terra do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio em Minas Gerais.
14/08/2020	Nota de Repúdio ao Despejo Ilegal das famílias Sem Terra do Quilombo Campo Grande – MG	https://mamnacional.org.br/2020/08/	Autoria: Via Campesina. Denúncia e posicionamento da Via Campesina Brasil acerca do "despejo de 450 famílias sem-terra do assentamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, região sul de Minas Gerais".
19/08/2020	Periferia Viva na Zona da Mata: mais duas toneladas de alimentos na mesa das famílias	https://mamnacional.org.br/2020/08/19/periferia-viva-na-zona-da-mata-mais-duas-toneladas-de-alimentos-na-mesa-das-familias/	Autoria: MAM. Doação da Campanha Periferia Viva da região da Zona da mata realiza doações de alimentos advindos da agricultura familiar nos municípios da região.
20/08/2020	“Quem Luta Educa” de Viçosa (MG) entrega ações emergenciais de combate à crise da Covid-19	https://mamnacional.org.br/2020/08/20/quem-luta-educa-de-vicosa-mg-entrega-aco-es-emergenciais-de-combate-a-cri-se-da-covid-19/	Autoria: MAM. Criação de Plataforma Regional de Emergências contendo diversas ações para combater a crise da Covid-19 de iniciativa do movimentos Quem Luta Educa, articulação de sindicatos e demais movimentos sociais e estudantis que defende um projeto popular para a cidade de Viçosa

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
21/08/2020	Artigo Mineração e contágio por covid-19 em Pernambuco	https://mamnacional.org.br/2020/08/	Autoria: Brasil de Fato
05/09/2020	Nota em solidariedade ao MST e contra a intervenção da Força Nacional no extremo sul da Bahia	https://mamnacional.org.br/2020/09/05/bahia-nota-do-mam-em-solidariedade-ao-mst/	Autoria: MAM. Nota do MAM em manifestação de solidariedade e repúdio "à decisão proferida pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, que publicou no Diário Oficial a Portaria nº493, de 1º de setembro de 2020, que autoriza a Força Nacional Brasileira a atacar as áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos municípios de Prado e Mucuri, na região do Extremo Sul da Bahia".
08/09/2020	Porque gritamos #ForaBolsonaro neste 7 de setembro	https://mamnacional.org.br/2020/09/08/porque-gritamos-forabolsonaro-neste-7-de-setembro/	Autoria: MAM. Aspectos do governo de Bolsonaro em relação ao setor minerário
08/09/2020	Vitória em defesa da Serra da Moeda com arquivamento do PL 1822	https://mamnacional.org.br/2020/09/08/vitoria-em-defesa-da-serra-da-moeda-com-arquivamento-do-pl-1822/	Autoria: MAM. Mobilização populacional culmina com Arquivamento do projeto de Lei 1822/2020 que visava "diminuição do Monumento Natural da Serra da Moeda, em Minas Gerais" a fim de " permitir a expansão da Mina Várzea do Lopes, da mineradora Gerdau".
09/09/2020	Carta pública contra o início da mineração da BAMIN sem diálogo com a população	https://mamnacional.org.br/2020/09/09/carta-publica-contr-o-inicio-da-mineracao-da-bamin-sem-dialogo-com-a-populacao/	Autoria: MAM. Carta assinada por diversos movimentos sociais, dentro os quais o MAM, "contra o início do projeto da Bahia Mineração (BAMIN) na Mina Pedra de Ferro" no município de Caetité na Bahia em virtude dos impactos do projeto e da falta de transparência da empresa em sua atuação.
09/09/2020	Comunidades tradicionais na Bahia são ameaçadas por mineração Caraíba	https://mamnacional.org.br/2020/09/pa/ge/2/	Autoria: Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto – Canudos, Uauá e Curaçá. Atuação da mineradora Mineração Caraíba nas comunidades de Fundo de Pasto, Vargem Comprida e Esfomeado, em Curaçá-BA.
17/09/2020	NOTA DE PESAR E SOLIDARIEDADE PELO FALECIMENTO DE SEU JOÃO COCO	https://mamnacional.org.br/2020/09/17/nota-de-pesar-e-solidariedade-pelo-falecimento-de-seu-joao-coco/	Autoria: MAM. Nota de pesar e solidariedade do MAM sobre a morte João Rodrigues da Silva, conhecido como Seu João Coco, morador da comunidade do Passa Sete no município de Conceição do Mato Dentro.
17/09/2020	Moradores de Brumadinho rejeitam valor de multa aplicada pelo Ibama: "Vale comemorou"	https://mamnacional.org.br/2020/09/	Autoria: Brasil de Fato. Contestação dos moradores de Brumadinho a multa á destinação da multa aplicada à mineradora Vale pelo Instituto Brasileiro de meio Ambiente (IBAMA) e pelo estado de Minas Gerais "em decorrência dos crimes ambientais cometidos pela mineradora com o rompimento da Barragem da Mina de Córrego do Feijão"

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
25/09/2020	Corte de verbas pelo governo Bolsonaro aumenta risco da mineração e de novos rompimentos de barragens de rejeitos no país	https://mamnacional.org.br/2020/09/25/corte-de-verbas-pelo-governo-bolsonaro-aumenta-risco-da-mineracao-e-de-novos-rompimentos-de-barragens-de-rejeitos-no-pais/	Autoria: MAM. Corte de verbas destinado à Agência Nacional da Mineração (ANM) no ano de 2021 e o comprometimento das funções básicas das agências, dentre as quais, a fiscalização de barragens.
28/09/2020	Moradores de Viçosa (MG) interditam via em protesto contra mineradora ZMM	https://mamnacional.org.br/2020/09/28/moradores-de-vicosa-mg-interditam-via-em-protesto-contramineradora-zmm/	Autoria: MAM. Manifesto dos moradores de Viçosa (MG) sobre os impactos "o impacto do intenso fluxo de carretas que transportam minério de ferro para a empresa Zona da Mata Mineração (ZMM)"
18/10/2020	Entidades se reúnem para discutir o enfrentamento à mineração em Manhuaçu e toda a região do Caparaó	https://mamnacional.org.br/2020/10/18/entidades-se-reunem-para-discutir-o-enfrentamento-a-mineracao-em-manhuacu-e-toda-a-regiao-do-caparao/	Autoria: MAM. Reunião realizada entre entidades representantes da cidade de Manhuaçu (MG) "objetivo de debater estratégias de enfrentamento à mineração de bauxita e de defesa da agricultura familiar " na região do Caparaó formada por 22 municípios.
22/10/2020	O jogo de um só vencedor da Vale em Barão de Cocais (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/10/22/o-jogo-de-um-so-vencedor-da-vale-em-barao-de-cocais-mg/	Autoria: MAM. A situação das 500 pessoas das comunidades de Vila do Gongo, Piteira, Tabuleiro e Socorro que foram retiradas de suas casas devido ao risco de rompimento de barragem de rejeitos de minério.
26/10/2020	NOTA: Santa Quitéria é território livre de mineração de urânio e fosfato	https://mamnacional.org.br/2020/10/26/nota-santa-quitiera-e-territorio-livre-de-mineracao-de-uranio-e-fosfato/	Autoria: MAM. Nota de posicionamento de entidades, grupos e movimento sociais, dentre os quais o MAM, sobre a nova tentativa de exploração mineral de urânio e fosfato em Santa Quitéria no estado do Ceará
27/10/2020	Roda de conversa aborda riscos de mineração de urânio em Santa Quitéria (CE)	https://mamnacional.org.br/2020/10/27/roda-de-conversa-aborda-riscos-de-mineracao-de-uranio-em-santa-quitiera-ce/	Autoria: MAM. Roda de Conversa promovida pela Articulação Antinuclear Brasileira, com o tema "Deixe o dragão dormir: não à mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria-CE" e lançamento da nota "Santa Quitéria é território livre de mineração de urânio e fosfato", assinada por mais de 150 entidades, grupos e movimentos sociais.
30/10/2020	NOTA DE REPÚDIO DO MAM – MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO	https://mamnacional.org.br/2020/10/30/nota-de-repudio-do-mam-movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao/	Autoria: MAM. Nota de repúdio do MAM ao atentado sofrido por Sandra Amorim, indígena, militante do movimento, em Barcarena, no Pará, e candidata à vereadora pelo município.
05/11/2020	#5AnosDeInjustiça: o atual contexto da mineração	https://mamnacional.org.br/2020/11/05/5anosdeinjustica-o-atual-contexto-da-mineracao/	Autoria: MAM. Entrevista com o professor Tádzio Coelho do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pesquisador do Poemas (Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade) -sobre o contexto da mineração no Brasil e no estado de Minas Gerais.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
12/11/2020	Lei institui patrimônio hídrico e torna as serras de Visconde do Rio Branco (MG) territórios livres de mineração	https://mamnacional.org.br/2020/11/12/lei-institui-patrimonio-hidrico-e-tornas-serras-de-visconde-do-rio-branco-mg-territorio-livre-de-mineracao/	Autoria: MAM. Lei 1.862/2020 aprovada pela Câmara Municipal de Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata mineira e que institui as serras da Piedade de Cima e de Santa Maria como “patrimônio hídrico municipal e proíbe a implantação de novas atividades mineradoras na região serrana”
20/11/2020	A luta contra o racismo no Brasil é uma luta de refundação nacional	https://mamnacional.org.br/2020/11/20/a-luta-contra-o-racismo-no-brasil-e-uma-luta-de-refundacao-nacional/	Autoria: MAM. Aborda sobre a relação do surgimento do racismo de raça/cor com o desenvolvimento do capitalismo; a persistência do racismo na sociedade brasileira e a luta antirracista como integrante de um projeto popular para o país.
23/11/2020	Desembargador atende pedido da Vale e corta os direitos garantidos à comunidade de Socorro (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/11/23/desembargador-atende-pedido-da-vale-e-corta-os-direitos-garantidos-a-comunidade-de-socorro-mg/	Autoria: MAM. Deferimento pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais acerca do pedido da Vale sobre suspensão de ajuda de custo paga para a comunidade do Socorro, em Barão de Cocais (MG), em função da evacuação da comunidade devido ao risco de rompimento de barragem.
23/11/2020	Declaração do MAM sobre o 2º Turno das Eleições Municipais	https://mamnacional.org.br/2020/11/23/declaracao-do-mam-sobre-o-2-turno-das-eleicoes-municipais/	Autoria: MAM. Posicionamento do MAM acerca das eleições municipais e conclamação do movimento para a luta em prol da eleição dos partidos de esquerda.
24/11/2020	Vale eleva nível da barragem Norte/Laranjeiras, em Minas Gerais, para forçar evacuação de comunidades	https://mamnacional.org.br/2020/11/pa/ge/2/	Autoria: MAM. Elevação do risco iminente de rompimento da barragem de rejeitos minerários Norte/Laranjeiras localizada na região de São José de Brumadinho, em Barão de Cocais (MG), pertencente a mineradora Vale, como uma tentativa de apropriação do território pela mineradora, a partir da “evacuação de mais de 30 famílias e 800 animais”.
28/11/2020	Nota sobre ausência de atingidos pela mineração em Fórum Regional na Bahia	https://mamnacional.org.br/2020/11/28/nota-sobre-ausencia-de-atingidos-pela-mineracao-em-forum-regional-na-bahia/	Autoria: MAM. Nota assinada por organizações e movimentos sociais, dentre os quais o MAM, denunciando a ausência das comunidades atingidas pela mineração no “I Fórum Regional de Sustentabilidade, Inovação e Desenvolvimento na Mineração”, que ocorreu em Juazeiro realizado pela Mineração Caraíba S/A, Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Governo do Estado, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)”.

Data	Artigos	Link para acesso	Assunto abordado
28/11/2020	Comunidade de Licínio de Almeida (BA) recebe campanha contrária à mineração	https://mamnacional.org.br/2020/11/28/comunidade-de-licinio-de-almeida-ba-recebe-campanha-contraria-a-mineracao/	Autoria: MAM. Ação realizada pela "Campanha em Defesa das Nascentes da Serra do Salto: Águas que brotam vidas, realizada pela Associação dos Pequenos Agricultores de Taquaril dos Fialhos, com o apoio da Pastoral da Terra – Bahia (CPT-BA) e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)" distribui cestas agroecológicas produzidas em regiões ameaçadas pela mineração e realiza panfletagem na comunidade de Licínio de Almeida, na Bahia.
09/12/2020	Nota da Articulação de Enfrentamento ao Modelo Mineral e em Defesa da Vida na Bahia	https://mamnacional.org.br/2020/12/09/nota-da-articulacao-de-enfrentamento-ao-modelo-mineral-e-em-defesa-da-vida-na-bahia/	Autoria: MAM. Nota de movimentos sociais, dentre os quais o MAM, organizações da sociedade civil, sobre a atuação da mineradora Yamana Gold em Jacobina no estado da Bahia.
16/12/2020	Posicionamento do MAM sobre acordo da Vale com o Estado de Minas Gerais	https://mamnacional.org.br/2020/12/16/posicionamento-do-mam-sobre-acordo-da-vale-com-o-estado-de-minas-gerais/	Autoria: MAM. Nota de posicionamento do MAM acerca do "relação ao acordo judicial de conciliação que vem sendo construído entre a mineradora Vale S.A. e o Estado de Minas Gerais, referente ao rompimento da Barragem I, em Brumadinho (MG)"
20/12/2020	Ato de enfrentamento à mineração acontece em Manhuaçu (MG)	https://mamnacional.org.br/2020/12/20/ato-de-enfrentamento-a-mineracao-acontece-em-manhuacu-mg/	Autoria: MAM. Ato de enfrentamento liderado por representantes de comunidades do município de Manhuaçu contra a exploração de bauxita na região.

APÊNDICE D

Documentos por autoria

QUANTITATIVO	AUTORIA
201	Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração - MAM.
1	Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto – Canudos, Uauá e Curaçá.
3	Movimento Internacional - Via Campesina
1	João Vitor Santos. Publicado em: http://www.ihu.unisinos.br/600004-na-pandemia-governo-acelera-trem-de-minerio-sobre-povos-das-regioes-mineradas-entrevista-especial-com-tadzio-coelho
6	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração
1	(CNBB)
2	Central Única dos Trabalhadores (CUT)- Rio Grande do Sul.
1	GUIOMAR GERMANI LUCAS ZENHA ANTONINO/ https://geografar.ufba.br
2	Fernanda Oliveira Rodrigues De Caetité (BA)
1	Fala Chico - Blog da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES)
1	Jaime Amorim, Zonália Santos, Rafaela Alves, Frei Sergio Görden, Luiz Gonzaga Silva – Gegê, Vilmar Pacífico Leonardo Nunes Soares.
2	CPT Nacional - Comissão Pastoral da Terra - organismo pertencente à Confederação nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
2	Sul21 Jornal Eletrônico
1	Aliança em prol da APA da Pedra Branca
1	Tumateia - Jornal Eletrônico
1	Movimento Barcarena Livre
1	Agência Patrícia Galvão - Site Jornalístico
2	Conselho Indígena Missionário (CIMI)
2	Jornal El país
1	Justiça Global - Organização não Governamental de Direitos Humanos
1	Comunicação do Fórum Piauiense de Convivência com Semiárido
2	Cáritas Brasileira Regional - Organização da CNBB
1	Por Verena Glass, Fundação Rosa Luxemburgo
1	Blog Furo
3	Rede Justiça nos Trilhos - Organização sem fins lucrativos
13	MST - Movimento do Sem Terra
3	Brasil Atual - Rede de veículos de Comunicação
2	Carta Maior - Portal de Notícias
1	Câmara Notícias - Site do Portal da Câmara dos Deputados
1	INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

QUANTITATIVO	AUTORIA
1	Observatório de Conflitos Mineros OCMAL
1	Secom/PGR
1	A Verdade - Jornal Eletrônico
1	Previdência Mitos e Verdades, por Glauco Faria - Previdência, Mitos e Verdades é um projeto do site Outras Palavras. (Não foi possível localizar o site. Informação disponível em: https://vermelho.org.br/2016/12/07/site-sobre-previdencia-esclarece-reforma-de-temer-e-os-retrocessos-2/)
1	Ibase/ Observatório da Indústria Extrativa
2	Rede Brasil Popular
1	Extraída do Sirtaemg. - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais
1	Socialismo
2	Coletivo Flor de Urucum
1	EBC - Empresa Brasil de Comunicação
1	Carta Capital - Revista Brasileira
1	Correio do Brasil - Jornal
1	Juliana Deprá.
1	Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale
1	Alerta Social -
1	Tijolaço - Blog
2	Agência Brasil - Agência Pública de Notícias da Empresa Brasileira
1	FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
1	Nexo - Jornal Digital
1	Mídia e Amazônia -Portal de Notícias
1	O Globo - Jornal Brasileiro
2	MPF -
1	Aconteceu no Vale
1	Comissão Pró-Índio de São Paulo - Associação Civil de Direito Privado
1	Reuters Brasil - Agência de notícias
1	CNDH - Conselho Nacional dos Direitos Humanos
1	Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
2	Instituto Pacs
1	De olho nos Ruralistas
1	Revista Época
1	Por Tádzio Peters Coelho; Bruno Milanez; Luiz Jardim Wanderley
1	Estado de Minas - Jornal do Estado de Minas Gerais
1	Correio Braziliense - Jornal Brasileiro

QUANTITATIVO	AUTORIA
4	MPA - Site do Movimento dos Pequenos Agricultores
1	Século Diário - Jornal Eletrônico
1	Rádio Muriaé
1	CONIC - Conselho Nacional da Igrejas Cristãs do Brasil
1	Jornal GGN - Jornal Eletrônico
1	Por Iyalê Tahyrine, historiadora, militante da Consulta Popular e integrante do Brasil de Fato PE; Jarbas Vieira, administrador, militante da Consulta Popular e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM); Thays Carvalho, advogada, integrante da Coordenação Político-Pedagógica da Escola Nacional Paulo Freire, militante da Consulta Popular e do Levante Popular da Juventude
38	Brasil de Fato - Site de Notícias
1	Comunidade Sítio São João, Instituto João José Geraldo – IJG e MAM.
1	Comunicação do MAM produzidas com dados do jornal El Tiempo e Agência Nacional de Mineração da Colômbia.
3	Agência Nacional Pública.
1	STF
1	Agência Sertão
1	Brasil de Fato em parceria com o MAM
1	IG Economia
1	CODEMA – SERRO
1	Comissão de Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro

ANEXO A

PARECER

Belo Horizonte, 30 de março de 2021.

Declaramos para fins de comprovação no Comitê de Ética Pesquisa – CEP/UFMG- que o projeto de pesquisa intitulado: “PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO: Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no estado de Minas Gerais”, que tem como pesquisadora principal a Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva, foi avaliado por essa Gerência e consideramos de suma relevância e de interesse para à instituição.

Atenciosamente,

Fabiana Maria Kakehasi

GEP.HC-UFMG/Ebserh

ANEXO B



CARTA DE ANUÊNCIA DO SEST/HC/UFMG

O Serviço Especializado em Saúde do Trabalhador do Hospital das Clínicas da UFMG (SEST/HC/UFMG), localizado na Alameda Álvaro Celso, 175, 7º andar, tel. 3307-9564, Santa Efigênia, CEP: 30150-260, Belo Horizonte/MG, manifesta seu apoio à realização do projeto de pesquisa “**PROMOÇÃO DE SAÚDE EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO: Um estudo sobre ações realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) no estado de Minas Gerais**”, que tem como pesquisadora principal a **Profa. Dra. Jandira Maciel da Silva** e como pesquisadora assistente **Monaliza Antunes Ferraz**, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, este coordenado pela Profa. Elza Machado de Melo. Estamos cientes de que o objetivo principal do estudo proposto é identificar ações de promoção de saúde desenvolvidas pelo MAM no estado de Minas Gerais e que o mesmo será realizado a partir de análise documental e entrevistas com informantes chaves do movimento em MG. Cientes também, de que no momento das entrevistas, incômodos emocionais, psicológicos e constrangimentos poderão surgir. Dessa forma, o SEST/HC, concorda em receber para atendimento e/ou acompanhamento clínico os entrevistados que apresentarem estes sintomas e, realizar os encaminhamentos devidos a cada situação. Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte das pesquisadoras, dos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo-se o sigilo e garantindo-se a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades e/ou do MAM.

Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP. Assim, as pesquisadoras deverão apresentar a este serviço o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Belo horizonte, em 22 de março de 2021

Helian Nunes de Oliveira

Subchefia do SEST/HC Serviço Especializado em Saúde do Trabalhador - SEST | Ambulatório
Bias Fortes HC/UFMG Alameda Álvaro Celso - 175 - Santa Efigênia – BH – MG | (31) 3409-9564